

Directores: ANTÓNIO QUADROS e FERNANDO MORGADO

Número 6 Março de 1959

Ano III

O HOMEM CONTEMPORÂNEO e o labirinto burocrático

A opinião pública interroga

- 1 O pensador, o escritor e o artista podem esperar da burocracia condições favoráveis a uma obra de criação efectivamente útil para a sociedade a que pertencem?
- 2 Procedem os altos funcionários da burocracia, perante os pensadores, os escritores e os artistas, de modo a manifestarem o devido respeito pela sua actividade criadora? Está garantido esse respeito nas escolhas por concurso, nas concessões de prémios e nas atribuições de galardões ou recompensas?
- 3 A burocracia não pode funcionar sem intelectuais que pelas suas habilitações costumam ter cargos de chefia. Serão os chefes dos serviços públicos verdadeiramente intelectuais, quer dizer, homens que pensam antes de resolver os problemas, homens que pensam antes de agir?
- 4 Numerosos intelectuais trabalham não obstante em funções subalternas na burocracia. Serão as suas habilitações e os seus méritos pessoais devidamente aproveitados e valorizados pelos seus superiores burocráticos?
- 5 Será o professor um burocrata? Quer dizer, poderá exercer função docente um intelectual que vê a sua liberdade cerceada constantemente por instruções, circulares, regulamentos, portarias, decretos e despachos?
- 6 Assistimos a um progressivo aumento do número de mulheres empregadas na burocracia. Será este fenómeno social indiferente para a vida do país? Correspondrá à natural vocação da mulher?

57 responde

- 1 Não. Porque a burocracia, subordinada como é, a regulamentos, prazos, praxes, comprovações, condições e habilitações, tende por isso mesmo a incompreender e consequentemente a anular tudo quanto, sendo espontâneo e original, escapa ao critério jurídico-administrativo e uniforme das repartições públicas.
- 2 Não. Obrigar os intelectuais a obedecer aos requisitos exigidos em regulamentos e leis, é tolher a plenitude da sua expressão e ao mesmo tempo, é coartar a liberdade de escolha dos próprios júris.
- 3 Não. Porque em burocracia, um chefe está subordinado a outro chefe e deste modo só pode ser um intérprete sem iniciativa própria ou seja, sem actividade mental própria.
- 4 Não. O pensador, o escritor e o artista são olhados com desconfiança quando se distinguem pelas suas qualidades e pela notoriedade pública, do que resulta que, em vez de uma exaltação, sofrem sucessivas humilhações. Acresce a injustiça, garantida por textos jurídicos, de lhes ser vedado escrever sobre assuntos relativos às funções que exercem. Assim, o professor não pode contribuir para a cultura geral, manifestando as suas opiniões sobre o ensino.
- 5 Não. Pois tal sistema aniquila a iniciativa individual do professor e, pela introdução de uma barreira de papéis, impossibilita o convívio efectivo e amigável entre o corpo docente e o corpo discente. Por outro lado, transferindo a sua responsabilidade, o educador perde a autoridade moral perante os educandos.
- 6 Não. Deslocando a mulher do âmbito familiar ou das profissões para as quais é naturalmente dotada, perde-se o máximo valor educativo e formativo da família e gera-se no sexo feminino uma frustração que tem as mais graves consequências.

7 Será aquele movimento, antigamente chamado de emancipação, vantajoso para o próprio homem?

8 Constroem-se os edifícios; abrem-se concursos; preenchem-se as repartições; e esta escala infinita ou indefinida de intermediários entre o Estado e o Povo, a que se dá o nome de burocacia, será efectivamente um serviço público?

9 Devem as repartições públicas ter horários impeditivos da sua utilização pelos empregados de todas as outras actividades?

10 Os burocratas estão classificados por categorias. Correspondem as categorias apenas a diferenças de vencimentos e implicam uniformidade de atributos qualitativos que por sua vez exigem uniformes critérios no horário, nas licenças, nas promoções e na reforma?

11 A multiplicação de secretarias, secções de expediente, secções de contabilidade, tesourarias que se está verificando no nosso país com muito considerável consumo de papel representará efectivamente um progresso das instituições públicas?

12 Estarão as sociedades contemporâneas condenadas à imobilização pela burocacia? Quais os motivos ocultos deste «statu quo», que só a filosofia existencial parece habilitada a descobrir?

I — O movimento do indivíduo

1 — Corpo

Agente físico, o corpo não se distingue estruturalmente da natureza que o circunda. O seu princípio energético é, segundo parece, similar em seu atomismo radiante, ao princípio da matéria. Não sendo esta fixa, imóvel, estática conforme em tempos se julgou, círcula entre os corpos um fluxo de movimento interrumpido, activado por fontes de energia que, diferenciadas pela qualidade íntima de cada microcosmos, suscitam constantemente atração e repulsão, simpatia e antipatia, amor e desgosto. Este fluxo cósmico é tão determinativo que chega, na visão moderna, a roubar todo o sentido à distinção entre o corpo humano e o mundo exterior. Whitehead insistiu repetidas vezes em que «o corpo faz parte do mundo exterior e forma com ele uma continuidade», em que «não sabemos definir onde começa o corpo e termina a natureza exterior». Basta, para compreender melhor a ideia, considerar uma molécula que circula há milhões de anos, porventura vindra de qualquer galáxia longínqua, que venha a fazer parte de qualquer vegetal comestível ou que entre nos pulmões como partícula de ar. Whitehead interroga: «Em que momento exato passa a fazer parte do corpo? Quando entra pela boca? Quando é absorvida pela pele? E em que momento, mais tarde, deixa de fazer parte do corpo?» Impressionante, pois, separar radicalmente, em termos de matéria, o corpo humano da grande e vasta física do mundo. O que fundamenta, pois, a estrutura monádica, articulada, unitária, de cada corpo

humano? Vê-lo-emos adiante. Por ora queremos apenas sublinhar que, de natureza energética e inter-cósmica, o corpo, o nosso corpo tem sede de movimento. Os corpos atraem-se entre si, desde o nível mais alto entre os grandes reinos corporais do masculino e do feminino, até ao nível de uma cábola com a natureza, que parte daquela indistinção teorizada por Whitehead ou da libertação de uma vida própria e expansiva que tem a sua expressão no exercício dos membros e dos músculos.

O corpo tem sede de movimento e por isso os homens se entregam ao amor, à caça e ao desporto. Poucos homens estancam, porém, esta natural sede do seu corpo.

2 — Alma

Indistinto que seja da natureza quanto à sua constituição física, o corpo tem porém uma forma, A forma do corpo admite em particular duas grandes variantes, expressas pelo sexo; num segundo nível, os caracteres próprios de cada indivíduo vão-se formando diferentemente, desde o próprio instante da concepção.

O princípio do corpo é pois a sua forma e a sua forma, exprimindo a agregação através do tempo e do espaço, das suas moléculas constituintes, parece obedecer a um princípio que se introduziu em certo sector da natureza, praticando uma síntese por assim dizer mágica e demíurgica. Deve-se tradicionalmente o nome de *Alma*, de *Anima*, a tal princípio condutor ou motor — e do termo deriva a designação do *Animal*. Não é com efeito no domínio da alma que o homem se separa do animal, visto que o animal tem evidentemente a sua alma. Quem não goste

7 Não. A permanência das mulheres na burocacia estabelece um termo de comparação, perante o qual o homem é mais facilmente humilhado pelos seus superiores burocráticos.

8 Não. O público sabe que, em vez de ser beneficiado com a prontidão que pode encontrar no comércio ou na indústria, encontra nas secretarias motivos incessantes de atraso ou de encarecimento na resolução dos seus problemas urgentes. Estabelecendo-se para uma entidade abstracta, a ninguém serve em concreto.

9 Não. As repartições públicas devem estar abertas o número de horas suficiente para atenderem todos os que as solicitem. Para isso, há que estabelecer os respectivos turnos de trabalho.

10 Não. Nem todos os homens aspiram a ganhar mais dinheiro. Muitos desejam ganhar mais tempo, para com ele realizarem o destino superior que individualmente lhes deve ser atribuído como direito sagrado da existência.

11 Não. Se económica e financeiramente é um erro a aplicação do trabalho humano a fins intermediários ou inúteis, que reciprocamente se justificam num círculo vicioso, politicamente, por representar a desorientação intelectual, o erro ainda se agrava mais na indistinção entre os fins e os meios.

12 Não. O desenvolvimento das ciências humanas, sobrepondo-se ao esquematismo desanimado ou desalmado das estruturas abstractas jurídico-administrativas, permitirá a libertação do movimento desejado. Sim, a filosofia existencial conseguiu nas suas obras mais significativas descobrir os motivos profundos: a aniquilação do individual pelo colectivo é uma alienação do ser humano, realizado em proveito de subtis agentes de desumanização.

do que os objectos, os entes que escapam à simples relação sujeito-objecto, não se explicam pela alma — ou então os animais seriam homens. Nós somos portadores de um espírito, nós somos um espírito — no entanto mediato, porque veiculado num corpo e numa alma que poucas vezes sabem ser os seus intérpretes fíacos, os seus executores esclarecidos. Mais ainda do que o corpo, mais ainda do que a psique, o nosso espírito tem na sua própria essência uma ânsia não mensurável de movimento. Criado, mas participante de um mundo onde quererá reintegrar-se, o espírito pretende verbalizar, isto é, movimentar, esta existência em que se pensou. Encontra-se com uma existência feita. Compreende imediatamente que essa existência é uma existência decaída, uma existência imperfeita, uma existência onde o erro é rei. Formula então o seu projecto vital: o móbil será um regresso ao paraíso, na terminologia cristã, uma reabsorção da imanência na transcendência, na terminologia filosófica ou uma dialéctica do relativo para o absoluto, na terminologia científica.

Nos termos próprios à sua alma ou à sua sabedoria, cada homem realiza na verdade algo que, de modo menos patente ou mais degradado, pode ser simbolizado por aqueles arquétipos: não existe apenas para comer, trabalhar, ter filhos, existe para algo que por vezes mal sabe, mas que inspira a sua mais lúdica, altruísta e generosa actividade. Quem pretende cultivar-se, ajudar os outros ou criar qualquer forma de beleza, na casa ou fora dela, dá satisfação ao seu espírito e por isso é bem

O MOVIMENTO

Por
ANTÓNIO QUADROS

maior o seu entusiasmo nesses actos gratuitos do que naqueles que, sendo remunerados, constituem o que se chama o trabalho.

Ser sábio, ser político, ser religioso ou ser artista, são com efeito maneiras de dar satisfação ao motor espiritual, ao movimento do espírito — e não há homem que, de uma ou outra forma, com mais ou menos intensidade, o não seja.

É-o porém incompletamente, insatisfatoriamente, inacabadamente. É-o numa pequena parte. É-o em condições interiores e sociais que são as piores para propiciar a realização dessa fidelidade ao espírito. Este tem o impulso — mas apenas uma caricatura de satisfação do mesmo impulso. Do seu movimento de expansão, o espírito apenas conhece um arremedo. Longe de ohter o infinito, o absoluto, a transcendência, a libertação, a redenção, o espírito não obtém mais do que a captividade em existências monótonas, quotidianas e limitadas, o enclausuramento em almas mediocres, amarguradas ou ébrias de insignificâncias.

Porquê?

II — O movimento da educação

1 — Família

Na humanidade o indivíduo, por mònada central que seja, por microcosmos irredutível que se constitua, não vive isolado, mas associado. Em relação constante com o outro, pode dizer-se mesmo que o eu é, em vastas zonas, o ou-

tro. Senão em absoluto, pelo menos em absorção de influências, regista-se um movimento entre os seres humanos que, dentro de condições de espaço e tempo, cria círculos de identidade de âmbito sucessivamente maior. Tudo se passa como se o homem, mais do que tangencial, fosse inherentemente a esses círculos, de tal modo que parte dele fica fora e parte dele dentro, movida fortemente por osmoses grupais. É o que Sartre quer dizer quando afirma que o homem é um ser *en situation*. O mesmo que Jaspers significa ao falar do homem como inserido num englobante.

O primeiro desses círculos é a família. Ao formar família, o homem realiza um ciclo necessário do seu movimento carnal, psicológico, racional. Crescem-lhe, como ramos fecundos de uma árvore, laços criadores: a humanidade nasce, como fruto espiritual, do movimento do amor.

O movimento da família é o desfecho do movimento do amor; este, porém, degradou-se de tal modo, que a frustração parece ser o seu símbolo, comprovado pelo romance, pelo teatro e pelo lirismo do período em que existimos. Perdeu-se a sabedoria do amor que, no extremo limite do romantismo, um Kierkegaard e um Soloviev quiseram perpetuar e apenas lograram teorizar. Não foram ouvidos e o amor transformou-se em instinto, interesse e contrato. Daí que a família não assegure um movimento real.

Passado o momento do instinto, surge a indiferença. Vencido o interesse ocasional, fica em seu lugar o despeito. Mantido embora o con-

2 — Escola

Pretender abdicar da escola na nossa época, seria ilusão ou utopia. Mas há um domínio que é o da família, ao lado desse outro domínio que é o da escola. As crianças, pois, juntam-se em escolas e formam círculos de aprendizagem. Qual é o movimento da escola? Atendendo à tripla constituição do homem, deveria manifestar-se triadicamente, assegurando a sua educação nos três níveis da sua vitalidade. Ao contrário do que seria lógico, a nossa escola, de modelo positivista, apenas se dirige ao primeiro, ao mais inferior nível humano: o corpo. Queremos dizer que a escola, em todos os seus graus, primário, secundário e superior, não assegura a educação da alma, como não assegura a educação do espírito? Precisamente.

Com efeito, não há nela educação dos sentimentos, cultivo da imaginação, assunção do inconsciente, conhecimento e uso da intuição ou mesmo ensino da retórica ou da dialéctica da razão. O que fica? Sabendo-se que as técnicas não são mais do que membros artificiais que o homem inventa e aproveita para facilitação das suas tarefas, melhor se compreenderá porque a educação da nossa escola apenas se dirige ao corpo e à matéria. O infante, o adolescente, o jovem, gastam dezasseis anos da sua vida a decorar pela memória números conhecimentos positivos cuja única razão de ser é a preparação futura de técnicos e profissionais. As disciplinas que poderiam, apesar de tudo, fugir ao exclusivo aprendizado material, como a filosofia, a música ou a literatura são de tal modo concebidas nos

Este homem culto — caricatura que a nossa literatura ainda não fez e é em vez mais trágica do que a do pobre conselheiro Acácio — pulula nas universidades, nos cafés, nas antologias e nas assembleias literárias. As suas palavras não têm um sentido, não participam de uma teoria por eles inventada, não olham a um futuro imaginado — tão só assinalam a desoladora desistência dos homens em condição de menoridade. Movimento? Tão só amor do «eu», desejo de glória, gabarilice literária, vaidade... E a vítima, o povo, deles se afasta por instinto.

III — O movimento da civilização

1 — Pátria

Mais lato do que o círculo associativo da família — de laços sentimentalmente menos resistentes, mas ainda assim de uma força que lhe advém da sua naturalidade — a pátria reúne um grupo de homens sob a bandeira invisível de um projecto comum. Sempre houve pátria e a conjuntura totémica e tribal dos primitivos, como a cidade grega, não são mais do que ciclos da mesma ideia, cuja permanência ao longo dos milénios, deveria pelo menos dar que pensar aos desatentos.

Vimos que o pequeno círculo — a pequena volta de espiral que é a família, tinha carácter de necessidade pois correspondia harmoniosamente ao triplo anseio de movimento do indivíduo: satisfazia o corpo, satisfazia a alma, satisfazia o espírito. Vimos também,

um mito em processo de constante actualização.

Parece inegável que o homem vive sempre em perspectiva: da perspectiva individual à perspectiva familiar e à perspectiva pátria. São diferenças de graduação, de intensidade e de qualidade. Reconhecendo-se — e é este o princípio da tradição — que um homem só é demasiado limitado para conhecer, a pátria, círculo humano o mais lato na sua naturalidade espontânea, representa uma congregação de esforços para um fim superior que se vai propriando como empresa colectiva. Essa congregação de esforços move-se no espaço e principalmente dura no tempo, pela transmissão geracional de experiências, segredos, palavras. A língua é a capital expressora deste movimento: em sua singularidade pátria, com seus verbos e substantivos chaves, transmite directamente o movimento do todo humano que assume, a quem saiba ouvi-la, entender e actualizá-la.

Tão profundo é este núcleo espiritual que forma a pátria — uma nau com suas gerações sucessivas de marinheiros, tomando o lugar uns dos outros como se a morte não fosse um fim, procurando no oceano infinito do tempo um Velo d'Oiro, um Graal ou uma Índia — que ela subsiste, mau grado a infidelidade constante dos seus filhos.

No plano da alma, com efeito, mediadora e animadora do movimento, vemos que os homens vivem inseridos em mil vínculos dissociativos que os fazem desatender ao que deveria ser um móbil primário do seu projecto existencial. Em vez de se unirem em volta de

Folha independente de cultura

57

ANO III - N.º 6 - MARÇO DE 1959

DIRECTORES

António Quadros e Fernando Morgado

EDITOR

Afonso Botelho

ADMINISTRADOR

Francisco Sotomayor

REDACTORES

Avelino Abrantes

Afonso Botelho

Afonso Castela

José A. Ferreira

Fernando Morgado

António Quadros

Francisco Sotomayor

António Telmo

A partir deste número, cessam as suas

funções como redactores: António Abe-
lho, Rui Carvalho dos Santos e Orlando
Victorino, pelo que este último aban-
dona o cargo de director que também
desempenhava.

COLABORAM NESTE NÚMERO

Ana Hatherly

Alfredo Margarido

Rafael Monteiro

Álvaro Ribeiro

Fernando Sylvan

Carmo Vaz

Jorge Preto

Jonas Negalha

LEIA

O Movimento do Homem

O Segredo e as chaves da Liberdade

Religião e Pátria

Apologia do Duelo

«Cunkas Seizas»

A Loja Nova

Inquérito aos pensadores portugueses
Inquérito aos Estudantes
A crise da Universidade
Etc.

COLABORAÇÃO RESPONSÁVEL

A doutrina de cada artigo é da ex-
clusiva responsabilidade do autor.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Século, 34, 1.º — Telef. 24211

LISBOA

CONDICIONES DE ASSINATURA

(Continente)

Série de 3 números 15\$00

Série de 6 números 30\$00

Série de 12 números 60\$00

(Ultramar e estrangeiro)

Mais 10% sobre os preços indicados

«57» é composto e impresso nas Ofi-
cinas Gráficas Manuel A. Pacheco,
Lda., de Lima, Victor e Lima,
R. João Saraiva, 10-A (Alvalade),
— Tel. 76 01 18/9 — Lisboa.

«57» é distribuído pela Agência Por-
tuguesa de Revistas, Rua Saravá
de Carvalho, 207 — Telef. 06 86 39-
66 86 84 — Lisboa.

O presente número tem 24 páginas

PREÇO 750

DO HOMEM

trato, as suas cláusulas deixam de fora o principal.

Em suma, o homem e a mulher, atraídos por força irresistível, vivem afinal em regime de separação espiritual, quando não anímica e física. Não vão juntos à procura do mesmo Graal. Não se alimentam mutuamente, completando-se na complementariedade de almas com formas diferentes. Ao mesmo tempo, nada têm a transmitir aos seus filhos, senão carinho, dinheiro ou herança. Dirão que é muito? É pouco, é quase nada. Transfindo para a escola pública, a iniciação dos seus descendentes no grande enigma da vida, os pais abdicam do seu mais sagrado direito e colocam no lugar de mandado que deveriam assumir, a figura burocrática de um professor que aos seus filhos está ligado, não pela ternura, mas pelo ordenado que, ao fim do mês, o Mínister lhe dá.

Assim o movimento da família permanece um sonho, algo que se encontrou no inconsciente, mas logo se calcou aos pés. Se o amor poderia ter criado um ser mais perfeito — homem-mulher unidos na mesma gesta espiritual — engendrou-se em vez disso um divórcio que é condição real de quase todas as famílias.

O amor dos pais poderia transmitir, de geração em geração, um determinado espírito de que pode ser considerado arquétipo a relação iniciática entre os principes de Avis, que em cinco gerações sucessivas — duzentos anos — foram pacientemente realizando a mesma empresa superior — mas ao invés, houve uma abdicação total a favor da escola, uma escola onde não há espírito, porque a rigidez da instituição o aniquilou em sua humanidade.

programas de ensino que, em vez de atrair o espírito, o repelem — quase sempre irremediavelmente. Dadas em forma de história, isto é, de um passado que se fixa, são contrárias ao movimento do homem, representam aquilo que poderíamos chamar uma regressão estética.

Que a escola não assegura o movimento, comprova-o afinal este simples fenômeno: estamos hoje a viver um grau de intenso progresso técnico e no entanto, se escutarmos a voz dos homens sábios da nossa época, incluindo cientistas como Einstein ou Oppenheimer, nunca terá sido tão inferior o nível psicológico, intelectual e espiritual da humanidade. A angústia de viver, a impotência de conhecer e a religião do egoísmo revelam dramaticamente a carência do movimento que o homem, nos seus arcana, exige.

3 — Cultura

A cultura moderna confirma a escola. Através de todo o vozeirão mecânico das técnicas — livros impressos aos milhares, jornais tirados aos milhões, rádio e televisão para as massas — os mesmos leitmotiv passam de ouvido em ouvido, de casa em casa, de família em família. Vive-se entre a exaltação do que interior há no homem — e uma crítica azeda, amargurada ou sarcástica que não sabe o que quer, que apenas assinala indignação, mas que nada oferta aos homens sequiosos do movimento. O homem culto o que é, afinal? É o homem que fala línguas, foi a Paris, cita as peças em voga, conhece os nomes dos escritores de momento e salpica na conversa uma citação lembrada a tempo? Assim parece. Mas assim não é.

como o movimento iniciado, logo se interrompe pela má interpretação sociológica em ideias oitocentistas, que todavia por anacronismo ainda vigoram.

Algo de semelhante se passa com o conceito de pátria. Esta começa, com efeito, por corresponder a uma antropologia física: a pátria é a relação primordial como que sagrada, entre o homem e a natureza. Ao absorver determinada porção de território, um grupo de homens é ao mesmo tempo absorvido por esse território, que o marca indelévelmente, pelo clima, pela paisagem, pela temperatura, pelo específico da sua produtividade. Neste nível a pátria é pois uma síntese natural ou ainda cósmica, com tais repercuções no homem que lhe modifica os caracteres, desde a pigmentação até à vontade.

Em casos especiais, pode o elemento água, aliás superior na hierarquia tradicional, sobrepujar o elemento terra e a pátria adquirir então — estamos ainda no plano físico — uma outra dimensão. Tal é o arquétipo do mito atlante de que a Inglaterra e, mais fortemente ainda, Portugal, são representantes actuais. Com efeito, o centro cósmico da pátria portuguesa não está na terra, mas no mar. É uma pátria cujo símbolo é a nau, cuja via paradigmática é o oceano e cujos territórios são sempre costeiros, voltados ao mar, estabelecendo uma comunicação entre os cinco continentes. Síntese natural de simbologia marítima, a pátria portuguesa figura pois muito menos nos continentes Europa, África ou Ásia, do que no sexto continente, o continente líquido.

No aspecto espiritual, uma pátria é sobretudo uma ideia primordial em movimento, é sempre

um pensamento movente, fraternizados numa empresa comum pelo vínculo livre que lhe podem exprimiramente dar, os homens dedicam-se às suas pequenas empresas pessoais ou entregam-se a um outro tipo de empresas colectivas — a que chamaremos artificiais. Com efeito, se a fraternidade na pátria é natural e livre, há comunidades de esforços que não são naturais nem livres e por isso, dominadas por vontades sedentas e estáticas, impedem o movimento. O movimento ou é necessário ou não é. A própria ideia da pátria é no nosso tempo prejudicada, mal interpretada e mal tratada por estruturas artificiais que pretendem representá-la, mas que apenas logram diminui-la.

2 — Aliança

Círculo da alma, círculo da família, círculo da pátria. Para muitos, há que ultrapassar largamente estes círculos naturais, abandonar o concreto, caminhar para o universal. O homem universal, porém, se entendido ao invés da concepção de um Teixeira de Pascoais, é de tal modo inimaginável, que a abstração passa a ser representada por um conceito apesar de tudo mais concreto: chamemos-lhe o conceito da aliança. Pretende-se repetidamente substituir o círculo da pátria pela aliança, que afinal é uma pátria maior. Fala-se da pátria como de um preconceito romântico ultrapassado, bom para um Camões ou um Schiller, um Junqueiro ou um Victor Hugo, mas inadequado aos tempos modernos. De que aliança se trata? Ora de uma tácita aliança cultural entre pátrias afins, ora de uma tácita aliança rácica, ora de uma

(Continua na pág. 16)

O segredo e as chaves da liberdade

1. Servidão e Preconceito

Fenómeno observável nas sociedades de hoje é o da obediência cega ao «preconceito», como meio de ordenação dos indivíduos e de coordenação das relações humanas. Não interessa, aqui, averiguar se o fenômeno de agora o foi de sempre ou de certos tipos de sociedade antiga, mas tão só testemunhar que, nas sociedades modernas, o «preconceito» impõe ainda e arbitria, com autoridade quase sagrada, o jogo das forças — corrente, que comanda a vida de relação, em qualquer dos seus aspectos sociais: o familiar, o profissional, o político e o religioso. E interessa-nos encarar este fenômeno sobretudo na actualidade, porque ele é menos desculpável hoje do que ontem, uma vez que seria de esperar maior lucidez crítica, depois que os homens criaram o «Século das Luzes» e divulgaram as luzes no séc.

O processo de formação e divulgação do «preconceito» é sub-reptício e lento, e anda sempre agarrao à face obscurecida da nossa alma. Na maioria das vezes, aparece e divulga-se como produto mental de um grupo humano protegido por determinados privilégios materiais de posse ou de domínio, e, por isso, é facto necessário de natureza psicológico-social, em todos os agrupamentos diferenciados em senhores e servos, em classes opressoras e classes oprimidas. Diz-se que é uma necessidade, porque sempre foi considerado pela razão tendenciosa e pela superstição, como meio mais fácil de senhorio de alguém sobre alguém ou de algo sobre alguma coisa, aquele que consiste em apresentar, como «dever ser» para todas as pessoas e categorias sociais, um exclusivo pensamento, atitude ou acto individual ou de classe, desde que estes sejam previamente garantidos, quer pela fascinação real ou fictícia de um indivíduo, quer pelo prestígio de um cargo, quer pela importância crítica dada a certas classes ou a qualquer instituição familiar, política ou religiosa tradicional. Desta modo, o que dá poder normativo a esse acto, atitude ou pensamento é, não a sua inspiração em ideais que a tradição filosófica e a nossa intuição sabe originários, mas um princípio fabricado e ilusório, que sólidamente se expõe como «ícone» sedutor aos olhos espantados e velados da multidão.

Trata-se, como se vê, de mera aplicação daquela mesma verdade psicológica, que costuma invocar-se para esclarecer a imperfeita elucidação superstição religiosa de outros tempos, e a de hoje.

Na verdade, o «preconceito» começa por ser a sentinelha, de que se servem indivíduos e grupos de inteligência não libertada, mas detentores de regalias especiais, para acuafar os seus actos e conduzir passivamente à obediência os restantes componentes do mesmo agregado social. Depois, a ignorância destes torna aquela obediência efectiva, quer ela seja simultaneamente física e mental quer seja apenas física, e vê-se, então, o «preconceito» a manter completa ou parcialmente a actividade crítica dos homens, fazendo que estes vivam e procedam, inconscientemente, como se lhe atribuissem poderes extraordinários, misteriosos e sobrenaturais. Numa palavra, o homem passa a viver e a agir supersticiosamente. Os descendentes da magia antiga e os crentes na moderna sociologia têm sempre de perguntar-se, antes de tirarem qualquer conclusão dos seus estudos e investigações, porque, hoje ainda, o comportamento humano se determina

por normas arbitrárias de convívio, que se tornam objecto de aceitação executiva, isto é, se tornam objecto de superstição mágica.

É nas sociedades em que o «preconceito», conservador por sua própria fraqueza, campeia livremente, que menos é possível uma renovadora evolução espiritual, porque nelas as verdadeiras «élites» intelectuais — as de sempre norteadoras de um pensamento criador e acção evolutiva — são injustamente as menos estimadas. Domina, pelo contrário, uma classe cuja situação privilegiada lhe advém e é protegida pelo enigma fascinador dum coloração sanguínea, pela sedução metálica das moedas ou pelo prestígio externo, oficial, dado a certos cargos e profissões. Depois, como segunda cintura de protecção dessa classe, vem o arame farpado constituído pela moldura de «preconceitos», que se distribuem horizontalmente por vários planos, de acesso cada vez mais difícil, para que menos fácil se torne e maior fascínio tenha esta tosca iniciativa. Pelo mesmo motivo, os ademanhes preconceituais se entrem profusamente, à medida que se vai penetrando mais dentro numa dessas sociedades e à medida que esta estagna mais tempo numa situação de preponderância.

As sociedades deste tipo impõem uma severa disciplina exterior e falsa, com que salvaguardam a vacuidade dos princípios em que dizem fundamentar-se e que apenas servem para manter um aparato mágico que as defendam. Confiam automaticamente no pendor do homem para se deixar envolver, na infância da sua vida inteligente, pela impressionante luz sensual, que lhe possibilita só uma visão unilateral do universo e, como tal, imperfeita e provocadora de erros, prejuízos e injustiças. Confiam, finalmente, em que o homem de hoje é tão supersticioso como o de outrora, ou mais ainda, porque nunca tão pouco acreditou na sua superioridade natural e missão sobrenatural.

Muitos pensadores se têm dedicado aos problemas da educação, com intuições diversamente confessados, mas que podemos talvez sintetizar num único que os irmanam a todos: o de pôr termo à superstição, filha da ignorância, pelo cultivo e gradual florescimento da inteligência. Só este, com efeito, pode ter uma justificação genética, porque só ele pode conduzir o ser humano ao conhecimento de si mesmo e, portanto, ao conhecimento sobrevalorizado da sua verdade consciente, que, depois e naturalmente, se identificaria com a verdade geral e universal.

Mas este magnífico intuito, que tem a educação superiormente valorativa, é impossível de alcançar, quando a inconsciência social leva à utilização generalizada do «preconceito», visto que este, como norma de comportamento não esclarecida pela inteligência, ainda a obscurece, logo nos primeiros voos da criança, e deforma-a, ocasionando um ciclo vicioso dramático que tem impedido o homem de libertar-se: pelo contrário, é constantemente ofuscado pela falsa e nociva luminosidade daquele prestígio artifical, que vulgarmente costuma fabricar o prodígio. Como consequência, desde o começo da vida social, o ser humano vê, tragicamente, cegar-se-lhe a luz original de inteligência e é obrigado a mergulhar, lenta mas progressivamente, na pior das servidões, porque progressiva e lentamente o vai abandonando o melhor recurso que a natureza lhe ofereceu, para vencer e ultrapassar o seu condicionalismo físico originário e, depois, necessariamente social.

Por
JOSE A. FERREIRA

Se assim é — e tudo parece indicar que assim seja —, o preconceito não pode nunca facilitar a marcha para a libertação da humanidade nem encaminhar ninguém para lá. A sua artificiosa base ideológica de modo nenhum pode gerar o clima de fraternidade equitativa, indispensável a que a evolução espiritual se reproduza. Queremos dizer: enquanto houver senhores e servos, o género humano não pode atingir a liberdade fraternal a que aspira desde há séculos, desde sempre. Pode esperá-la, desejá-la, ou ter saudades dela como diria Pascoaes.

O mais admirável, porém, é que é da intuição de todos — embora mais dos que vivem nas camadas sociais desfavorecidas, por causa da maior limpidez da sua observação crítica —, que a verdadeira hierarquia social só pode erguer-se à luz de um princípio natural inteligente; e que as sociedades, hierarquizadas por graus de evolução espiritual, são superiores àquelas que se organizam por dificuldades burocráticas de acesso ou por modos de convivência arbitrariamente escolhidas e impostas. Confundido, apesar disso e de os pensadores de sempre não se terem limitado a intuí-lo procurando também, pela palavra e pela acção, elucidar os seus contemporâneos e os vindouros da supremacia da «cidade inteligente», as sociedades modernas continuam a organizar-se em «cidades» de «preconceito».

2. Hierarquia e Liberdade

Mas, perguntar-se-á: — pode uma hierarquia inspirada em graus de aperfeiçoamento espiritual terminar com a repetida discriminação em senhores e servos?

Porque, na verdade, todo o ser, que nasce e vive como indivíduo, fica submetido a um condicionalismo físico imposto pelo parentesco que a substância corpórea tem com a natureza inanimada, quer pela hereditariedade dos caracteres específicos, quer ainda pela presença activa do mundo geográfico, ou cosmográfico, mais lata e verdadeiramente. Esta submissão logo atrai, no ser humano, um aprisionamento da «psique», que esbraceja por encontrar um ambiente, onde possam os seus atributos essenciais: vitalidade infinita, movimento infinito e magnitude infinita, todos abraçados e fecundados de infinita inteligência; é com esforço permanente de adaptação, e criação de mais perfeitos momentos e espaços, sempre orientado pela inteligência inicial, que vai tecendo o casulo que justifica o universo e torna compreensível o finalismo.

Quando, por fim, consegue acomodar-se no modelo corporal que lhe pertence, a alma-corpo individual tenta tornar consciente a sua origem e o seu destino, é, então, que o homem pode manifestar-se com uma pujança criadora espontânea, porque a sua alma preenche uma criatura, admiravelmente predisposta para a recepção, compreensão e emissão da verdade que o percorre. Esta verdade é a sabedoria que harmoniza o homem com o universo e qualifica-se de sobrenatural, porque, ocupando na escala filosófica dos valores, uma posição superior à que se atribui à natureza (enquanto ge-

ração e não ressurreição) aproxima o natural do ser humano da sua imagem e semelhança com Deus.

Acontece, porém, que na variedade incontável das criaturas, a «psique» não consegue bordar sempre, em cada espécie e em todas, o mesmo casulo, porque as referidas circunstâncias de ordem física, social e cosmográfica podem provocar o aparecimento de lesões ou inibições, de cegueiras ou ilusões, que constroem, deturpam ou estiolam a marcha ascensional da cada uma das variadas e universas criaturas. Só depois de ter vencido estes diversos condicionalismos é que a humanidade poderá conseguir a harmonia libertadora. (Parece-nos que seria esse o papel da Ciência, se uma sociedade hierarquizada de modo diferente do actual, e orientasse exclusivamente para a luta contra a fraqueza e enfermidade humanas).

Quer dizer: a natureza parece sugerir ao homem uma diferenciação, para que aí ele se inspire e dela se sirva na direcção da sua vida individual e social. E sugere-a realmente, visto que, como vimos, os seres não aparecem nela com o mesmo grau de aperfeiçoamento nem por conseguinte, de nenhum é idêntica a obra a realizar.

Todavia, ninguém pode inferir daqui que, na própria natureza, haja uma hierarquia em que os seres se escalonem de modo que o superior, por qualquer atributo valorativo, se sobreponha e escravize ao inferior, como sempre têm pretendido aqueles que buscam um princípio de validade universal, para justificar as discriminações sociais. A única inferioridade justa é a de que há sim uma hierarquia natural, mas não constituída por senhores e servos: há apenas criaturas mais evoluídas e menos evoluídas, aquelas recebendo destas o impulso vital que as alimenta para a elaboração dum possível e futura ressurreição da carne, e retribuindo-lhes esse oferecimento com o pôr a sua inteligência mais luminosa ao serviço da liberdade comum.

A distinção em senhores e servos pressupõe sempre um despotismo, seja de que ordem for, e o que se vê na natureza é a fraternidade geral, que se denuncia no constante auxílio que todos os seres se prestam reciprocamente uns aos outros. Por vezes, esta fraternidade é, sem dúvida, levada ao sacrifício obediente ou voluntário do indivíduo, mas isso não invalida a afirmação anterior: confirma-a e dá-lhe significação mais ampla e concreta, pois explica o misticismo primário dos ritos religiosos, que exigem a morte de certos animais ou da pessoa humana, como meio de expiação. E o mistério profundo da morte de Jesus está também implícito no incomensurável segredo da natureza.

Parece, com efeito, que, tendente a irmanar todas as criaturas num objectivo comum, há uma coordenação dos vários esforços individuais, que nos deixa perceber que a ocasional debilidade física de algumas pode ser curada pela ajuda de outras ou outras, de modo que a sua limitação circunstancial seja vencida e possam alcançar um mais elevado grau de aperfeiçoamento.

Contudo, é ainda o ser humano quem, sabedor disto, há muitos séculos, levanta os obstáculos que têm surgido e surgem para alterar ou impedir a progressiva relação de simpatia entre a «física» e a «psique». Esta sua cegueira é milenária, mas actualmente mostra-a agravada,

pois com ela não se fere apenas a si próprio: a atribuição de um utilitarismo exclusivo à natureza não deixa já nem sequer que o determinismo aparente dos ciclos espaciais e temporais cumpra a sua missão de ordenador dos movimentos vitais do universo. A evolução poderia, noutras tempos, ter-se suspendido no homem — e daí o aparecimento de Cristo —, mas hoje tenta-se suspender-nos nos próprios reinos inferiores. Diz-se, por este motivo, que a humanidade só será vítima dum catástrofe, depois de, antecipadamente, ter lesado outros aspectos da Criação.

O ser humano é a criatura mais perfeita, mas dizemos que só o será em acto criador, quando todos — homens e mulheres — tiverem compreendido o segredo e o mistério da sua validade, e depois que tenham efectivado, nas suas mútuas relações, o amor que todos hajam de saber que, desde a origem, cada um merece. Nesse momento, terão ao seu alcance a chave do seu destino e da sua felicidade comum. É isso o que vem tentando revelar o pensamento, as palavras e as obras de alguns poetas, filósofos e santos, cujo génio, depois, o homem de todas as actualidades se limita a estudar, exaltar e comemorar, para que impunemente possa encobrir e desculpar-se dos erros e crimes, que costuma praticar contra si mesmo, os semelhantes e tudo o mais. Esquece-se sempre de que a universalidade da criatura humana, que a tradição bíblica diversou, posteriormente, em Adão e Eva, e que a tradição clássica e a cristã costuma cindir, (embora com significado diferente), em corpo e alma, só é testemunhável em grau supremo de experiência psicológica; e que só é exprimível, linguisticamente, pela atração daqueles dois substantivos, quando sustentada pelas formas conjugadas da terceira pessoa do verbo ser. De acordo com esta antiga sabedoria, só o corpo são e a alma tranquila podem ser teatro duma revelação espiritual, isto é, podem gerar o «meio» em que o espírito actua como verbo e predicado do corpo-alma individual e da dualidade humana: — do homem e da mulher. Este é, pelo menos, o ensinamento que irradia da bipartição das disciplinas pedagógicas gregas em «gimnástica» e «música», da máxima: «mens sana in corpore sano», e que incita à participação da inteligência na compreensão dos sacramentos do matrimónio, da comunhão e da ordem, na religião cristã.

A consciência valorativa de si próprio e da fraternidade com os outros, conseguida pelo descobrimento e observação introspectivas e do mundo circundante, é, assim, a predisposição inicial necessária, para que o homem saiba, com antecipada previdência e intelligentemente, resolver os seus problemas e, portanto, vencer o condicionalismo físico-social a que o sujeita o nascimento e, depois, a sociedade. Queremos dizer, por outras palavras, que todos podemos atingir um grau mais elevado de liberdade (e com ela a verdadeira liberdade social), se soubermos como o determinismo corpóreo pode deixar de subverter a realidade vital superior, e quando soubermos, conscientemente, que a hierarquia, que se subordina ao grau de evolução espiritual, é a única natural e justa, porque só essa é, efectivamente, uma verdadeira «arquia» sagrada.

RELIGIÃO E PÁTRIA

A doutrina positivista da delimitação de fronteiras entre o que é da ordem temporal e aquilo que pertence à hierarquia espiritual, consagrada no «Système de Politique Positive» de Augusto Comte, tem a sua projeção contemporânea na doutrina da delimitação das funções do Estado e da Igreja. Simplesmente, a indicação de que há dois territórios diferentes ou dois diferentes campos de ação deixa insoluto o problema concreto de definir a respectiva fronteira, pelo que tais dizeres não passam de retórica oca ainda que altissinante. Assim, na atribuição dos poderes educativos ou na definição do sistema de assistência pública continua a mesma perplexidade quando se ignora afinal se ela está referida à Igreja ou ao Estado. Sabido, porém, que cada povo, cada nação, cada Estado, tem uma missão histórica específica que a própria Igreja Católica não deixa de reconhecer, cabe-nos perguntar qual a filosofia política que corresponde verdadeiramente à liberdade e ao destino da nossa pátria.

Entre nós, portugueses, há um estranho fenômeno explicável, na esfera antropológica pelo menos, por uma instrução desnacionalizante cujos fins se patenteiam na uniformização e tecnicização regressivas e reacionárias. Assim, muitos que, desde crianças, ouviram e ouvem afirmar insistente a nossa menoridade intelectual, a nossa pobreza mental, a nossa falta de recursos económicos, consideram-se, no modo elogioso e apológico em que se exprimem sobre o que, dos países ultramontanos vêm, como que fazendo parte de uma pátria não só intelectualmente retardada como decadente, empequeñecida e apocuada. De onde resulta o incessante vituperar do que de grande, próprio e original possui o povo português, explicando-se assim o sucesso dos Vencidos da Vida e daqueles para quem uma viagem a Paris, a Roma ou a Berlim representa o máximo expoente ao qual podem aspirar com as suas servis inteligências.

Próprio do português é a viagem, original o seu pensamento. É escrito já velho, velho e repetido que os descobrimentos representam na nossa história não a descrição de uma série de feitos mais ou menos coerentes, mas toda uma simbólica que indica ou aponta o destino superior de Portugal.

Só povos há para os quais a viagem ou vida nada mais significa que anular a distância entre os pontos de partida e de chegada, se povos há para quem tudo já foi dito, escrito ou revelado, para o português esta viagem apenas começou. O povo que descobre «novos mundos ao mundo», conhece, sabe e cala, na língua que fala, como inefáveis são os mistérios que no percurso indefinido procura alcançar. Todo o domínio fluido da alma, que a palavra revela, oferece-se ao povo errante que mais confia na secreta audição do que na visão separatista, classificante e idólatra.

Os descobrimentos subordinam-se à finalidade expressa na frase, tão vulgarizada como pouco conhecida, como o é «a diletação da Fé e do Império», mas que nos esclarece quanto à ciência e à consciência que, da missão espiritual de Portugal, sempre tiveram os seus verdadeiros representantes. Missionar não quer dizer, contudo, vulgarizar uma doutrina infelizmente já tão ao nível do

Por
FRANCISCO SOTOMAYOR

vulgo. As palavras desgastam-se pelo abuso a que as sujeita quem não sabe falar e hoje é raro, demasiado raro, a pessoa que entende o profundo sentido radical oculto na palavra missão. Assim, serve esta não só para designar ou sinalar determinado acto voluntário como para indicar um edifício construído no interior do sertão; quase nunca para ensinar o homem, elevando-o à compreensão do que mais nobre se espera dele. Deste modo, é consequente que o conceito de «dilatador», referido à categoria de tempo e relativo ao domínio da carne, degenerasse e fosse substituído pelo de «conquista» que diz respeito à categoria de espaço, em que se figura o corpo e segundo a qual as ações humanas se exprimem pelos verbos construir e destruir, sinalando o predominio do senso da visão e do trabalho manual ou tecnicista.

Perpetuamente haverá quem, por deficiência de fé ou por impotência de razão, não crea ou não possa investigar as influências daquelas

forças originadas no cerne do ser e que, talvez por agir passivamente sob elas, procura desmentir a profunda realidade de um mundo que desconhece ou no qual não acredita. Para esses permanecerá secreto o motor da história de Portugal visto como, não é sem razão que ela aparece animada pela virtude teologal da fé. O cognome de «fidelíssimo», dado pelo papa ao representante do espírito da pátria, no momento em que os portugueses assumem maior consciência do seu superior destino, indica o modo caracteristicamente nacional de apreender as três virtudes teológicas em que se exprime o superno verbo. Apesar disto, e não é opinião do autor deste artigo mas facto verificável e até afirmado por sacerdotes portugueses, como o leitor se pode informar em qualquer das revistas eclesiásticas, a doutrina católica não tem encontrado entre nós, pensadores que a pensem português. Só assim é possível explicar que a apologética do catolicismo, em Portugal seja feita mediante, quer os livros traduzidos em mau português quer os argumentos rebuçados em autores estrangeiros de preferência franceses.

Não deixa de ser curioso e significativo que ao rei de França lhe coubesse o epíteto de cristianíssimo. Efectivamente, o país mediterrâneo donde deveria brotar o positivismo, sinala-se pela interpretação da doutrina católica sob o signo da Caridade. A própria revolução francesa, aparentemente tão contrária aos dogmas da Igreja, afirma-se em posições que demonstram a profunda radicação do catolicismo francês no que, mais tarde, deveria degenerar em sociedades cujos fins filantrópicos nada tem que ver com o amor do próximo.

Do positivismo provém a corporização daquela tendência, que havia já, de substituir o que se imprime nas palavras pela filantropia que se exprime em dinheiro e cuja resultante em política, se traduz na sobrevalorização da economia como ciência resolutiva dos problemas humanos. Tal substituição paraleliza, ou melhor deriva de se interpretar o mistério da encarnação em termos que o de-

«Trata-se de duas posições meridianas (e nós honramo-nos de ter tão admiráveis opositores), duas hipóteses de trabalho a que só a investigação experimental do condicionalismo cultural português poderá dar resposta; e assim saberemos a qual dos princípios — se o do institucionalismo se o do liberalismo e nuclearismo educacional — havemos de dar prioridade. Prioridade, dizemos, porque estamos convencidos que uma Universidade Livre e uma Universidade Institucionalizada não se excluem, completam-se.»

(A Planicie, 1-10-56)

"CONVÍVIO" E "57"

Por
AFONSO CAUTELA

A província: dimensão complementar.

Se o pensamento é função do tempo e do lugar, temos de considerar, além das dimensões portuguesa e atlântica, a dimensão de onde falamos: a alentejana. É da dimensão alentejana que dialogamos com o «57», lugar geométrico de todas as dimensões da pátria lusitana. Aqui, pouco ou nenhum é o contributo das artes, letras e filosofia. O nosso concreto é um concreto sem terra nem tempo. Aqui, as secas e crises de trabalho, antes da antropologia exigem ação. O especulativo terá talvez de completar o agente: mas sucede-lhe, não o antecede. Julgamos necessária esta voz sem filosofia, porque o movimento «57», orientado centrifugalmente, tende, como todas as rotações centrifugas, para a expansão, dando como certa a consolidação. A expansão falha, todavia, se lhe faltar este termo de apoio. O pensamento do concreto, de contrário, não seria mais do que um pensamento no abstrato.

A pátria

Não falamos aqui da pátria monumental, artística e paisagística; a dos roteiros turísticos; a das exposições folclóricas. Falamos da pátria anónima e esquecida; a das caras lambuzadas das crianças; a dos quintais que dizem para estrumeiras; a das mulheres embiocadas em zales negros de tanta vivaz; a dos adolescentes que espreitam, a medo, a passagem da camionete concorrente; a das extensões quilométricas; a das horas arruinadas e florescentes; a dos carros de mulas. Enfim, a pátria dos dias de semana, que os jovens deviam visitar, em vez de tirarem bilhete para Paris.

A palavra alentejana

Só quem pensa por conceitos é filósofo. Aqui, é-se adolescente. Recolhamo-nos à dimensão que nos serve: a província. O pensamento dos adolescentes é, por exceléncia, o pensamento do concreto, porque é o pensamento por imagens, embora se pense tal da infância e puerícia e Coménio tenha fundado a didáctica da imagem para a escola primária. A didáctica de Coménio, contudo, completa-se na didáctica moderna dos globalistas que descobriram na criança, não um pensamento abstrato, não um pensamento concreto, mas um sincrétismo, que não é nenhum deles nem intermediário deles, não só anterior, irreversível e autónomo como de estrutura e qualidade diversas, uma espécie de comunhão intuitiva com o Absoluto. Recuar para antes da adolescência, seria colocarmos a nossa voz no centro do sector circular cuja superfície o «57» abrange. Ficamo-nos a caminho, em tensão para o centro, contrariando a tendência periférica e tentando com ela o equilíbrio de duas forças de sinal contrário e igual direção: o futuro lusitano.

Primeiro, a primeira educação

Enquanto para o «57» a reforma da Universidade é a reforma das reformas, nós cremos que sim para as dimensões que o ocupam e preparam, mas não já para a dimensão que nos ocupa e preocupa a nós. Uma reforma estrutural da Primeira Educação é o que nos parece, daqui, e aqui, a reforma necessária. Porquê?

Introdução ao Homem alentejano

Porque com a escola rural e só com ela tem de contar o maior contingente da população, porque a função docente desta escola nada tem com o Ensino Superior e, portanto, em nada viria a alterar-se com a reforma desse Ensino. Talvez que a reforma da Universidade, no enten-

der do «57», pela palavra do seu director, abranesse nos quadros universitários as actuais escolas do magistério ou escolas normais. Creio mesmo que embora não estivesse nas suas previsões, estará, com certeza, nos seus intentos. Mas a verdade é que, ainda por uma questão de tempo e lugar, ainda da nossa dimensão da província, ainda em nome das necessidades que são, há séculos, urgentes —

Educação do homem rural não tem que depender nem pode esperar do homem urbano, do homem português ou do homem atlântico, funções essas que, a nosso ver, estariam entregues aos liceus e às universidades, respectivamente. São razões de tempo e lugar, do homem concreto, portanto, que decidem esta urgência, onde se pode passar sem filosofia ou, pelo menos, sem um sistema filosófico, mas onde se não devia passar nem mais um ano sem ação — ação criadora, construtora e transformadora. Não queremos, não podemos esperar. O religião atrasou-se séculos, é possível que haja mesmo cantos e recantos sem religião, nem sistema métrico decimal — sem tempo e sem espaço, portanto. Por isso dissemos que, fundamentalmente, temos de contar com uma gente sem tempo e sem lugar, própria, talvez, para um poeta verter o sentido trágico do Alentejo, por exemplo, mas imprópria para quem pensa não em termos trágicos mas épicos. A épica não já de navegantes mas de bandeirantes, eis o que o Alentejo, atrasado do Brasil alguns séculos, espera. Um inquérito ao homem alentejano deve preceder, como é óbvio, um estudo teórico da sua antropologia. A ação prática deve anteceder a teórica. No dia em que se possam escrever livros sobre o homem alentejano é altura não de começar a actualizá-lo, isto é, a situá-lo dentro do espaço e do tempo, que não tem, que ignora, que não pede porque não pode nem sabe pedir, mas altura de estar já actualizado para que possa, a si, civilizar-se ou, se se quiser, educar-se.

Esta «introdução ao homem alentejano» creio que servirá, com poucas variantes, para o homem de todas as províncias lusitanas, projeto que julgo tão necessário e tão grandiosamente promissor, como o do homem atlântico. É preciso que à grande palavra atlântica se junte a pequena palavra alentejana. Quem diz alentejana, diz a das outras províncias do complexo pátrio. A vida local, aproveitada para demagogia, folclore, literatura, regionalismo e outros serviços de interesse privado, nunca foi encarada em grave função da história, do presente e do futuro da pátria. A nossa temsa é que o homem concreto, se há-de tender para um dos extremos, de que o homem atlântico serve de grau intermédio e que é o homem universal, tem como extremo oposto o homem-indivíduo, aquele homem que, como as impressões digitais, é o único, e onde mora a liberdade. A educação para a liberdade, é a educação do indivíduo para o universo, a única que considera, simultaneamente, estes dois valores e, gradativamente, os valores intermédios. A escola livre é a que pedimos, como vemos pedir a universidade livre por «57», primeiro implícita — e agora expressamente: «Com o acesso do universitário ao governo da Universidade, a Associação Académica passaria de certo modo a ser a própria instituição. A Universidade tornar-se-ia nesse caso uma associação espontânea de professores e alunos, de mestres e de discípulos».

O ideal da educação livre nos impõe e faz da diversidade, doutrinária, temperamental ou de educação dos que pensam, escrevem, coadjuvam e continuam o «57» não motores de exclusão mas de solidariedade. O «57» poderá ser o campo experimental das gerações de vanguarda, no treino da mais difícil, da mais

(Continua na pág. 20)

O CULTO DO ESPÍRITO SANTO

Por

RAFAEL MONTEIRO

*«There are more Things in Heaven and Earth, Horatio,
than are dream of in your philosophy.»*

(Shakespeare — Hamlet, I-15.)

Divindade e Humanidade

A mulher foi criada para o homem (não é bom que o homem esteja só), Gen. II, 18) — ambos para, na união amorosa, glorificarem Deus.

«Eu sou para o meu amado, e ele para mim é que se volta» (Cast. d. cast. - VII, 10). Deixará o homem a seu pai, e a sua mãe, e se unirá à sua mulher; e serão dois numa carne» (Gen. II, 24). «Goza da vida com a mulher que amas por todos os dias da tua vida instável (...), porque esta é a tua parte na vida» (Eccles. - IX, 9).

A narração bíblica de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, pode significar a potência divina existindo e agindo no homem — o mundo do Deus criador reproduzido visivelmente sob a imagem do homem, ser criado. Os membros do corpo humano poderão não ser mais do que imagens dum certo modo espiritual da existência que se manifesta na figura simbólica de Adam Kadmon — o primeiro homem.

Na «árvore», que é, ao mesmo tempo, esqueleto do Homem e esqueleto do Universo, as «Sephiroth» ocultam e manifestam a potência divina — revelação de Deus na Shechina (arquétipo místico da comunidade de Israel), a Mulher. Por ela o homem se liga aos Anjos e «expressa» Deus. (As coisas que Deus realiza visivelmente, realiza-o pelo ministério dos anjos: «Quae visibiliter flunt divinitus, dispensantur per ministerium angelorum» — De Trinit. - III, c. X.). Do amor à vida continua-se. Tal «processus» é a mais profunda manifestação da divindade: por ele homem se redime, cria e conhece — a mulher por mistagoga.

Quando Astréa deixou a Terra e se elevou nos céus, colocando-se naquela casa zodiacal chamada «da Virgem», terminava na Terra a «cidade de ouro», que os arqueólogos desconhecem e Daniel ensinou a Nabucodonosor.

O amor humano deixava de confundir-se com o amor divino. Divindade e humanidade separavam-se; o mundo conhecia a dor. Entre Deus e o Homem interpunha-se a serpente, que, num «crescente» figurada, a Senhora da Conceição, Mãe de Jesus, esmagava ou pisa.

Obliterada a sua memória, o homem, contudo, jamais deixou de se perturbar com o sublime e indevassável mistério da geração. Nenhum povo deixou de encontrar na dualidade macho-fêmea um princípio religioso, o princípio religioso (¹); daí os cultos diversos às múltiplas potências criadoras, muito vivos no muído pré-crístico, onde o homem «sabe infeliz». Ele busca a união; mas ainda há-de nascer o Messias — que quer dizer: «mediador».

Cristianismo

«Fez-se homem, para nos fazer deuses».

(St. Atanásio — «Da inc. do Verbo»).

Não podemos, sem erro e sem perigo, estabelecer semelhança entre o cristianismo e anteriores ou posteriores ensinamentos. Buda, Lao-Tsé, Confúcio, Maomé, eram homens filhos do homem. Cristo — é Deus vivo em Jesus, «Le Christ est plus qu'un Bodhisattva et plus qu'un Boudha»; avec le Christ apparaît pour la première fois un Dieu complètement incarné dans un homme. (E. Schuré).

Cristianismo não é eventemismo.

Na queda, o homem perdeu a divindade; «minha testemunha está no céu, e nas alturas o que me conhece», (Job - XVI, 20). «filho, não irmão. E por Moisés, ao filho o Pai impõe a Lei. «Le décalogue de Moïse se pré-

(¹) Religio, neste trabalho, tomamo-la como derivada de religio, está de religio (turnar a unir), tal como a palavra se considera desde Lactâncio.

sentait sous forme de Loi, non de Vie. La Vie d'Amour, n'entre dans l'humanité que par le Christ». (E. Schuré).

«Degredado filho de Eva», o homem «sabe-se infeliz»; ignorante e impotente para restabelecer a harmonia quebrada, Deus é inexorável.

Mas «o Verbo se fez carne, e habitou entre nós», na lição do Evangelho do Filho de Isabel; era o anúncio dum nova idade: a da fraternidade.

Cristo, Deus vivo, humanizou-se em Jesus; «desceu aos infernos». E homem foi redimido na sua humanidade. Agora irmão, em breve será livre, pois a liberdade é segundo estádio da glorificação do homem em Deus. Só a separação é dor; a união só pelo amor é real. O amor é liberdade. «Talvez que, contra todas as palavras sonoras de dicionários e de academias, liberdade seja, afinal, aquilo que se possuir quando, de certo modo, se está preso, integrado». (M. Isabel Monteiro — «S. Gregório e o sofrimento»).

Pelo amor, o homem vai integrar-se na divindade; preso, alcançará a liberdade. O amor, «vis unitiva» (Dioniso — «De divin. nom.»), é a mensagem de Cristo. «L'Amour transformé en action, voulà ce que donne le Christ», escreveu Steiner.

Mas, o seu reino não é deste mundo!

Quem está na cruz, entre dois ladrões, não é aquele «que do céu à terra enfim desceu, para subir os mortais da terra no céu» (Luciad. - I, 65); quem nela agoniza, crucificado na carne, quem nela expira — é Jesus, filho de Maria, o homem antigo. Esse é o mártir do calvário. Cristo — Deus, ascenderá aos céus; Cristo — Amor, ficará entre os homens — agora redimidos. «Quando ele subiu ao alto levou captivo o captivado, deus aos homens». (Ep. S. Paulo, 40: Eph. - IV, 7).

A humanidade, porém, ficava dividida: irmãos de Cristo — amando e credendo; filhos de Lucifer — sabendo e compreendendo. Dois símbolos se erguem e enfrentam: a cruz negra — morte e expiação, junto à qual choram aqueles que não creem na redenção; a cruz branca — luz e libertação, junto à qual glorificam aqueles que, crendo, esperam.

A missão de Cristo estava finda — para que outra pudesse ter lugar: a da síntese dos princípios cristão e luciferino, pelo Espírito Santo.

Cristo tinha que ascender aos céus, Jesus tinha que morrer. Não choremos a sua morte, não nos rojemos perante a cruz negra, onde expirou o homem antigo. «Eu digo-vos a verdade (aos discípulos); a vós convém-me que eu vá; porque se eu não for, não virá a vós o Consolador» (S. João - XVI, 7). «Mas o Consolador que é o Espírito Santo a quem o Pai enviará em meu nome, ele vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho ditos». (S. João - XIV, 26).

A missão visível do Filho tinha que se cumprir antes da do Espírito Santo; pois este manifesta o Filho, como o Filho o Pai: «quia prius debuit perfici missio visibilis Filii quam Spiritus Sancti, cum Spiritus Sanctus manifestet Filium, sicut Filius Patrem». (S. Tomaz — «Sum. Theo», q. XXXVII, a. VIII).

Cristo, anúncio de Amor, dava lugar ao Amor; «Spiritus Sanctus est Amor» (S. Greg. — «Homil. Pentec.»).

No «acto de amor», o mundo buscaria a síntese dos princípios assinalados na cruz negra e na cruz branca — o «casamento» da sombra com a luz.

St. Agostinho tenta-a: o Verbo que pretendemos insinuar é conhecimento com amor. «Verbum quod insinuare intendimus cum amore notitia est». De Trinit. — lib. IX).

Oito séculos depois, o discípulo de Alberto Magno afirma: «Conhecendo e amando, a criatura racional atinge, pela sua operação, o próprio Deus. («Cognoscendo et amando creatura rationalis sua operatione attingit ad ipsum Deum»), S. Thed. — q. XXXVII, a. III).

Vai surgir D. Diniz; atento à ligação

70% das opiniões começavam assim: «Eu não o li, mas dizem que...» E como dizem, o intelectual também diz. O servilismo e a preguiça mental comandam assim o pensar «livre» destes «livres intelectuais». Acostumados aos pios liricos do costume, acharam o «57» maciço e com muito (demasiado) que ler...

Os profissionais da propaganda tiveram bom campo para actuar. Com dois clichés de sensação, que logo se difundiram como decreto proclamado pelo Chiado (pela má-língua do Chiado, que é tudo quanto resta desse saudoso bairro intelectual...) e por todos aclamado, resolveu-se a problemática «57».

Uma vez mais se patenteou a inexistibilidade de um convívio cívico dos portugueses. Como é possível o convívio dos que actua da verdade e imparcialidade crítica colocam o seu egoísmo, o seu comodismo de adaptados (conformistas ou inconformistas, tanto faz, valem o mesmo) e nada fazem, antes contrariam os que fazem por transceder, transformar, reformar a situação e o condicionalismo a que se adaptaram? Se alguém tenta lançar a necessária ponte e adotar relações, ninguém se dispõe a ceder um milímetro das suas posições de intransigência, dogmatismo e febre.

O 57 como teste

Um espírito de facção continua a inspirar jornais e folhas literárias. Não usam argumentos de razão, mas de força: «Não queremos o 57...» E como não querem, batem o pé.

Um jornal que, apesar de órgão de grupo, se apresente com personalidade e novidade, não pode vingar (vingará?) num meio de aguadas invejas, onde cada jornal que aparece é bom na medida em que serve de poleiro para alguns lá obrarem doutrina, que muitas vezes nem doutrina é.

Ao lado de dois ou três órgãos, consentidos por hábito, «institucionalizados» digamos, cujo maior defeito (e única qualidade) é continuarem a viver já depois de mortos, um jornal que se apresente com impulso, juventude e guelra é olhado com natural desconfiança de concorrente.

A. C.

de Agostinho: «quod Spiritus Sanctus procedit temporaliter ad sanctificandam creaturam» («De Trin.» — XV, c. XXVII), cria o Império. A síntese realizar-se-á.

Amando e sabendo, crendo e compreendendo, os portugueses — novos apóstolos — vão iniciar a tarefa: evangelizar, unir, remir!

Na cruz das velas, o sinal imaculado.

Reino do Espírito Santo

«Gloire à Dieu
Qui sublimement s'enfonce — esprit
Dans le gouffre — esprit
Du Royaume de Satan...»
(Raul Leal)

(Continua na pág. 19)

o homem honesto

Corcovado, passa os dias de brumas, sobre as mesas nos cantos mais obscuros dos cafés, das pastelarias ou das leitorias, estudando aquelas sebes sujas, escuras e cinzentas. Sabe que, como aborto que é, deve sair à luz do dia só quando estiver munido daquela força anónima que a sociedade burocratizada lhe confere — o diploma. Queima os olhos estudando o processo de vingar nos outros o ressentimento enorme de não valer nada. Vende a alma. Não sabe a quem, nem importa a ninguém — pensa. É de um egoísmo fezoz; na aparência de bons meios esconde os fins maléficos que se lhe propõem e os quais recebe passivamente. Age mediocremente.

Debruça-se, humilhado, rasteiro e covarde sobre aquilo que sabe não valer nada, chama para junto dele quem lhe não possa fazer sombra; presta homenagem àquele a quem, prevendo, há-de espezinhar se para isso lhe for dada alguma oportunidade.

Não tem opinião, porque «não convém marcar diferenças», nem dar a conhecer a sua fórmula secreta. Lá apenas os jornais diários que lhe fornecem os meios para concordar com todos os que com ele, não previdos, sustentam o diálogo.

E é pontual. Todos os dias, se está empregado, não encontra o seu superior razão de desagrado, chegará às 9 horas. É talvez a única coisa de que se orgulha: nunca faltou, nunca bebeu demais, nunca seguiu atrás das saias revoltantes de uma bela rapariga de lindos e longos cabelos negros ou castanhos. Não. Chegou sempre à hora. O seu deus é o religião.

Se é estudante, não comprehende porque são permitidas as faltas, pois que ele, a cada aula, vê a grande ocasião de ser sabujo, de negar a sua virilidade, as suas qualidades masculinas, de esperar a oportunidade de humilhar os outros. De ser catedrático.

De óculos, curvado, cinzento e sujo, todos nós o consentimos na nossa convivência. Pois se ele é rasteiro, se se apaga, se não nos incomoda, se nos elogia, porque não favorece-lo? De resto, sabe todas as

F. S. M.

A situação social

do ESCRITOR

A valorização e dignificação do escritor português tem sido objecto de uma das mais sistemáticas campanhas do «57». Norteando-a menos por «frases» mais ou menos exaltadas, do que através de observações concretas, sugestões pormenorizadas e propostas fundamentadas, procuramos contribuir autenticamente para que justiça seja prestada pela sociedade, aos seus mais altos expoentes e àqueles de onde, mais do que de qualquer outro lado, se pode esperar a compreensão dos problemas humanos e, consequentemente, dos problemas nacionais.

Assim, nos cinco números anteriores, os redactores do «57» desenvolveram os seguintes quesitos:

N.º 1 — Artigos:

«A ausência do livro português em Moçambique».

«80 milhões de leitores».

«Prémios literários».

N.º 2 — Artigos:

«Os editores. A sua inoperância comercial. A sua responsabilidade cultural».

«A situação social do escritor — O escritor perante o Estado; os Prémios Literários; a Sociedade de Escritores».

«As iniciativas da Sociedade de Escritores».

«A Feira do Livro e os interesses dos escritores».

N.º 3 e 4 — Artigo:

«A ausência do livro português em Moçambique».

APOLOGIA DO DUELO

Por
FERNANDO MORGADO

De acordo com o conceito positivista de autoridade, que se divorcia da significação étima, e segundo a fórmula politicizante da ordem, ou do que é comumente chamado a ordem pública, a segurança dos estados modernos, tanto no que se refere ao individual como ao colectivo ou social, consiste na alienação da responsabilidade dos juízos, por meio da transferência destes para uma entidade abstracta. A esta entidade se atribuem e se reconhecem as prerrogativas do poder, do saber e do querer, no labor concernente à regulamentação dos costumes, isto é: ao que inocentemente é assumido como a moral dos povos.

Com o homem reduzido à condição de «pessoa humana», o que implica o reconhecimento e a vigência do princípio de identidade, não sendo portanto mais que um elemento igual a outro elemento, numa sociedade que lhe atribui copiosos deveres e o privilégio de os cumprir, os seus actos têm de corresponder ao movimento próprio de uma parcela que se insere no movimento do todo. Este, não pode ser transcendentado ou superado, diz-se, sob pena da anulação do anterior. E assim, conforme com este critério, os actos humanos estão previstos na sua contingência e segundo ela serão passíveis de julgamento, com as consequentes sanções ou condenações, tanto nas causas, como nos efeitos, de acordo com os vários códigos, seculares ou sagrados. De onde resulta que, pelo conhecimento eficiente da lei, aos criminosos é propiciada a imundade em face do codificado.

E nos ofensas a que o homem está sujeito por via da sociedade em que circula, que estão as origens dos mais frequentes recursos à autoridade da lei, ofensas que se determinam pelas várias modalidades do roubo, do insulto, do ataque corporal e do ultraje. A lei prevê para cada um desses crimes e suas variantes, penas que diferem com o sexo, a idade e a situação social dos seus autores, mas, cujo modo de aplicação se acha esquematizado no requisitório que corresponde a um pleito e de cuja articulação é elaborado o juízo. A variabilidade das penas, é entendida, porém, menos por um princípio de individualização do que por uma escala de valores determinados pelo denominador comum que se assume por in-

N.º 5 — 12 problemas concretos da cultura portuguesa:

Problemas:

1 — «O escritor; 3 — A liberdade de expressão; 4 — A maioria intelectual».

Artigos:

«Agostinho da Silva e a emigração dos intelectuais portugueses».

«A situação social do escritor. Influências estrangeiras em Portugal».

Para além deste contributo doutrinário de grupo, demos pessoalmente a nossa inteira adesão à constituição da Sociedade Portuguesa de Escritores, fazendo parte da sua Comissão Organizadora, ao lado de Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro,

alquimistas, cortava-se a mão que roubava, a língua que difamava e vasavam-se os olhos que espiavam. O labéu resultante de tais amputações, além de bárbaro, era perpétuo. Mas, a infâmia caía no infame. O convívio com este, perdia a hipocrisia que hoje se mascara com a caridade.

A responsabilidade dos actos, garantia-se com a espada. O duelo que decidia da autoridade dos litigantes, podia ser e normalmente era de morte. Razão por que os homens eram iniciados desde novos, no mistério dos botes a terça e a quarta e os braços mais débeis, quando equipados de quatro palmos de aço, se tornavam cepezes de defender os bens, a honra e a família.

Se o homem que ataca outro homem, soubesse que à bofetada que dá, poderia corresponder outra bofetada, em vez do recurso à lei, talvez o não fizesse de ânimo tão leve como agora. As difamações que se movem ao abrigo até do que está codificado, talvez não surgissem se ao difamado coubesse a licitação com o difamador, pelos punhos ou pelas armas. O ladrão, seria menos expedito, se ao roubado assistisse o direito de utilização do seu esforço e trabalho, durante o tempo e conforme o modo que considerasse justos.

Hoje, a defesa dos direitos que se faz através do requisitório oficial, é a mesma para o covarde, como para o bravo, para o honrado, como para o vil. A marca com que se sai do litígio, porque escrita e conservada, será perpetuada em cada um e na própria descendência. Esta, nada pode para a apagar, mesmo quando injusta, porque a lei que supera o indivíduo tem de ignorar os vínculos. Os mesmos actos, quando praticados por opostos motivos, ocultos ou nebulosos, são para os juízes semelhantemente passíveis das mesmas penas. As celas são iguais para o culpado, como para o inocente. A este nada resta, porque a lei lhe não reconhece autoridade na defesa e quando mesmo esteja senhor do fio da intriga judicial, por si só não basta para a revelar.

O responder pelos actos ao que se afirma pelos palavras, é um ensino cuja renovação se impõe. As cicatrizes deixadas pela ação das espadas dos duelistas, foram motivo de orgulho e claro índice de virilidade e valentia, integridade e bravura. E é uma dúvida preferível o ruído das espadas ao das perengas dos leigos.

Os criminosos e os cobardes, vivem em susto constante na sociedade onde impera o duelo. Vivem em susto os justos e os bravos, na sociedade onde a defesa é a lei. Nesta, um homem ao atacar outro, não lhe mede a envergadura, pois sabe de antemão a pena que o espera, igual para todos, na letra da lei. Nessa uniformização, tem o seu refúgio e o seu consolo. Os criminosos sabem isso e sentem-se compensados.

Joaquim Paço de Arcos, Assis Esperança e outros camarades de letras, ajudando a redigir os Estatutos da Sociedade, com António Sérgio, Alves Redol, Alexandre Cabral e Luís de Oliveira Guimarães e, finalmente, tendo a honra de ser eleito para a primeira direcção efectiva da Sociedade, conjuntamente com Aquilino Ribeiro, Assis Esperança, Leão Penedo e Alexandre Cabral, posteriormente substituído por Branquinho da Fonseca.

É evidente que a própria criação de uma Sociedade de Escritores constitui um passo decisivo para a valorização social dos intelectuais. Nos três anos de vigência da direcção de que fizemos parte, não se atingiram sem dúvida os objectivos sonhados pelos escritores, mas iniciou-se com certeza um processo de dignificação que não pode já parar. Escritores de todas as origens, perfí-

A minha adesão ao 57

Por JONAS NEGALHA

Adei à geração de 57 porque não desprezei um problema de consciência que na minha qualidade de cidadão português se tornava imperativo, e tanto mais imperativo quanto mais português desejo ser e menos portugueses desejam ser os portugueses.

Adei à geração de 57 por ter encontrado nela o que eu próprio sentia e pensava, desde o meu despertar para a vida mental, por me identificar com as suas aspirações, protestos, direitos e anseios, por ver o meu pensamento pensado por outros portugueses e compreender que penso o pensamento desses portugueses.

Adei à geração de 57 porque já pertencia ao grupo dos descontentes com a guerra aberta que a pseudo-cultura nacional moveu e continua a mover à verdadeira cultura nacional. Não precisei de alterar o meu credo. Encontrei-o na filosofia dos mestres. Não mudei o rumo dos meus passos, mas encontrei no caminho deserto e inóspito um esco de escritores lusiados que levantavam com o seu grito de revolta o lábaro da nova renascença portuguesa.

E eu cheguei a tempo de lhes dizer: «Nenhum de nós será o último abencerragem da filosofia portuguesa». E o meu grito de revolta já não é um grito isolado: é uma nota dissolvida no clamor unísono da geração de 57. Geração que tem o mérito de ser combatida, discutida e escarnecida onde compete o absurdo, pontificada o «elogio mútuo», impõe a ignorância e governa o complexo de Eros-trato.

Adei à geração de 57 porque me orgulho e me envergonho de ser português: não devo sentir vergonha de ver que Portugal não reconhece oficialmente a sua filosofia, a sua cultura, a sua realidade histórica tão bem demonstrada e tão mal compreendida — e sempre voltada ao ostracismo e sempre combatida e sempre negada?

Adei à geração de 57 para combater com os meus camaradas e

mestres; para libertar um grande povo da falsa intelectualidade que o deprime, da tirania xenomána que o sufoca, do mito de incapacidade que o paralisa; para encorajar os timidos e acobardar os atrevidos; para desmascarar os inimigos da cultura que se mostram amigos dela; para ensinar aos que não sabem e dispensar os que ensinam o erro e a negação de toda a verdade; para edificar o que foi destruído e para destruir o que nunca deviam ter edificado.

Adei à geração de 57 sem o chamanamento de ninguém. Encontrei-a. Encontrei-me. Não procurei estar bem com Deus e com o Diabo. Não tem as emboscadas fumabulescas dos papas da literatura (se há tanta gente que segue os de Roma e os de Avinhão) nem quis sondar a politicinha literária para obter a chamada consagração da crítica — o maior insulto que se atribui à dignidade de um escritor. Não hesitei como outros hesitaram. Eles falarão como o tsar em Austerlitz. O nosso esforço fica.

Adei à geração de 57 e declaro publicamente os motivos da minha adesão. Não os demonstro porque não demonstro axiomas. As verdades e os móveis que levam os moços por este caminho, sem temer o apuro de uns, o embate de outros e o desprezo de todos, não carecem de precisão e de clareza para se imporem à Nação e aos que têm a responsabilidade de a conduzir. A geração de 57 não dá lugar a subterfúgios: tem a sua doutrina definida e fala bem alto e bem claro, para que todos a oícam e comprendam.

Adei à geração de 57 e não me arrependerei. Mas outros que, mais do que eu, tinham o dever de a acatar e impulsionar, encolheram os ombros do seu pedestal de insolência e de ignorância, embora nesses ombros pesasse a deontologia intelectual que embalde pretendem sacudir e deitar fora.

Adei à geração de 57. Confesso o meu pecado. O meu crime de lesa-ignorância!

OS DESPREZIVEIS

Os que impugnam lealmente as doutrinas, que julgam ser inexatas, na arena onde essas matérias se tratam e perante o supremo juiz, o público — esses merecem respeito e não desprezo. O desprezo pertence aos bufarinheiros literários, aos críticos de soalheiro e encruzilhada, que discutem nas tertúlias de ignorantes, porque têm medo de confiar à imprensa aquilo que poderia servir-lhes de corpo de delito e de instrumento de castigo. O desprezo é para aqueles que, tendo vivido sempre de uma reputação imerecida, só sabem explicar a obra da inteligência e de amor da verdade por motivos abjectos e torpes.

ALEXANDRE HERCULANO

dade ficaram devidamente encaminhados, no nível mais alto que entre nós porventura se concebeu. O que fez a Sociedade, porém, no essencial, isto é, na defesa dos direitos dos escritores? Aqui a obra foi sem dúvida morosa e terá de ser morosa, até porque as empresas editoras, de livros ou jornais, estão agrupadas em Grémios e Sindicatos e, sendo uma instituição particular, a Sociedade dos Escritores dificilmente poderá estabelecer convénios com os que, muitas vezes, usam o trabalho intelectual sem lhe dar a devida compensação. Uma primeira medida foi no entanto tomada. Queremos realçá-la, não apenas pelo seu significado próprio, mas sobretudo por que nos parece representar um primeiro passo, um primeiro degrau: muitos escritores estão já a enviar as recentes edições das suas obras à Sociedade, que se encarregue de as catim-

bar a numerar, exemplar por exemplar, comprovando assim, sem deixar margem para dúvidas, a tiragem feita pelos editores. Registe-se que a primeira editorial a aceitar e a praticar esta medida foi a Arcádia, dirigida pelo escritor Fernando Namora.

Espera-se que, no futuro, o escritor para estabelecer convénio ou contrato equitativo com o editor de livros ou jornais, através de uma entidade representativa como a Sociedade Portuguesa de Escritores. É este um dos maiores problemas que a segunda Direcção eleita da Sociedade, de que fazem parte nomes tão ilustres e prestigiados como Jaime Cortesão, Etelvina Lopes de Almeida, Urbano Tavares Rodrigues, Cunha Leão e José Cardoso Pires, terá de enfrentar; e confiamos inteiramente na sua capacidade para rea-

(Continua na pág. 20)

A Loja Nova

Por

FERNANDO MORGADO

Era a mercearia do sr. Oliveira, loja séria e bem afreguesada, às portas do Bairro Alto. Mas, as lojas como as pessoas e os povos, têm o seu destino histórico inexorável, cheio de altos e baixos; mudam os ramos e os fregueses também.

Agora, ali onde se dependuravam chouriços, expõem-se quadros, (Quadros de autores desconhecidos, o que é bom, e de outros que ganhariam em sé-ló, o que é mau). A clientela, é gente estranha, que tudo faz para o mostrar; são como móveis na loja e por lá andam, entoando canções francesas e fumando tabaco perfumado nos cachimbos. O provinciano que nunca foi a Paris, entra, olha, cheira — e diz que aquilo é mesmo «Saint-germain-des-Prés»: pelas paredes, serapilheiros; no tecto, esteiras; o chão, de pedra. O ambiente é porco e pitoresco.

A verdade, porém, é que as peras à russa e as cabeleiras à Marlon, se casam com o cenário mansardino. Os nossos artistas-rebentos, pintores, poetas e actores, encontram-se ali como o peixe na água. Até o sr. Oliveira, regedor da freguesia, parece nunca ter feito outra coisa além de circular por entre os génios da pintura varceliana; pelo que, uma vez mais observamos que o homem em viagem não sabe onde começa e onde acaba.

O pretexto, ali, é a galeria de exposições; o essencial, é o bar e as cançonetas. Não sabemos, porém, por que o piano que lá está envergonhado, não é substituído por uma autêntica e niquelada caixa de música, à americana, com luzes coloridas e pin-up-girls nos vidros. O clima, é propício e parece-nos mais de além Atlântico do que de além Pirinéus. E se os jovens misógenos cantam «La femme sur mes genoux» e Jacques Prévêt é o seu poeta-pontífice, o certo é que o elemento feminino, que é o que importa considerar, se aparenta mais com a Pamela Moore do que com a Sagan.

No tocante a idéias, a coisa não tem paralelo em qualquer «paralelo». Os limites que, desde a antiguidade pré-histórica, se aceitavam para o fenômeno da estupidez humana, são largamente ultrapassados pela fauna imitativa que faz reci-

tais de versos (versos que ou não entendem ou não se entendem), de mistura com a exibição de tipo cosmopolita, da qual que em autêntico vernáculo se chama relice. Aliás, os artistas boêmios encartados do nosso Montmartre que vai do Bairro Alto até à Vila Marotel, com uma ou outra fuga às lojas de Alvalade, de renda económica e barracões de Belém, não se vêem na «Mansarda». Felizmente. Aquilo é mais para os boêmios vitimados que, se não tomam chocolate ao pequeno almoço, não passam sem o prato de corn-flakes, com embalagem de origem, do que para os outros, os que se perdem nos cantos dos bares e das tascas, à procura daquela verdade essencial que in vino est — a verdade que lhes permite distinguir, no amor e no trato, o homem da mulher.

Evidentemente, porém, a existência dum antro mansardino, é o fruto e o reflexo da nova geração que começa a afirmar-se. Geração que surge ruidosa, como a música que toca, canta e dança, e cosmopolita, como os vinhos que bebe. Esta influência alcoólica nas formas artísticas e literárias, é «essencial», embora o seu estudo esteja por fazer; note-se como os jovens que hoje se embrigam com Whisky e Brandy, são outros mui diferentes dos da geração do Cartaxo e do verdasco, como já foram estes diversos dos do Champagne Culicot e do Vodka imperial e czarino.

O mesmo com a comida. Ramaílho, por exemplo, afirmava no seu tempo que, quem quisesse escrever, fosse a França comer túbaras, para curar o enfartamento craneano causado pelas batatas. Hoje, o polo mudou e são os hamburgers e os sumos que tonificam as fibras dos que trabalham as artes e as letras. E o que mais se não diz.

Claro que eles ainda vão a Paris. Mas, a romagem é de preces: com ou sem barbas, deitam camisola às riscas, blue-jeans e sandálias, que é o buril do novo peregrino, e lá vão a respirar o ar sagrado dos cafés e

das caves; às vezes, pintam Sacré-Coeur ao fundo, com boulangeries em primeiro plano. Mas, quando comem, é nos snacks-bars, onde um barman poligloté cozinha bacon-and-eggs e serve garrafas de coca-cola ou american-beer, a vitoriosa bebida da lei seca. Quando voltam e caem nas «Mansardas», nos casacos pau-e-corda made-in-London, trazem carimbos da Jeantet, canetas Parker qualquer número, isquetos da Dunhill e livres de Poche (traduções francesas de autores ingleses).

As raparigas, essas, são dos ballets. Mas, ao dos Champs-Elysées, preferem as Sadler's. Adoram música (George Gershwin e os americanos da Itália, porque Rachmaninoff, esse, é pétreu só dos eleitos). Quanto aos livros, têm os pocket-books (traduções inglesas de autores franceses). E compram discos.

Em política, são militantes: anti-fascistas, anti-marxistas, anti-monárquicas, anti-republicanas... Hoje, ninguém cai na esparrela de ser por alguma coisa.

O que os irma a todos, são, porém, certas ideias firmes, em poesia, em pintura e em teatro. Fernando Pessoa ou Guerra Junqueiro, por exemplo, são mímicos, definitivamente catalogadas; Camões, é um troglodita; os clássicos, são seres ante-históricos, que se perdem na treva inicial. Literatura nacional? Blague. Arte nacional? Blague. A Pátria — eis aí a grande blague... No teatro, não sabemos se acreditam na existência de Gil Vicente ou Garrett, mas, a solução foi dada: basta trocar as palmas por silêncio...

Quanto às pinturas, que são aqui o pomo da concórdia, vão da natureza morta com sardinhas e couves, até às reproduções manufacturadas de Klee e de Rouault, passando pelas árvores com folhagem outonala à beira de mansas ribeiras, pelas pastorais com o seu gado, as jarras com flores, os verticalismos e os horizontalismos. Pelas ruas da cidade, há expositores que não desmerecem da «Mansarda».

Dum modo geral, a loja piorou. Os géneros são maus. Aquilo ainda é a mercearia do sr. Oliveira; mas, deixou de ser a loja séria e bem afreguesada.

• O FIM DA ARTE

As artes que por natureza ministram tal aperfeiçoamento são as artes superiores abstratas — a música e a literatura, e ainda a filosofia, que abusivamente se coloca entre as ciências, como se ela fizesse mais que o exercício do espírito em se figurar mundos impossíveis.

Assim, porém, como qualquer das artes superiores pode descer ao nível da infima, quando se dá o fato que naturalmente convém àquela, assim também as inferiores e as concretas podem, em certo modo, elevar-se ao suprême. Assim é que toda arte, seja qual for seu lugar natural, deve tender para abstração das artes maiores.

Três são os elementos abstratos que pode haver em qualquer arte, que podem portanto nela sobressair: a ordem lógica de todo em suas partes, o conhecimento objetivo da matéria que ela informa, e a excedência nela de um pensamento abstrato. Em qualquer arte é dado, em maior ou menor grau, manifestarem-se estes elementos, ainda que só nas artes abstratas, e sobretudo na literatura, que é a mais completa, possam manifestar-se intuirente.

A mesma abstração é também o estádio supremo da ciência. Tende esta para ser matemática, isto é, abstrata, à medida que se eleva, e se aperfeiçoa. É pois no nível da abstração que a arte e a ciência, ambas se alcançam, se conjugam, como dois caminhos no píncaro para que ambas tendam. É este o império (de) Athene, cuja acção é a harmonia.

Como, porém, toda a ciência se tende para a matemática, tende, com isso, para uma abstração concreta, aplicável à realidade e verificável em seus movimentos físicos; assim toda a arte, por mais que se eleve, não pode desprender-se do entendimento e da sensibilidade, em cuja fusão se criou e teve origem. Onde não houver harmonia, equilíbrio de elementos opostos, não haverá ciência nem arte, porque nem haverá vida. Representa Apolo o equilíbrio do subjetivo e do objetivo; figura Athena a harmonia do concreto e do abstrato. A arte suprema é o resultado da harmonia entre a particularidade da emoção e do entendimento, que são do homem e do tempo, e a universalidade da razão, que para ser de todos os homens e tempos, é de homem, e de tempo, nonhum. O produto assim formado terá vida, como concreto; organização, como abstrato. Isto estabeleceu Aristóteles, uma vez para sempre, naquela sua frase que é toda a estética: um poema, disse, é um animal.

Existe ainda o preconceito, nascido ou de se atender só às formas inferiores da arte, ou de se atender inferiormente a qualquer delas, de que a arte deve dar prazer ou alegria. Ninguém cuida, esquecendo os grandes fins dela, que a arte suprema deve dar-lhe alegria, ou, ainda quando a satisfaça, satisfação. Se a arte infina tem por dever o entreter, se a mesma tem por mister a embelezar, elevar é o fim da suprema. Por isso toda arte superior é, ao contrário das outras duas, profundamente triste. Elevar é desumanizar, e o homem se não sente feliz onde se não sente lá homem. É certo que a grande arte é humana; o homem, porém, é mais humano que ela.

igual a si-própria nunca na arte, mas só na vida.

Basta considerar um objecto fútilmente, como meramente interessante, para o inferiorizar, visto que cada Coisse ou Sensação, momento espacial ou psíquico do Ministério, ou, pelo menos, da Vida, basta que seja considerada sem uma consciência clara ou obscura de que é isto, para ser «ímpio facto» traduzida para inferior e si-própria. Daí o existir, além do ódio (que produz a revolta) e o desprezo (que produz o riso), o interesse fútil (que produz o sorriso), como sentimento gerador de obra satírica, propriamente assim chamada. Daí o carácter basilarmente negativo da arte satírica.

Acontece, porém, que toda a arte é criação; ora sendo toda a arte criação, e sendo toda a criação, por sua natureza, afirmação, resulta que a arte satírica, que é negativa, encerra em sua essência o paradoxo de que é grande na proporção em que sai para fora de ser satírica. Quanto mais satírica menos satírica. Ai estão o «Dom Quixote» e «A Tale of a Tub» a pedirem que os citemos como exemplos.

Não se julgue porém que isto — mera constatação — leve escondido o punar para desprazer a arte de satirizar. Nessa arte, como na outra, pode haver, e em cada um dos seus três géneros, brillantismo, talento e génio. Pode haver mesmo um artista genial em nos dar o interesse fútil das coisas; basta que no-lo dé com a plena dolorosa consciência dessa futilidade. E isso é porque [voltemos ao mesmo paradoxo] já essa dor da consciência do fútil nos leva para além da sátira.

Porque o génio satírico é aquele que quer faça sátira pelo ódio, quer pelo desprazer, quer pelo interesse fútil, nos dé o além-ódio, o além-rídiculo, o além-fútil. O talento, em qualquer dos três géneros, será aquele que cogitamente, multiformalmente, nos der o fútil como fútil, o rídiculo como rídiculo, o ódio como ódio. — O meramente cintilante ou brillante será aquele que, não sem individualidade, mas sem vincada forma pessoal e acentuado polimorfismo, nos der o que ao seu género convenha.

Se, de posse destes claros elementos para a crítica, nos aproximarmos da obra de Almeida Negreiros, agora exposta em Lisboa, não teremos dificuldade para pregar em que lhe encontrar classificação.

Almeida Negreiros pertence aos satiristas que se aplicam a dar a futilidade das coisas. A sua arte é suavemente para o sorriso. Não tem nem ódios nem desprazos, pelo menos artísticamente; por isso a sua arte é só nos deixa na sua alma resto de revolta ou eco de gargalhada. Ele observa interessadamente, mas não traz, pelo menos por enquanto, sentimentos profundos para a sua observação. Vê, acha curioso, e fixa em fraco e car o sorriso da sua alma atenta.

Isto, porém, é uma classificação de espécie, não de valor. O que nos importa saber é o valor do artista dentro do género a que pertence.

Que Almeida Negreiros não é um génio — manifesta-se em não se manifestar. Nada de dolorosamente consciente de quanto o fútil simboliza e resume das coisas da Vida. Um ou outro assunto é tratado mais a sério; mas nem esse sério leva em si pequena porção que seja de individualidade e especialidade, nem, mesmo, o sério é doloroso.

Mas que este artista tem brillantismo e

A ESTÉTICA DE FERNANDO PESSOA

● A ARTE

E A PALAVRA

Toda a arte é uma forma de literatura, porque toda a arte é dizer qualquer coisa. Há duas formas de dizer — falar e estar calado. As artes que não são a literatura são as projeções de um silêncio expressivo. Há que procurar em toda a arte que não é a literatura a frase silenciosa que ela contém, ou o poema, ou o romance, ou o drama. Quando se diz que os poemas sintéticos falam exactamente, e não de um modo translato e fácil. O caso parece menos simples para as artes visuais, mas, se nos preparamos com a consideração de que linhas, planos, volumes, cores, justaposições e contraposições, são fenômenos verbais dados sem palavras, ou antes por hieróglifos espirituais, compreenderemos como compreender as artes visuais, e, ainda que es não chegaremos a compreender ainda, faremos, ao menos, já em nosso poder o livro que contém a cifra e a alma que pode conter e decifrar. Tanto basta até chegar o resto.

ALVARO DE CAMPOS

Ainda por outra via a grande arte nos entrincheira. Constantemente ela nos aponta a nossa imperfeição; já porque, parecemos perfeitos, se opõe ao que somos de imperfeitos; já porque, nem ela sonha perfeita, é o sinal maior da imperfeição que somos.

E por isto que os gregos, pais humanos de arte, eram um povo infantil e triste. E a arte não é porventura mais, em sua forma suprema, que a infância triste de um deus futuro, a desolação humana da imortalidade pressentida.

FERNANDO PESSOA

● AS CARICATURAS DO ALMADA

Toda a outra arte procura tornar o seu objecto superior a si-próprio, busca nele uma qualquer espécie de além-de.

Desde que a intenção da arte deixa de ser o tornar o objecto superior a si-próprio, passa fatalmente a ser o torná-lo inferior a si-próprio, visto que a via média não existe, porque (pois que a arte é essencialmente interpretação) uma causa é

inteligência, muito e muita — eis o que está fora de se poder querer negar. Mas terá talento? O ponto para quem quer discutir é este.

Eu creio que ele tem talento. Basta reparar que ao sorriso do seu lápis se liga o polimorfismo da sua arte para volfarnos as costas a conceder-lhe inteligência apenas.

É interessante de vários modos, interessado de várias maneiras na futilidade da Vida, apanhando-lhe ora este, ora aquele, momento de espuma, sem consciência, infelizmente, de que essa espuma é a orla de um mar antigo, vasto e misterioso.

E o seu polimorfismo — a que atribui-lo, cingindo-nos criticamente só a ele? Será poliplatônio do artista, incerteza em encontrar-se, ou uma assemelhável imitação ou adaptação a vários géneros? Creio na Síntese, sempre, e aqui ela vem em meu auxílio. Porque me parece que de todos estes três elementos se forma o multiformismo do artista. Há qualquer coisa de «procurar»; há, infelizmente, também qualquer coisa de «cachear» (nos outros); — mas há também, para quem sabe ver, nitidamente personalidade e originalidade através de essas influências e tentativas.

FERNANDO PESSOA

● A ARTE PORTUGUESA

«— O que se deve entender por arte portuguesa? Concorda com este termo? Há arte verdadeiramente portuguesa?

— Por arte portuguesa deve entender-se uma arte de Portugal que nada tenha de português, por nem sequer imitar o estrangeiro. Ser português no sentido decente da palavra, é ser europeu sem a má-criação da nacionalidade. Arte portuguesa será aquela em que a Europa — entendendo por Europa principalmente a Grécia antiga e o universo inteiro — se mire e se reconheça sem se lembrar do espelho. Só duas nações — a Grécia passada e Portugal futuro — receberam dos deuses a concessão de serem, não só elas, mas também todas as outras. Chamo a sua atenção para o facto, mais importante que geográfico, de que Lisboa e Atenas estão quase na mesma latitude.»

(Da «Revista Portuguesa», de 13-10-1923).

No nosso número 2, de Setembro de 1957, dirigimos um inquérito aos estudantes, especialmente dedicado a aspectos da crise universitária. No número seguinte, publicámos as respostas mais lúcidas. Passou-se tempo. Entretanto, foram publicadas duas reformas parciais, muito discutidas aliás: a da Escola de Belas Artes e a da Faculdade de Letras. Não eram reformas de base, mas reajustamentos que conservaram o mesmo modelo, valorizando-o sem dúvida no pormenor, mas pouco alterando o problema no seu conjunto. Críticas excelentes destas reformas, foram as de Cunha Leão no «Diário Popular». Apenas faltou dizer que é inconcebível duas instituições universitárias portuguesas, órgão do estado português, educadoras do espírito português e dos portugueses, não incluirem nos seus programas: no caso da Escola de Belas Artes, o ensino da Estética portuguesa; no caso da Faculdade de Letras, o ensino da Filosofia portuguesa.

Ou será só a nós, que tal parece absurdo? Ou a frase de Almeida Garrett, inscrita na escadaria do Ministério da Educação Nacional, será um mero ornamento para a vista? Ou abdicámos já da nossa espiritualidade própria e de exigir a sua presença em todas as manifestações da nossa vida colectiva?

Mais importante do que essas reformas parciais — e não pomos aqui em causa o intuito renovador dos actuais Ministro Subsecretário de Estado da Educação Nacional — foi sem dúvida esse estudo decisivo a que Álvaro Ribeiro deu o título — tão precioso quanto rigorosamente lógico e científico é o seu conteúdo — de *Escola Formal*. Tal estudo fora aliás precedido de uma série de trabalhos propedéuticos de grande interesse para uma modificação estrutural da educação portuguesa, o último dos quais, sobre *Formação de professores*, se deveria ao Prof. Delfim Santos, que conhece de perto e expressivamente traduziu os problemas de um professorado a perder cada vez mais o sentido do verdadeiro ensino.

O principal mérito de Álvaro Ribeiro foi o de ter esboçado com rigor e coerência todo um sistema pedagógico e social, deduzido de uma antropologia portuguesa e harmoniosamente adaptado à forma do homem, isto é, à sua alma. Na pedagogia nova de Álvaro Ribeiro, a escola não é informal — o que actualmente acontece — porque o filósofo não admite um homem informe. Estamos pois em presença da verdadeira reforma, essa que todos esperávamos e que veio a provir, finalmente, de uma criação filosófica partindo da concepção para a ação.

Na consciência de que atravessamos decisivos momentos para o futuro da educação portuguesa, que é o mesmo que dizer, o futuro do homem português, abrimos hoje um segundo inquérito aos estudantes portugueses: têm sido acusados de se desinteressar dos destinos da escola, quer durante o período dos estudos (para não se comprometerem e não se evidenciarem como críticos dos próprios professores), quer posteriormente (levados pelo egoísmo de quem quem todas as pontes com uma problemática de que se sentem libertos). Não lhes pedimos evidentemente uma crítica ressentida; não lhes pedimos sequer, uma crítica. Antes um depoimento pessoal, um contributo fenomenológico, algo que, pela sua verdade e eloquência, contribua para o conhecimento da autêntica problemática do corpo discente, da classe estudantil da escola portuguesa.

Aqui deixamos pois algumas perguntas para o inquérito: responderéis às que mais vos interessarem; responderéis como quiserdes; responderéis mesmo fora das questões propostas: o que interessa sobretudo, é um depoimento sincero e meditado, sério e realista, sobre a vossa situação de jovens no estádio essencial do trânsito da mocidade para a maturidade — um depoimento que verdadeiramente auxilie o reformador futuro. Eis o

2.º INQUÉRITO AOS ESTUDANTES

QUESTIONARIO

1. Acredita na vocação de cada homem, ou no seu específico génio para determinada missão humana? Em caso afirmativo, entende que os estudos a que se dedica, beneficiam e estimulam a sua vocação? Porquê?
2. Está de acordo com o ensino rigorosamente idêntico para os dois sexos? Como homem ou como mulher, julga que a educação recebida preenche inteiramente os quesitos ou as aspirações criadoras e viventes do seu sexo?
3. Sente que o ensino por si recebido respondeu aos principais problemas do seu espírito, inquieto perante os enigmas e as lacunas que experimentou na relação com a existência?
4. Tem lido o que no «57» se tem escrito sobre os problemas educativos? Há algum ponto especial que lhe mereça concordância ou discordância?
5. Pessoalmente, o que lhe parece «faltar» no nosso ensino? Procedendo à sua autognose, isto é, ao seu próprio auto-retrato psicológico, o que julga haver «a mais» e «a menos» no ensino recebido?

Como dissemos, o leitor responderá ao que quiser e como quiser. Não se pretende, repetimos, propriamente críticas, mas depoimentos. Como de costume, aos autores das respostas mais compreensivas e fundamentadas, serão oferecidas assinaturas — por 12 números a contar do N.º 1 — do «57».

Nós outros

Durante cento e cinquenta anos, os escritores da sociedade negociente, com quase raras exceções, acreditaram poder viver numa feliz irresponsabilidade. Viveram, de facto, e depois morreram sós, como tinham vivido. Nós outros escritores do século XX, nunca estaremos sós. Devemos saber, pelo contrário, que não podemos evadir-nos do mistério comum e que a nossa única justificação, se alguma há, está em falar, na medida dos nossos meios, por aqueles que não podem fazê-lo. Mas devemos fazê-lo, de facto, por todos os que sofrem neste momento, quisquer que sejam os grandes, passados ou futuros, dos Estados e dos partidos que os opõem: não há para os artistas carrascos privilegiados. É por isso que a beleza, mesmo hoje, sobretudo hoje, não pode servir nenhum partido; não serve, a longo prazo, senão a dor ou a liberdade dos homens. O único artista comprometido é o que, sem nada recusar, do combate, recusa pelo menos fazer parte dos exércitos regulares, isto é, o franco atirador.

ALBERT CAMUS

O LICEU E A ESCOLHA DA PROFISSÃO SUPERIOR

Raramente, creio que raramente, a vocação se revela por si, espontânea e irremediável. Nada a detém. Traz o selo da fatalidade: é o dom do gênio.

Na quase totalidade dos casos, é preciso, porém, descobri-la e, descoberta, encaminhá-la, engrandecê-la, apurá-la, torná-la útil ao possuidor e à humanidade. Na medicina, a um tempo ciência, arte e profissão, esta vocação tem de ser mais do que útil ao possuidor, fecunda em benefícios humanos. O aluno do liceu, fundo o seu curso, sabe isto? Quem escolhe, pressupõe o conhecimento dos objectos sobre que vai recair a sua escolha. Tem-no o estudante recém-saído do liceu?

Porque não há-de ser obrigatório no liceu a leitura, durante o último ano, aquela que vai decidir da futura orientação do estudante na escolha da carreira, de livros de orientação intelectual, para todas as profissões que se abrem ante os olhos inexperientes dos alunos? Porque não há-de ser esses livros, consultados, criticados, acrescentados por conferencistas de reputado valor moral e profissional, que com a palavra quente e persuasiva pinte o quadro vivo da respectiva carreira, em que avultem bem fortes as tintas escuras das responsabilidades e deveres profissionais e morais, um pouco menos carregadas das aptidões físicas e morais, parcimoniosas nas tintas alegres e leves do êxito material e do triunfo intelectual?

Já o estudante teria uma base para a escolha.

Dr. A. da Rocha Brito,
Prefácio a *O Médico*,
volume 3 da Coleção
Studium

Actualmente esta escolha é feita no acto da inscrição no 6.º ano dos liceus.

Aos quinze anos (!) já o estudante é obrigado a optar pelo direito, pela engenharia e pela medicina.

Aos quinze anos (!) escolhe uma profissão que ignora...

Como se sabe, a estrutura da universidade portuguesa foi decalada sobre a da universidade francesa, naquele tempo em que as ideias como os bebés vinham da França. Quando ao nosso pensamento e à nossa filosofia se conferia tal descrédito, os políticos, os legisladores e os pedagógicos deste país com oito séculos de ação, não temiam assumir que Portugal era uma colónia cultural da França e que o homem português devia copiar servilmente o figurino francês — considerado arquetípico do homem superior. Isto comprendeu-se até certo ponto — mas era assim mesmo imperdível! — quando a ciência antropológica estava na infância, a caractereologia de diferentes povos não fora ainda definida, a psicanálise do inconsciente colectivo não fora sequer esboçada e a filosofia positivista e idealista (sem antropologia) não fora ainda superada.

Assim, o nosso ensino sofreu o duplo malefício de um desacerto antropológico e de um pensamento idealístico-positivista de tal modo errado e fracassado que não há hoje pensador que ouse sustentá-lo publicamente.

O sistema falhou por completo em Portugal, pelos dois motivos apontados. O sistema falhou também em França, sua pátria, porque partia de uma filosofia inteiramente equivocada.

Isto prova-se na resposta da experiência.

Com efeito, a revista parisiense «Arts», publicou no seu número de 10 de Dezembro de 1958, os resultados de um vasto inquérito à crise da Universidade Francesa, feito durante dois meses, através de milhares de consultas a professores e estudantes. Como dissemos, o paralelismo é flagrante — e não deixa de ser curioso anotar que as conclusões apresentadas pelos inquiridores de Arts vêm em numerosos pontos ao encontro do que tem sido escrito sobre o Ensino e a Educação em Portugal, nas páginas do «57» ou por redactores e colaboradores nossos em livros como «O drama do universitário» (1955), «A angústia do nosso tempo e a crise da universidade» (1957) e «Escola Formal» (1958).

Os textos que aqui deixamos, extraídos do Inquérito de «Arts», merecem sem dúvida ser mediados por quem veja na reforma educativa total, a solução viável para uma autêntica renovação da vida portuguesa.

... Estruturas do tempo de Napoleão I... Um ensino ultrapassado

«Para quê anfiteatros, laboratórios, professores, créditos, se o ensino dado aos estudantes, ultrapassado, já nada vale hoje, se a Universidade fracassa na sua missão? Seria acrescentar o esbanjamento financeiro ao esbanjamento intelectual. É um luxo que a França não se pode permitir. Pois o esbanjamento intelectual é inegável. Num mundo em revolução, a Universidade continua amarrada a estruturas do tempo de Napoleão I.»

... máquina de fabricar falhados...

«A Sorbonne é cada dia uma máquina mais aperfeiçoada de fabricar falhados. O nível dos estudantes baixa constantemente mas os exames, se não fazem viver os que os passam, «matam» os que reprovam.»

... A filosofia sob o domínio dos mediocres...

«A Faculdade de Letras, que alimenta um complexo de culpa em relação ao mundo moderno, baptizou-se a si mesma com este novo título: «Faculdade de Letras e de Ciências Humanas». Nem por isso se tornou mais actual ou mais vantajosa nos seus estudos. Alguns vêm na criação da licenciatura de lettras modernas, um caminho novo. Era um beco sem saída. A filosofia, sob o domínio dos mediocres não era mais do que um comentário fastidioso aos textos secundários.»

... Universidade Francesa, Universidade Portuguesa...

— Um impressionante paralelismo —

... indispensável uma reforma geral...

«Todos os interessados consideram indispensável uma reforma geral para a actualização do nosso ensino, que repousa sobre princípios e estruturas velhos, pelo menos, de um século. Em vez disso, apenas se fazem reajustamentos e «reformazinhas».»

Critério da memória

«... eis o verdadeiro drama dos concursos nos hospitais, que traíram a sua missão inicial. Não se trata, para o candidato ao externato, de fazer obra original ou inteligente, mas de papaguear quinze perguntas em noventa minutos, se se lembra do que aprendeu de cor, com mais ou menos memória. O próprio internato, embora comportando uma prova oral, é um verdadeiro «concurso de memória» para todos os candidatos.»

... ninguém sabe já nada...

«O programa deste ensino é ambicioso: cobre todas as ciências ditas fundamentais, toda a medicina e todas as principais especialidades; todos são obrigados a saber tudo. Uma tal concepção tem como inevitável consequência uma mediocridade geral, um minúsculo verniz pseudo-científico e não é exagerado dizer que, em definitivo, do que é apenas ensinado na Faculdade, ninguém sabe já nada, no dia em que presta o juramento de Hipócrates.»

... afastar em todos os níveis quem possa fazer sombra à sua autoridade intelectual...

«No seu «Porquê filosofar», Jean-François Revel escrevia: «Não é um acaso se a pobreza filosófica reina em França desde o princípio do século XIX, isto é, desde a criação da Universidade. Mesmo tendo por outro lado algumas vantagens, o nosso sistema universitário permite que os mediocres, uma vez conquistados os postos importantes, aí fortaleçam a sua confiança neles mesmos e exerçam a sua ditadura sobre os exames, os concursos e as carreiras. Um eficaz poder temporal dá-lhes oportunidade para afastar em todos os níveis quem faça sombra à sua autoridade intelectual...»

... semelhantes a esse doente que perdia peso e engordava (os exames)...

«... os exames de ensino superior tornaram-se semelhantes a esse doente que perdia peso e no entanto engordava: à medida que se enchia, o seu corpo perdia substância. Os exames são cada vez mais difíceis, cada vez mais mortíferos — e cada dia que passa, vão perdendo o antigo valor que se lhes atribuía.»

Esperança

Se vierem dizer-me que nada de secreto deve deixar de ser revelado, nem nada de oculto deve deixar de ser desvendado, eu responderei que àquele que escuta em segredo as coisas secretas, estas lhe serão manifestadas.

São Clemente de Alexandria — Stromata, I

Nascimento é princípio, e ao princípio era o Verbo. Oculta é todo a Verdade, oculto é o mistério divino da geração, transmutado no segredo natural dos quatro elementos que constituem o óvulo, ou ovo. Omne vivum ex ovo.

Nascer é descobrir o que permanecia velado, dar à luz o que jazia nas trevas, é noite que se faz dia, lua que se faz sol, túmulo que se transforma em barco, é morte de que desperta vida e que em morte tornará, para em vida ressurgir triunfante.

Em Cristo renasce o Cosmos, gerado do Caos que a Divina Inteli-gência fecundou. Nele, os elementos confusos e desarmónicos, disfun-dem-se e harmonizam-se.

A semente, ou esperma, é inteligência, sopro que a matéria virgem espera, para se tornar fértil. Esfera, ou espiral, é o ovo, misterioso caminho de evolução, redenção e libertação, cujo princípio e fim o vulgo desconhece, porque não pode, não sabe, ou não quer.

Descobrindo-se, nasce o Herói, no momento em que se eleva o signo Virgo. Descobrindo-se e descobrindo, nascem os Portugueses para o mundo, na hora em que o Oriente brilhou a estrela, e no Cosmos imperou o signo Pisces. E porque nascimento é iniciação, pela água do oceano e pelo sopro do Espírito Santo, receberam os Lusos o seu Baptismo, força que os impulsiona para uma aventurosa viagem no caminho, senda ou rumo, da cruz. Esta é encarnada. Na cor e na palavra pressente-se o mistério da carne, ou da Encarnação, que corresponde ao segredo da dor natural. Mais do que encarnada ela é branca, como a dor mais do que dor, é graça pela transmutação do Espírito. Branca é a pomba, branco o manto de Maria que é Eva (ou ovo) regenerada em ave, naves eram as nuvens, brancas as suas velas.

O barco transporta o espírito às Portas da Inteligência e aos Caminhos da Sabedoria, aventura que separa o eterno do temporário, o real do ilusório, o celeste do terrestre. Pela rota ou derrota da aventureira, renasce-se para a sublime ventura. Inúmeros são, contudo, os perigos da infância, sombra, ou bruma, que aparta as trevas da luz. As noites longas e inclemtes, breves e vacilantes são ainda os dias. Qual impiado e brutal Herodes, levantou-se no mar, temível, o mostrengão Adamastor. Mantendo a Fé e cumprindo o Fado, transpuseram os Portugueses a montanha, e esta da Boa Espera ou Esperança se chamou.

Aproximava-se, então, o equinócio da primavera, que é também começo e fim da Primeira Verdade ou Primo Mistério. Ao sétimo passo ergueu-se a cruz, império da triade ou trindade sobre os elementos. Sete são os dias da Criação, sete os véus, os céus, os passos de Cristo, os sacramentos e as virtudes, como sete foram as partidas da Índia.

Natos, vivos e crucificados, desceram os novos Atlantes aos infernos. Invernal é o solstício que, nos cavernosos abismos do espaço, confiante, aguarda o Herói. Escrita está no verso, que é verbo vero, e na profecia descrita, a ressurreição gloriosa para o V Império.

Transportando o facho messiânico, cumpre sua sinal o Português. É nossa a hora! Jamais se extinguirá a esperança na revelação do Encoberto, esperança que da névoa surja a luz, e porque esperar é desejar, é ele, mais do que Encoberto, o Desejado.

Onde a terra acaba e o mar começa, Natal de 1953.

JORGE PRETO

O Chocolate
mais imitado



Para Mousses e Doces

UM PRODUTO

Favorita

Observada no seu conjunto, a obra de Sant'Anna Dionísio parece-nos poder ser ligada a uma simbólica de pesquisa em estrada cujo fim permanece velado. Pensadores há em que, pelo contrário, não há propriamente pesquisa, mas sim lenta germinação de uma semente. O próprio Sant'Anna Dionísio, ao falar de Pascoal, num dos seus estudos de exegese poética, «O poeta, essa ave metafísica», surpreende este último tipo de indagador, utilizando para tal a terminologia bergsonista e escrevendo: «Cada metafísico, como Bergson confidenciou não sabemos já onde, depois de descobrir «a sua intuição», não faz outra coisa senão rodopiar à roda dela mesma, como borboleta à roda de uma luz, até crescer as asas e cair exâmine». Pessoalmente, discordamos um pouco de Sant'Anna Dionísio, pois esta ideia do autor de «Matière et Mémoire» implica apenas um rodopiar, mas sobretudo um amadurecimento, um crescimento, um alargamento, por assim dizer biológico, dessa intuição inicial. Quase nos mesmos termos, escreve Bergson num dos seus últimos livros, «La pensée et le mouvant», que o filósofo regressa a si mesmo quando se entrega à sua intuição. Destas partidas e destes retornos são feitos os zigzagueamentos de uma doutrina que «se desenvolve», isto é, que se perde, se reencontra, se corrige indefinidamente a si própria.

Sant'Anna Dionísio é, portanto, menos o pensador de uma intuição, imediatamente proposta e depois desenvolvida a partir do conceito simples para o sistema, do que o homem a procura, na rota literária e filosófica, da chave perdida da sua pessoal e específica intuição. É o oposto de um Teixeira de Pascoal ou de um Fernando Pessoa, cuja obra é uma longa e multimoda explicação. Por isso, filosofar tem para Sant'Anna Dionísio um cunho essencialmente dramático, é risco, é sofrimento em cada ideia que se persegue, se conquista ou se abandona. Dissociado de origem entre um ceticismo com resquícios do positivismo ambiente e aquela ânsia de transcendência, vivamente determinada e ardente de inquietação, que Leonardo Coimbra deixou em todos os seus discípulos, Sant'Anna Dionísio tem vivido, arriscando a interpretação, em busca de um equilíbrio, de uma unidade, de uma visão suficientemente clara e forte, para anular as antíteses do seu pensante.

Tal trajectória parece poder inferir-se da sua obra publicada. Discípulo de Leonardo e dessa mítica Faculdade de Letras do Porto, o pensador estabeleceu desde logo o compromisso ou o pacto de todo o pensador: fazer da sua vida uma missão ao serviço da Verdade.

Dois itinerários paralelos se podem distinguir na sua carreira. O primeiro, pedagógico, é talvez o mais definido, o mais perfeitamente afirmado, aquele a que o pensador se entregou com maior firmeza, sem dúvida, com a consciência clara e certa. Como professor de Liceu, e sobretudo como conferencista e como artíscita, Sant'Anna Dionísio tem desenvolvido uma fecunda actividade propagética, expondo e provando com argumentos irrefutáveis, a necessidade de se reformar o nosso tipo de ensino, já dando-lhe uma base de convivência e de relações humanas dialogantes entre professores e alunos, já estruturando-o sobre alicerces filosóficos e não meramente burocráticos-positivistas. Neste último aspecto, o seu livro «A filosofia como objecto da pedagogia» é um excelente contributo para uma revitalização do ensino, dedicado num balouçar entre duas ficções igualmente ilusórias: a da «cultura geral» e a da «especialização técnica». Ao lado dos mais profundos estudos de pedagogia nova que entre nós se publicaram no meio século decorrido, profundos mas intencionados, — «O problema da educação nacional» de Leonardo Coimbra, «A arte de ser português» de Teixeira de Pascoal, «O fundamento existencial da pedagogia» de Delfim Santos, «O drama do universitário» de Afonso Botelho e a recente «Escola Formal» de Alvaro Ribeiro —, «A filosofia como objecto da pedagogia» enfileira entre os que proclamaram a necessidade de vinculação filosófica do sistema pedagógico.

Por outro lado, Sant'Anna Dionísio tem vindo a prescrever, com exemplar visão, a obra de alguns dos maiores pensadores e poetas portugueses. Nesta actividade de biógrafo e exegeta estabelece um diálogo entre o seu próprio espírito sedento de verdade e o espírito de homens que se entregaram com confiança e sabedoria às suas intuições. Deles se aproxima, Sant'Anna Dionísio como que se procura a si mesmo, estabelecendo secretas analogias, procurando identidades, enfim, medindo a própria capacidade especulativa.

Em verdade, o pensador cético, hesitadamente aceitando algo mais

do que o positivismo dos sentidos e das aparências, propiciado no entanto para uma indagação superior pelo mestre de Leonardo, Teixeira Rego ou Aarão de Lacerda, o pensador incipiente dos «Scepticismos» e do «Pensamento invertebrado», influenciado em muitos aspectos pelo germanismo pessimista de Ortega y Gasset, tentou na compreensão de pensadores não-cépticos, de pensadores criacionistas e afirmativos, a luz para o seu próprio esclarecimento interior. O primeiro escritor de que se aprofundou foi, naturalmente, também um pensador dividido, angustiado e — como Ortega — germanizado em seu pessimismo e em seu idealismo:

Antero, Teixeira Rego, Antero, «A sinceridade política de Antero» e «O testamento filosófico de Antero de Quental».

De Antero, Sant'Anna Dionísio ascendeu a três pensadores de maior envergadura no que respeita à real originalidade das suas intuições: Leo-

aqui para trabalhar na tremenda tarefa que recebi, há vinte anos, de Raul Proença e do Estado, de concluir o Guia de Portugal, e aqui fiquei. Mas confessou que talvez o facto de viver em Lisboa me permita sentir mais profundamente o valor e o timbre da alma-da-terra onde nasci: o Porto. Nesse ponto concordo plenamente com um dos grandes teoremas espirituais do Poeta do «Verbo Escuro»: é na ausência que se sente a verídica presença.

Enquanto pronuncia estas palavras de Pascoal, os olhos de Sant'Anna Dionísio voltam-se, na verdade, para as bandas do Norte. Reparamos nos quadros que decoram as paredes brancas da sala. Ao lado de uma tela ampla — um

Inquérito

3 - SANT'

nardo Coimbra, Raul Proença e Teixeira de Pascoal. Sobre o primeiro, escreveu «Leonardo Coimbra» e «Objecções a António Sérgio sobre o valor da obra filosófica de Leonardo», sobre o segundo, cuja acção secundou com sinceridade e entusiasmo na «Seara Nova», escreveu «A hipótese do eterno retorno» e «O pensamento de Raul Proença». Sobre Pascoal, finalmente, publicou um dos livros em que o seu bom estilo de escritor melhor se recebe «O poeta, essa ave metafísica».

E, depois de sonhar, de admirar, de compreender os outros, Sant'Anna Dionísio voltou-se finalmente para uma expressão um pouco mais directa de ideias, nascidas aliás fundamentalmente ainda do convívio, do diálogo. Da última fase da sua obra dá testemunho um livro «Rio de Heraclito», a que como se fez especial referência no último «57».

Muitas vezes perpassam nas páginas destes «sóloquios», como se confundindo com a voz do autor, que as chamou ou que para elas apelou: Parménides, Heraclito, Empédocles, Demócrito entre os antigos; Leibniz, Espinoza, Usanuno, Bruno, Raul Brandão, Pascoal entre os modernos. Dir-se-ia que o pensamento de Sant'Anna Dionísio se estrutura melhor numa forma que filosofia teatralizada, em que o protagonista — ele próprio — discorre sobre réplicas em grande estilo. Seja como for, é porventura em «Rio de Heraclito» que Sant'Anna Dionísio mais fundamentalmente faz chegar até nós, leitores, a sua mensagem de pensador que abandonou definitivamente a atitude céptica como sistema.

Não é fácil encontrar Sant'Anna Dionísio fora dos locais onde trabalha e vive: o Liceu de Pedro Nunes e, evidentemente, a sua casa. O escritor pouco frequenta tertúlias e por isso fomos procurá-lo no seu próprio habitat, num bairro periférico de Lisboa, para os lados de Entre-Campos.

Sant'Anna Dionísio recebeu-nos no seu escritório, entre os seus livros com aquele sorriso a um tempo afável e prescritador dos homens de pensamento que prezam o bom convívio humano. Começamos por estranhar a má situação do gabinete, voltado a Norte. O pensador, bem disposto concordou:

— De facto. Tem razão. Há dezoito anos que sinto a má escolha deste políego. O inverno, aqui, é duro de passar. Mas o pensar não é planta para se criar em ambiente de estufa. Requer atmosfera do Setentrão. De resto, como sabe, sou natural do Norte e por isso me apraz olhar normalmente para esses lados... Sem querer, o espírito volta-se para a fonte.

— Quer dizer então que se considera, em Lisboa, um pouco como desterrado? — perguntámos.

— Seria ridículo admitir essa romântica inferioridade. Estou em Lisboa porque quero. Vim para

belo óleo, com um mar proceloso e azul — notamos um retrato, datado de 1919, e assinado por Malta, que desperta a nossa curiosidade.

Perguntámos:

— É Leonardo, não é verdade?

— É Leonardo Coimbra.

— Que corresponde, na verdade, à ideia que fazia do filósofo...

Sant'Anna Dionísio replica:

— É um precioso retrato. Um quadro de museu. Mas não estou disposto a depositá-lo em museu algum, enquanto puder vê-lo dia a dia. Ofereceu-me a viúva do filósofo poucos meses antes de morrer, pela mão afectuosa do filho, meu antigo aluno e hoje médico distinto no Porto. Considero-o a mais alta compensação que me poderia ser concedido por tudo o que tenho escrito acerca do filósofo. E ainda dizem que não há justiça imanente...

— Quando conheceu Leonardo Coimbra?

— Vi Leonardo Coimbra, de perto, pela primeira vez, em 1919, no dia em que ele proferiu a lição inaugural da Faculdade de Letras do Porto, no anfiteatro de álgebra da Universidade. Foi um dia inesquecível. O público escolar era uma chusma, rumorosa e antinómica. Muitos iam ouvi-lo por curiosidade, outros por simpatia, outros por animosidade e com más intenções. Eu encontrava-me entre os alunos inscritos na Faculdade recém-criada. Não era um aluno modelo, nem complacente. Acompanhava-me, em regra, um certo impulso boêmio ou demônaco. Por isso me será difícil dizer agora, com rigor íntimo, em qual dos «partidos» me encontrava. O que sei, porque disso me recordo com nitidez, é que à saída dessa lição inaugural houve grosso borborinho, com encontroes e sopapos, entre alguns dos ouvintes, divididos a fundo na apreciação do valor do novo professor da Universidade, que acabava de deixar a pasta de ministério.

— A lição fora então desigual?

— Não. A lição impressionara toda a gente. O mestre estava então na pujança do seu talento eloquente. Era uma figura que se impunha pelo à-vontade, pelo timbre de voz, pela fragrância das imagens, pela riqueza do pensamento.

— Nesse caso, como explicar a reacção?

— Porque muitos pensavam que Leonardo, à sombra da sua posi-

ção política, havia criado uma Faculdade para satisfação do seu orgulho e até do seu doméstico proveito.

— Havia então quem não visse a criação da Faculdade com bons olhos...

— Se havia! Dentro da própria Universidade que ia beneficiar do acto de audácia do filósofo se encontravam desses daltónicos. A justiça só se faria após a crueldade da extinção; para não dizer mesmo: só após a morte do homem que lhe deu o ser. Hoje todos reconhecem que esse acto aparentemente político do filósofo foi uma expressão da sua entranhada afição pela gente laboriosa e humilde de que é a gente do norte, tão esquecida, por vezes, dos que dis-

ceal ou do magistério livre) contribuiu muito, naturalmente, na escola superior do Porto, rápida e arbitrariamente criada, para a específica *virtus* que transparecia do seu intenso labor docente. Dos preconceitos ninguém fazia caso. Não havia cátedras, nem títulos. Do que se cuidava era de problematizar, esclarecer e estudar. Havia aí professores que se se vissem com um capelo pelos ombros, soltariam uma risada que fazia as delícias de Rabelais. Teixeira Rego era um deles. Era um autêntico *alter ego* de José Sampaio (Bruno) no saber e no desdouro dos formalismos académicos. Outro tanto se verificava em Leonardo. Que lhe importavam os títulos, os programas, os doutoramentos?

cisos aparecem sempre, desde que as circunstâncias imperiosamente os solicitam. Quantos homens vivem e morrem na obscuridade, sob o lastro dos que não acreditam senão na mediocridade!

— Quer então dizer que há especialistas em Portugal que poderiam perfeitamente preencher as funções essenciais dessa Faculdade?

— Perfeitamente, só no Reino dos Arquétipos. A perfeição não é do nosso mundo. O que quero dizer é que, entre nós, há muitos professores do ensino livre e do ensino médio, alguns escritores e autodidactas que poderiam muito bem repetir a *surpresa* que, em 1919, se verificou na rápida improvisação da Faculdade de Le-

tido corre perigo e tudo está mal — outros, em grande número, serão dominados pelo sentimento de que a filosofia só serve para complicar e perturbar. Daí a condenação à círcula ou ao exílio, que em cada época e em cada nação assume múltiplas feições...

— Parece-lhe, então, que a filosofia é uma ocupação que está condenada a ser sempre sómente de alguns?

— Em potência, todo o homem é filósofo. Mesmo os mais rudes são sensíveis ao valor da meditação transcendente. O difícil está em tornar cada homem rude ou distraído no homem reflectido e autêntico que ele poderia ser. Para se conseguir tal efeito, não se conseguiu descobrir a precisa peda-

ções ao aparecimento do «Livre de Job», mas não ao ponto de apontar o seu tradutor como um filósofo. Apenas o julgou, em conclusão, como «um grande exemplo moral» — e daí não passou. Basílio Teles, por seu turno, segundo se diz, correspondeu a essa incompreensão com incomprensão análoga, não reputando o autor do *Criacionismo* como «filósofo».

— Tem pois a opinião de que os homens de pensamento, em Portugal, têm vivido normalmente em reciprocidade ignorância...

— Se me permite, irei mais longe e direi que, entre nós, — hoje, ontem e quem sabe se amanhã — os homens que pensam vivem em regra como que de relações cortadas. É ver o caso de Antero, em face de Amorim Viana; ou Verney em face de Matias Aires; ou Teófilo em face de Antero; ou Leonardo Coimbra em face dos « mestres » de Lisboa ou de Coimbra! Basta dizer que só agora, no ano do passamento de Joaquim de Carvalho, uma revista universitária coimbricense (*o Instituto*) se curva perante a realidade do valor do homem tão vituperado e escarnecido há quarenta anos, reconhecendo pela boca do poeta Pascoaes que, em 1936, desapareceu «o maior filósofo português» do nosso tempo.

— Foi na verdade uma injustiça...

— Mas a injustiça às vezes é tónica... Quero crer que a figura ideal de Leonardo, como a de Sócrates, talvez tenha beneficiado da dureza dos que o desprezavam e condenavam. O caso é de certo modo similar. Sem a condenação à morte pela círcula, lavrada pelos crassos heliastas, e sem a dedicação póstuma de Xenofonte e de Platão, decreto que a fisionomia do conversador ateniense ficaria muito esbatida. Da extinção do malfadada Faculdade do Porto e da morte trágica do seu fundador, algo de análogo resultou. O que é prematuramente morto, por mal-dade dos homens ou cegueira do destino, sempre se espiritualiza e levita.

— Se bem interpreto as suas palavras, depreendo que sobre a figura real ou vivente de Leonardo se criou uma figura por assim dizer platônica ou ideal...

— Essa questão é muito delicada para ser, já não digo resolvida, mas esclarecida, em uma conversa de meia hora. Todo o homem corresponde a mais de uma imagem. A própria figura de Cristo aparece com traços e tonalidades diferentes, conforme os Evangelhos em que se espelha. Se houvesse vinte evangelhos, haveria vinte imagens do Nazareno. Com o mais comum dos mortais, a mesma lei se verifica. Não precipitemos, pois, a conclusão que parece espreitar na sua hipótese: a de que nós, os que convivemos com Leonardo, lhe temos falsificado (por assim dizer) o perfil, criando um homem diferente do que ele realmente era ou foi. Por mim, em tudo o que tenho escrito para definir o seu modo de ser, sinto não ter procedido com intenção de transfigurar mas, sim, de revelar uma perspectiva que considero muito mais ontológica e verídica do que a dos detractores.

— Quer então dizer que Leonardo Coimbra actuou de modo tão certeiro que a sua herança se transmitiu?

— Suponho que sim. Embora reconheça que nenhum de nós (permite-nos o anonimato) é portador daquela força de presença e da palavra que o singularizou como «filósofo vivo», parece-me que em cada um dos que vão levando para diante, conforme podem, o seu luzero, há um discreto sinal a apontar o mesmo destino que ele, em tão adversas circunstâncias, cumpriu.

os pensadores portugueses 'ANNA DIONÍSIO

tribuem os bens do corpo e do espírito.

— Poderá dizer-nos em que consistia o pensamento de Leonardo, como reformador da Educação Nacional e que obras planeava realizar, se as circunstâncias não tivessem cortado as suas possibilidades de ação?

— A sua ideia fundamental era, simplesmente, esta: *encher o país de escolas*. A frase é textual. Assim mesmo se exprimiu quando pela primeira vez foi ministro da Instrução Pública. A criação das Escolas Primárias Superiores estava na linha consequente desse seu intento concretíssimo e lúcido. Infelizmente essa iniciativa, tão importante, seria morta quase à nascente, a coberto de um dos mais capciosos argumentos que se pode dirigir contra uma reforma de educação: a acusação de que a sua realização estava a ser muito imperfeita!

— Como caracterizaria, em relação à pedagogia oficialmente consagrada, o tipo de ensino de Leonardo?

— Como todos os mestres verdadeiros, Leonardo sentia o valor insubstituível da *simpatia*. A pedagogia a frio afigurava-se-lhe coisa infecunda e abominável. Por isso ele mantinha uma atitude de sardônica reserva perante todas as formas fríidas de educação, desde a lição magistral, à maneira coimbricense, às ambiciosas aplicações (*up date*) dos processos técnicos dos *tests*, à maneira russa ou americana. A pedagogia que ele advogava e realizava era a da ação da presença, rica de honra e de intensidade, ora discreta, ora eloquente, penetrante e ácida.

— Pelo que diz, e tantos outros discípulos de Leonardo Coimbra confirmam, a Faculdade de Letras do Porto, infelizmente extinta (ou melhor, suspensa) representou algo de «diferente», no panorama do nosso ensino superior. Diferente, como? Porquê e em quê?

— Nisto e por isto: porque era numa escola juvenil e livre. Isto é, isenta de espírito catedrático ou dogmático. O que se sentia, dizia-se. Por isso nitidamente se distinguia tanto do atmosfera catacúmica do velho Curso Superior de Letras (então ainda em poder do clan positivista do velho Teófilo) como do espírito da antiga Faculdade de Teologia coimbricense, levemente tingido pelo liberalismo de um Virgílio Correia, de um Alves dos Santos, de um Joaquim de Carvalho.

— A improvisação dos mestres (quase todos vindos do ensino li-

O que ele queria era *despertar almas*, entregando-se a um incessante trabalho socrático de gratuidades, em que alternadamente se fazia sentir a seriedade e a ironia, a angústia e o júbilo, a dramática interrogação e o sarcasmo de travo mafístico.

Aos olhos de todos nós, a Faculdade parecia um lar aceso — e a palavra de Leonardo o sal e o incenso daquela discreta fogueira.

Todos nós sabemos que tem defendido, com admirável firmeza, a necessidade de restabelecer a infelizmente Faculdade. Porque crê ser essa uma tarefa urgente de valorização universitária portuguesa?

Precisamente porque a considero imprescindível como elemento ou órgão de cultura da Universidade, da segunda cidade do país e ainda porque suponho que o seu restabelecimento constituirá não desfiguração (como alguns receiam) mas uma prolação daquela Faculdade tão promissora e diferente das congêneres que Leonardo Coimbra criou. Existindo actualmente uma Faculdade Pontifícia em Braga, creio ser de inteira justiça e necessidade espiritual a existência de uma Faculdade laica no Porto.

Aos ouvidos hiper-sensíveis de alguns, este argumento poderá ter um vago sabor a promessa de heresia. Não se trata, porém, nada disso. Ningém pretende, creio, converter, de propósito, o velho burgo de D. Hugo em cidadela de algum novo Ario ou João Huss. (Aliás, como dizia S. Paulo, o espírito herético, longe de pôr em risco o espírito religioso, só o revigora). O que discretamente pretendia sugerir, ao acalentar a possibilidade de uma escola laica de Filosofia, na pátria de Sampaio Bruno, é a ideia familiar que me acompanha de que a *atmosfera do Porto* é excepcionalmente propícia, como Leonardo demonstrou, a revelar uma modalidade de cultura universitária especificamente diferente da eborense, da bracarense, da lisbonense e da coimbricense... Pode ser que me iluda, mas a verdade é que vivo para esta ideia.

Mas haverá professores para tal Faculdade? Muitos dizem que esta pergunta contém a fundamental razão da sua não existência...

São os espíritos caricaturais de S. Tomé. Só crêem no que vêm, — e como não deixam apreciar o que se poderia ver, nada poderão ver. Como círculo vicioso, é perfeito. Na verdade, o homem ou os homens que são pre-

tras do Porto. Sem invocar os que estão por ventura na penumbra da maioria, apontou o caminho — mas, como se viu, o próprio ateniense, tão esperto mas preso ao negócio, entendeu que o processo era perturbador e que o melhor seria pôr fora da cidade o velho e gratuito *despertador das ocultas virtualidades*. Nos nossos dias, a febre dos negócios e da pecúnia, do automobilismo e da concorrência industrial, das distrações e do conforto é tão alta que não vejo possibilidade de o homem se tornar mais reflectido e mais sábio enquanto se mantiver este complexo e vicioso estilo de viver.

Poderá dar-nos alguns nomes?

Se os deseja, de pronto lhe indico alguns. Como uma Faculdade de Filosofia e Letras se reparte em diferentes grupos ou secções, posso, desde já, apontar as individualidades que poderiam exercer o magistério superior nas especializações fundamentais:

Em Filologia Clássica: Agostinho da Silva e Eudoro de Sousa (dois notáveis helenistas emigrados para o Brasil); em Filologia Romântica: António Salgado Júnior, António José Saraiva e Oscar Lopes; em Filologia Germânica: Paulo Quintela (há vinte anos professor auxiliar em Coimbra); em História: Magalhães Basto, Magalhães Vilhena e Joel Serrão; em Filosofia e História da Filosofia: Augusto Saraiva, Álvaro Ribeiro e Magalhães Vilhena; em Dramaturgia e Estética: José Régio e Afonso Botelho; em Epistemologia e Filosofia dos Valores: José Marinho e Lobo Vilela.

Vemos que, por espírito de compreensível discreção, não se situa nesse conjunto...

Não se esqueça que sou professor efectivo do liceu há 29 anos e que estou portanto a dois passos da aposentação...

Considera-se, então, como um desistente?

Desistir não está no meu modo de ser. Se encaro, *in petto*, como uma perspectiva quase grata, a aproximação da chamada «reforma» é porque ainda espero fazer dessa quadra, pelo trabalho pessoal, uma espécie de compensação do tempo penosamente perdido. A minha aspiração mais íntima — permita-me a fraqueza confidente — é a de viver ainda algum tempo, exclusivamente, para o que mais importa, lendo e escrevendo, metido num casinhoto que posso num recanto do Minho.

Qual lhe parece ser o lugar da filosofia no mundo moderno? O mundo poderá dispensá-la?

A filosofia é tão necessária no mundo moderno, como o terá sido digamos assim, no mundo antigo, em Atenas. A situação é idêntica. Enquanto alguns terão o sentimento vivo de que sem reflexão

gogia. Sócrates, com a sua genial e tão singela descoberta da *maiéutica*, apontou o caminho — mas, como se viu, o próprio ateniense, tão esperto mas preso ao negócio, entendeu que o processo era perturbador e que o melhor seria pôr fora da cidade o velho e gratuito *despertador das ocultas virtualidades*. Nos nossos dias, a febre dos negócios e da pecúnia, do automobilismo e da concorrência industrial, das distrações e do conforto é tão alta que não vejo possibilidade de o homem se tornar mais reflectido e mais sábio enquanto se mantiver este complexo e vicioso estilo de viver.

E, quanto a nós, — que nos poderá dizer acerca do presente ou do porvir da filosofia? Afigura-se-lhe justa a frase amarga de Leonardo de que o nosso país é «a terra mais antifilosófica do planeta»?

Essa definição, como tantas que qualquer homem excepcional pode proferir, num momento do humor ácido, sobre a sua terra materna, não se pode tomar à letra. É sempre bom descontar a frase, como aconselhava Antero, Portugal não é nem mais nem menos antifilosófico do que qualquer outro país, antigo ou moderno. Tanto assim que tem servido de berço a muitos homens de pensamento e decreto o será ainda no porvir. Simplesmente, nesta terra, os homens que pensam, desconhecem-se muitas vezes, vivendo e morrendo na amarga convicção de que são seres isolados, sem predecessores e sem companheiros que os prossigam. Foi o que sucedeu, certamente, a Matias Aires, esse estranho espírito reflexivo do Século XVIII, a Amorim Viana, a Antero, a Basílio, a Bruno e ao próprio Leonardo. E digo assim, porque, tendo convivido bastante tempo e de perto, com Leonardo, nunca lhe ouvi uma palavra acerca dos que o precederam, com exceção de Antero e Bruno. Durante alguns anos (pelo menos, entre 1919 e 1923) Leonardo residiu a dois passos do tugúrio onde Basílio Teles viveu com ferocidade os seus últimos dias de reflexiva misantropia, a trabalhar nas suas meditações acerca dos trágicos gregos, acerca dos filósofos pré-socráticos, do pensamento democrático, acerca do espaço e do tempo, acerca do problema do mal. Não me recordo que Leonardo tenha tomado conhecimento dessas meditações ou as tivesse valorizado. Consagrou, é certo, em uma página avulsa de «A Águia», algumas encomiásticas considera-

— Se bem interpreto as suas palavras, depreendo que sobre a figura real ou vivente de Leonardo se criou uma figura por assim dizer platônica ou ideal...

— Essa questão é muito delicada para ser, já não digo resolvida, mas esclarecida, em uma conversa de meia hora. Todo o homem corresponde a mais de uma imagem. A própria figura de Cristo aparece com traços e tonalidades diferentes, conforme os Evangelhos em que se espelha. Se houvesse vinte evangelhos, haveria vinte imagens do Nazareno. Com o mais comum dos mortais, a mesma lei se verifica. Não precipitemos, pois, a conclusão que parece espreitar na sua hipótese: a de que nós, os que convivemos com Leonardo, lhe temos falsificado (por assim dizer) o perfil, criando um homem diferente do que ele realmente era ou foi. Por mim, em tudo o que tenho escrito para definir o seu modo de ser, sinto não ter procedido com intenção de transfigurar mas, sim, de revelar uma perspectiva que considero muito mais ontológica e verídica do que a dos detractores.

— Quer então dizer que Leonardo Coimbra actuou de modo tão certeiro que a sua herança se transmitiu?

— Suponho que sim. Embora reconheça que nenhum de nós (permite-nos o anonimato) é portador daquela força de presença e da palavra que o singularizou como «filósofo vivo», parece-me que em cada um dos que vão levando para diante, conforme podem, o seu luzero, há um discreto sinal a apontar o mesmo destino que ele, em tão adversas circunstâncias, cumpriu.

AMOR E CASAMENTO

A propósito da «Verdade do Amor» de Soloviev

Pôr o problema do casamento neste ângulo: o homem fazer da mulher o uso de barro, campo de ação para a sua natureza empreendedora.

Mas que escultor terá de ser o homem ou que barro informe a mulher! E se a mulher é já uma maravilhosa obra de arte? Como reagiria a mulher consciente ao encontrar-se de frente com um ser que, em princípio, tem sobre ela os direitos do criador sobre a matéria inerte? Erguer-se e modelar ela o homem não é resposta. Nem a mulher é mais barro que o homem nem o homem mais espírito do que ela. Ambos são barro e espírito. Fundindo-se são o barro primeiro que o espírito supremo modela.

Assim é que o amor aparece a justificar a união de dois seres distintos mas que trazem em si a ansia e o germe dum fusão. Amando, todo o problema de modelação fica posto de parte, porque não há criador e matéria inerte mas integração perfeita material e espiritual. Nenhum deseja modelar o outro. Cada um deseja aniquilar-se no outro. Nenhum domina porque desaparece toda a rivalidade e competição. Maravilhosamente se confundem entranhas e sopro, e o pensamento cessa a procura, porque ao dar-se a união a sua função cessa.

E concebe-se o casamento para dar continuidade humana a um encontro transcendente, através do qual se vislumbra a nossa primeira harmonia de seres completos.

Mas quem atinge essa visão? Sabemos que a bem poucos é dado entrevê-la. Sabemos ainda que por causa da nossa condição de seres divididos, só poderemos entrever o nosso amor mas não conservá-lo. O amor, novo e eterno escapa a tempo e espaço, não pode caber no nosso ciclo fechado de nascimento e morte. Enquanto estivermos separados morreremos, enquanto morrermos não conseguiremos ser uns, enquanto não formos novamente um só não conheceremos o amor supremo e perene.

O casamento como instituição de continuidade, de obra, de consequência, aparece assim como um grande e doloroso paradoxo.

É evidente que tem ele de ter outra base que não a do amor como visão suprema de regresso à unidade. E isto é outra impressionante contradição.

Somos muitos e múltiplos. Estamos separados e para nos unirmos teremos de morrer da nossa dualidade. E viveremos saudosos da nossa perfeição primeira entrevista através do amor.

Mas a matéria, sendo afinal uma criação do espírito, não pode por esse mesmo espírito ser aniquilada? Seria essa a função perfeita, aquela em que matéria e espírito se integrariam numa só realidade, ao deixar de existir toda a dualidade da criação.

É um aceno à nossa esperança.

ANA HATHERLY

"O HOMEM E DEUS"

De Amorim de Carvalho

Com benévolas expectativas procedemos à leitura deste livro de Amorim de Carvalho, saído na coleção *Estudos e Críticas*, editado no Porto, sob o título «O Homem e Deus». Surpresos tivemos, pois raros são os homens que hoje, desassombroadamente manifestam a sua opinião, enquanto, por intermédio de sanções legalizáveis, dominar o policiamento de que enferma a cultura portuguesa. Ao afirmar a sua presença esta polícia cultural pretende transferir as funções de capital ou de chefia, visto que apenas se ocupa das funções de mando ou de comando, isto é, daquelas cujo instrumento apropriado é a mão.

Repetindo o que já São Tomaz de Aquino observara, certo escritor bem conhecido, de nacionalidade francesa, escreveu um dia, a propósito, que as falsas opiniões são como a moeda falsa; deste modo, uma vez praticado o crime pelos falsários, os homens que nele não participaram, propagam o acto criminoso dos moedeiros, multiplicando-o e perpetuando-o em herança, embora sem o saber ou de modo infantil. Na Idade Média, tão caluniada e combatida, estudavam-se os processos, porque se conheciam as leis, que permitiam transmutar as categorias mentais do homem que não excedia a opinião pública, naquelas que promoviam a sua ascensão a homem de ciência. Não se combatiu nem a opinião nem os opiniosos; mas os governos, interessados num futuro escol, procuravam orientá-los num sentido ascendente do maior aprofundar no conhecer, demonstrado a quem professava tal ou tais opiniões que estas só encerram meias verdades. Observamos hoje, porém, uma tenaz perseguição movida aos homens que opinam livremente, numa vã tentativa de acabar, com o que ainda, da sombra da liberdade, nos resta. Diremos vã, porque com tal atitude e tais actos só se promove o occultamento e o divórcio dos governos, daqueles órgãos que informam e formam a opinião dos governados.

Perante um livro de opinião, como o é este de Amorim de Carvalho, convém sempre ao leitor proceder a uma sondagem de maior profundidade e verificar de que origem e fontes dimanam as sub-teses ou suposições do escritor. O seu positivismo confessado mostra-nos como esta doutrina que permitiu a implantação, em Portugal, daquela árvore sem frutos que é a República Positivista, domina no nosso país, encontrando ainda eco entre os portugueses que aspiram às actividades superiores. A substantivação ou concretização do pensar, a já denunciada falsa oposição entre sujeito e objecto em que se baseiam as teorias de conhecimento de maior vulgarização, são preconceitos que o autor de «O Homem e Deus» aceita para julgar a filosofia em nome de um abstracto substantivo verbal que se exprime em pensamento reflexivo e discursivo, pelo que não pode entender o modo e a flexão características de todo o verbo que garante um processo de filosofar. Não nos surpreende assim que Amorim de Carvalho classifique como sentimento a intenção segundo a qual se efectiva o razonar do filósofo, na investigação das causas ou no prescrutar do sobrenatural, o que afinal constitui a própria actividade do filosofar. É certo que o autodidatismo deste escritor lhe fortalece a força opiniosa, mas também é irrecusável que na medida em que não ouve a opinião dos outros, propende o opinioso para a tirania, querendo elevar a ciência o que não passa de suposição. Encantado com o brilho dos seus raciocínios, encadeia-se o autodidata nos argumentos que expõe e tudo o que de permissas alheias aproveita, servir-lhe-á de fundamento justificativo dos sentimentos característicos de combatente e de militante. Não sabe ouvir. O justo ressentimento que se infere de alguns passos deste livro, contra os malefícios do nosso ensino universitário, desfaz-se, assim, na adopção dos preconceitos dos catedráticos, isto é, dos homens sentados que pretendem pensar, ao combater a existência de uma tradição filosófica portuguesa. Efectivamente os prejuízos que originaram a campanha contra o analfabetismo são da mesma ordem que os daqueles que negam o modo tradicional do filosofar português só porque não leram uma lista cronológica dos nomes mais ilustres dos portugueses pensantes. Verdadeiros semi-analfabetos, muito mais do que os iletrados, são os letrados que entendem que apenas na letra redonda do livro ou artigo podem admirar a verdade, contemplar a beleza e admitir a bondade.

Ao leitor de «O Homem e Deus» será útil, porque esclarecedora, a leitura do livro «Reflexão» de Agostinho da Silva. Com efeito, da aproximação das suposições dos dois escritores, aparentemente contraditórios, verificamos que da mesma fonte derivam e se o pensador brasileiro, ao longo das páginas da sua obra, omite qualquer referência às três tradições que caracterizam o pensamento português, notamos paralelamente a tentativa de Amorim de Carvalho para demonstrar a inexistência delas. O professor da Universidade de Florianópolis, para quem a flexibilidade da Fé se inverte em petrificada certeza, a aspiração que é a Esperança se subsume no respirar que é a suficiência, as normas do movimento em que se exprime a Caridade são substituídas pelas leis do movimento mecânico de que resulta a sociologia, interpreta a Trindade como Augusto Conte a já interpretara. Esta tendência a espacializar e temporizar aquilo que pertence à esfera do misterioso, tornou possível a cultura e propício o campo para o desenvolvimento e graxar do positivismo mas resulta, sem dúvida, de um enfraquecimento do sentido religioso, ou de um desvio de orientação da direcção daquele. Interpretar o verbo conhecer como relação de sujeito a objecto, de indivíduo a indivíduo, subentende a falsa compreensão do próximo como sócio, nega a relação do mesmo e do outro, é efectivamente própria do pensamento escolar. A efeminação da mentalidade masculina subsiste e acentuar-se-á sem remédio, dado que se insista e se assentem suposições, como o faz o autor de «O Homem e Deus» sobre aquela diâade corpo-alma que nega a tradicional composição tripla do ser humano.

Este escritor que, por certo leu mal ou não leu o catecismo, confunde o sacramento da penitência com o acto de ordem moral que é a confissão. Assim, todo o livro é escrito em estilo confessional o que se patenteia na utilização da primeira pessoa, do singular no emprego dos verbos, em que nos diz do seu julgamento, da sua condenação, da sua absolvição, da sua discordância ou da sua concordância perante o pensamento dos vários autores que Amorim de Carvalho preza ou despreza. Ignorando as virtudes purgativas dos sacramentos, ou incapaz de as compreender, exprime deste modo a sua incredulidade na autognose

(Continua na pág. 20)

FRANCISCO SOTTONAYOR

57

leu

FILOSOFIA • PEDA

LIBERDADE

Lendo "Es

de Alvar

O primado que desde Bergson, a Antropologia adquiriu sobre as outras ciências filosóficas, é a resultante da preponderância que nos últimos anos se tem dado às filosofias de real concreto, sobre as filosofias puramente especulativas. O homem do século XX, vivendo na Terra, não podendo nem devendo abstrair das múltiplas influências que da hereditariiedade ao meio ambiente sobre ele se exercem, conscientizou em si a ideia que na interpretação dos símbolos que são os dados imediatos da sua experiência diária, estão os princípios, os pontos de apoio, ou as velas, que impulsionarão o barco que o leva na aventura maravilhosa para o desconhecido.

Ora já Kant demonstrava a inviabilidade da razão pura, e Álvaro Ribeiro, filósofo de razão animada, pôe assim à discussão em 43, O Problema da Filosofia Portuguesa, problema que leva em 57 todos os intelectuais responsáveis a tomarem posição favorável ou desfavorável. É curioso notar porém, como, para além dos fundamentos filosóficos que alicerçam uma tal doutrina, os intelectuais, quer da esquerda quer da direita, quer liberais quer totalitários, quer republicanos quer monárquicos, ignoram até as vantagens culturais e políticas que para Portugal poderiam resultar da aceitação de tal tese, e como comumente preconizam a nossa total, cega e perpétua subserviência a algo que está fora de nós ou que vem de fora, em vez de procurarem sim os meios que conduzam ao desabrochar das nossas potencialidades intrínsecas, à verdadeira, racional e perene libertação do povo português.

Justificando por uma Filosofia Portuguesa a nossa existência como Pátria, destruindo com Os Positivistas um sistema que se opõe à nossa dignificação como povo, postulando com A Arte de Filosofar a Filosofia como arte, e valorizando as figuras daqueles que mostram e demonstram a aptidão dos portugueses para as actividades artísticas, apresenta-nos Álvaro Ribeiro através de toda a sua obra o homem como uma triade, que só no plano espiritual se comprehende, se valoriza e se dignifica.

e comenta

OGIA • LITERATURA

E DIREITO

"Escola Formal"

Ribeiro

Quem procurar interpretar as manifestações de carácter político que em Portugal se têm ultimamente dado, é levado a reflectir se a insatisfação com frequência patentizada terá uma motivação espiritual ou material, isto é, se o primeiro problema da política portuguesa será de Liberdade ou de Justiça, ou, para utilizar a terminologia de Álvaro Ribeiro, se será um problema de Liberdade ou um problema de Direito, pois que no autor de «A Razão Animada» a palavra justiça logo adquire um carácter de absoluteidade. Embora não explícita, parece-nos que a resposta está implicitamente dada através de todo o livro, na sua própria conceção, na sua mais alta e superior doutrina; parece-nos, pois, que Álvaro Ribeiro se pronunciará pela Liberdade. Talvez que quem habitualmente reivindica a liberdade de expressão do pensamento, a liberdade de reunião, a liberdade de imprensa, enfim, as diversas formas animicas de Liberdade, dificilmente aperreia ou compreenda esta subtil e mais elevada forma de liberalismo, pois que ela implica toda uma diferente forma de filosofar, pois que ela explica toda uma Antropologia. Os que consideram o homem como um animal racional, lógico serão que se batam por aquelas formas da liberdade que se situa na zona da alma, e que tão admiravelmente tem sido teorizada pelos filósofos alemães, de Schopenhauer a Hegel. Ilógico seria, porém, que a isso se limitassem aqueles para quem, mais do que um animal racional, o homem é antes uma razão animada. Para estes, embora possam considerar como importante a aquisição de tais prerrogativas, não pode contudo a Liberdade estar sujeita às malhas mais ou menos apertadas do Direito, às múltiplas e variadas formas de unitarismo político, ao desacionário poder de pessoas mais ou menos voluntárias. A Liberdade assim concebida, a Liberdade filosófica, ultrapassa e transcende as mediúnicas regiões da alma, dilacera e rasga as peias do Direito, paira muito acima das vicissitudes da Política.

E a burocracia, transposição para as relações humanas da técnica me-

cánica, uma das mais humilhantes formas de degradação intelectual. O burocrata, peça simples de uma complicada máquina, habita-se a agir mecânicamente, a pensar e a actuar na relação sujeito-objecto, a constantemente ignorar a relação sujeito a sujeito. O fenómeno mais se acentua, quando dele é protagonista um elemento do sexo feminino. O acesso das mulheres à burocracia, inevitável fim de uma educação assenteada, é flagrante exemplo da progressiva masculinização da mulher. A mulher-burocrata, que não cumpre como esposa o seu destino sobrenatural, que não cumpre como mãe o seu destino natural, desiludida por uma vida que não pode para ela ter qualquer significado, vinga-se e desforra-se no exercício de funções que tão inconscientemente acorre a desempenhar. Não negamos à mulher o direito de acesso a cargos para que não foi originalmente talhada, desde que obedeça a específica vocação. Negamos-lhe sim, o direito de ser burocrata, pese embora aos sequazes do movimento chamado de emancipação da mulher, pese embora aos propagandistas da igualdade dos sexos, pese embora aos ignorantes do Amor.

Muito mais haveria a dizer acerca de «Escola Formal» tão rico de sugestões é o livro de Álvaro Ribeiro. Analisámos apenas os pontos que mais importantes nos pareceram. Terminamos, pois, acrescentando apenas que com «A Razão Animada» tinha Álvaro Ribeiro dado por encerrado um ciclo da sua obra. Não se pode dizer, porém, que «Escola Formal», o livro agora publicado, pertença a um novo ciclo, embora talvez o anuncie. Ele é antes como que uma porta rasgada num edifício todo construído; até aqui, apenas as aves, habituadas aos altos voos, poderiam penetrar pelas amplas janelas. Agora, encontrada a chave, aberta a porta, mais facilmente se poderá penetrar no templo, e quem o conseguir, deslumbrar-se-á com ocultas riquezas religiosamente guardadas dos olhares profanos.

ABELINO ABRANTES

"Análise da Poesia"

de António Areal

Se neste estudo de António Areal «loí observado o exemplo cultural que é a Poesia», pergunto: a que poesia se refere o autor? E sobre qual executa a sua «análise e definição»? Eis a pergunta quase unicamente à qual teremos que reduzir as nossas considerações. Há uma questão primordial de onde partir; antes de qualquer análise: a delimitação do objecto de análise. Circunscrevê-lo e delimitá-lo será o primeiro cuidado de quem analisa. O estribilho d'a poesia é só uma é um dos muitos que correm porque decorrem em plano inclinado: o da barafunda de valores estéticos em que se acha o pensamento, próprio e escorregadio à carambola fácil. Se há hoje tantas poesias como poetas, poderá António Areal proceder à «análise e definição da Poesia»? Além das variantes epocais do conceito, como pode ele esquecer as roturas históricas da modernidade e da anti-modernidade, por exemplo? Como pode ele esquecer esse pélago sem fundo, origem de tantos pélagos de onde já ninguém sai visto nem achado? Mesma a via estimológica não apresenta qualquer segurança e redundaria facilmente em questões de filólogos, de onde António Areal, artista de valor que é, deve andar arredado. Não, não acreditamos que pudesse neste ensaio o elan criador dos seus desenhos. Nós quereríamos vê-lo obter no ensaio, como nos desenhos, as abstracções sobre fauna e flora concretas. Essa fauna e flora seriam, numa análise da Poesia, os especímenes «poéticos», provisoriamente assim considerados e escolhidos para ilustração da sua tese. Se acaso existe tese. A nosso ver não há ensaio sem tese (sem hipótese). Só se António Areal não quis escrever um ensaio. Mas como devemos encarar então este seu opúsculo, cuja linguagem, de grande certeza terminológica, tem toda a maleabilidade necessária para pensar o impensável? Ou será o «pensar o impensável» que reside o ponto mortal de todo o pensamento que deseja aprofundar a zona estrutural da poesia? Penetrá-la, arrancar-lhe o

núcleo vital — não será matá-la, não será destrui-la? Diremos que António Areal quis destruir a Poesia? (dialecticamente, claro).

Creio que um problema idêntico, e tão debatido, prolongado e, afinal de contas, bizantino como o «problema dos universais», muito conhecido nos meios escolásticos da antiguidade, da medievalidade ou da... modernidade, se está a forjar na arte e no pensamento da arte. Abundam já os sintomas que nos autorizam o prognóstico e nos habituam, dentro em breve, ao diagnóstico. Uma metafísica dos conceitos entre os prosadores de idetas, simultânea — nos poetas — a um conceitismo já sem disfarces e que sucede à desvirtuação do gongorismo em que tão auspiciosamente se iniciara boa parte (a melhor) da poesia actual, — leva-nos a crer numa nova Idade Média do pensamento, numa regressão de processos que não é bem o religar do que de essencial, original mas esquecido possa haver por esses passados além e em bom estado de conservação, pronto a servir, pois o que se retoma são métodos e, se nalguma coisa a história do pensamento progrediu, foi em métodos. Para as eternais questões de conceitos eternais (Poesia e Filosofia, a exemplo) só vejo vantagem que se retomem, mas se retomem com métodos avançados. A tais métodos costume chamar Heurística, corpo vivo de hipóteses, primeiro round da pugna que irá, através da Metódica, até à Sistemática e desta à Didáctica, últimos termos da degradação, uma a jaula e outra o túmulo de todo o pensamento, como largamente mostram os filósofos sistemáticos de todas as longitudes. Logo, sobre a Poesia, mais prudente me parece enfeixar um ramo de hipóteses (heurística) que não só estimulem a própria criação, mas constituam futuro campo de pesquisa aos metodólogos, sistematas e didactas do pensamento. António Areal, artista-desenhador que admiramos, não pertence com certeza a nenhum destes grupos de ruminação. Como artista criador ele tem de pertencer, no

ramo das ideias, ao grupo dos ensaístas ou inventores de hipóteses novas e métodos novos.

Repeto, parece-me insustentável o pressuposto (pre-conceito) de António Areal: o da Poeta como conceito. Tão insustentável como a «análise e definição» do Pássaro — conceito, havendo a meter lá dentro existências tão dispares e disparatadas como os pássaros própria e impróprio ditos, aves de rapina e aves de capoeira, passarocas de estimação e passarões de luxo, passarões reais e passarões mitológicos (vidé Graal, frontão da capa), passando pela passarola do com-Padre Bartolomeu de Gusmão e pelos «pássaros metálicos» da navegação aérea, a vapor e a facto, com foguetes ou a seco, e até pelo Archaeoptérix, fóssil muito famoso «encontrado nos calcários litográficos da Baviera» (vidé qualquer Biologia em uso nos liceus), e que os paleontólogos ainda não decidiram se hão-de meter na família dos répteis se na das aves. Como pode alguém, pois, ir analisar o Pássaro como conceito? E a Poesia como conceito? E o Mundo e todas as coisas, visíveis e invisíveis, como conceito? Corre-se, quando muito, o risco de chegar a definições palisianas: Pássaro é tudo o que voa. Ou: Poesia é tudo o que é poético. Ou — menos entimèmicamente — Poesia é criação. Como, aliás, António Areal viu num ensaio sobre Shelley — mas ai ensaio, ensaio crítico sobre o concreto —, como António Areal sabe e diz, deste jeito, à pág. 9 do presente opúsculo: «A velha citação do termo grego de que deriva a palavra «poesia» tem servido para proliferar uma convenção divulgadíssima e nociva acerca do Poético não literário. A Poesia, tem-se dito nessa orientação, é um produzir, é fazer, é criar. Isto não a define, aliás».

Poi não, não a define. E como defini-la, então? Com uma pergunta começámos e com outra vamos finden estas breves reflexões sobre um livro que bem as merece.

AFONSO CAUTELA

"Formação de Professores"

de Delfim Santos

Num dos aspectos que mais preocupa os observadores conscientes, a crise educativa é a crise dos professores. Perante os métodos pedagógicos utilizados, de uma maneira geral, nas nossas escolas, liceus e universidades, é lícito perguntar: «Estarão os professores portugueses à altura da transcendente missão humana que lhe incumbem?» Não pomos em dúvida a sua boa vontade, a sua honestidade e até o seu sacrifício. As lacunas verificadas não são porventura da sua responsabilidade pessoal. O certo é, porém, que apresentam uma formação pedagógica deficiente, porque na raiz da sua carreira de mestres faltaram os necessários alicerces. Partem assim todos os anos para a missão do ensino, para a missão de educar, de edificar homens para a Pátria e para a Humanidade, centenas de jovens que não foram iniciados numa pedagogia actualizada, adequada às mais recentes aquisi-

ções desse ramo fundamental da educação e, por outro lado, harmonizado à caracterologia do homem português em todas as suas determinações concretas.

Este problema tem merecido a atenção de alguns dos sectores mais atentos da cultura portuguesa, e tem sido objecto da nossa particular atenção. Mas a própria Universidade, através de um dos seus focos mais saudáveis, embora minoritário, revela por vezes uma preocupação renovadora que, se ainda não deu os seus frutos, é já credora de estudos de alto nível. Especificamente, tem sido o prof. Delfim Santos, catedrático de Pedagogia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o arauto de um Instituto Superior de Educação, capaz de preencher a gravíssima lacuna da formação dos professores.

A ideia foi recebida com interesse pelo Ministério da Educação

Nacional, e espera-se com ansiedade que ela possa brevemente passar ao domínio do real.

Em separado da excelente revista «Palestras», editada pelo Liceu de Pedro Nunes, o prof. Delfim Santos acaba de publicar a sua conferência sobre «Formação de Professores», onde defende com vigor e clareza os seus pontos de vista. Destes, é possível talvez discordar no pormenor — momente quando o autor tiver oportunidade de estabelecer mais rigorosamente o conteúdo da nova metodologia pedagógica — mas não podemos deixar de aplaudir, já a crítica certeira ao actual panorama educativo, já a argumentação desenvolvida no sentido da reforma idealizada.

Fala Delfim Santos desses «milhares de rapazes e de raparigas que sofrem sem saber porquê, sem saber para quê, o ambiente de uma es-

(Continua na pág. 20)

ANTÓNIO QUADROS

e a filosofia portuguesa

A história da filosofia em Portugal, no século XIX, é constituída por uma série de tentativas culturais a que a obra de Sampaio Bruno põe termo, num julgamento penetrante, severo e definitivo. Ao enunciar, de maneira suficientemente clara, o problema da filosofia portuguesa, consegue o autor de *A Ideia de Deus* explicar também as várias e obscuras razões que necessitaram a falência dos esforços dos precursores.

Que aconteceu no decurso do século XIX?

A medida que ia sendo olvidada a tradição escolar das ordens religiosas, a relação com a teologia, — existente em todo o pensamento livre, mas presente no pensamento filosófico, — deixou de ser considerada no ensino público; e os escritores leigos, que procuravam actualizar a cultura portuguesa pelo comércio com o estrangeiro, julgaram possível substituir o primado da teologia dogmática pelo da metafísica duvidosa ou da sociologia positiva; ora, seja por que for promovida, a eliminação da ideia de Deus equivale, efectivamente, ao desencontro com a verdade ou, na mesma, à desistência de filosofar.

Fieis à teologia católica permaneceram alguns pensadores portugueses que não deixaram obra filosófica digna de brilhar nas condições culturais do século passado; mais interessante é a série dos livre-pensadores que tentaram definir, em termos heterodoxos, as novas relações da filosofia com a teologia; de entre estes é justo destacar, pelo seu excepcional valor, José Maria da Cunha Seixas.

A obscuridade que envolveu, até há poucos anos, o nome deste indito pensador, está explicada pela paixão sectária dos positivistas, que o votaram a um desprezível esquecimento, e pela maledicência impiedosa dos literatos tristes que ridicularizaram os ensaios poéticos do filósofo extravagante. É certo que os escritos de José Maria da Cunha Seixas não primam pela austera beleza de estilo clássico nem pela euritmia numerosa da frase opulenta, antes denotam a descuidada facilidade de quem exprime em termos ingênuos um pensamento sincero que radica em perturbada vida sentimental. Dotado de temperamento apostólico, missionário e místico, não seguiu as vias da investigação penetrante e da especulação profética, preferiu escrever em estilo de combate e propaganda. Mas o historiador da filosofia que proceder ao exame dos livros elaborados por Cunha Seixas encontrará com surpresa *uma obra*, notável pela quantidade e pela qualidade.

Verifica-se, pela análise dos seus escritos, que Cunha Seixas possuía perfeito conhecimento da história da filosofia. Das doutrinas dos pensadores mais célebres e das discussões sobre os problemas decisivos traçava o resumo em expressões demasiadamente concisas, mas sempre diversas das banalidades dos compêndios e harmonizadas com os últimos requintes da erudição. Habil e vigoroso argumentador, dispunha em boa ordem os elementos indispensáveis à refutação das doutrinas de que era adversário, conseguindo impor pela veemência do raciocínio as teses espiritualistas que outros não lograram defender, apesar de muita luxúria expressiva. Subordinou, enfim, todos os seus trabalhos filosóficos a uma intenção sistemática, que denominou *Pantiteísmo* (*Tudo em Deus*), o que já é significativo de atitude de boa tradição portuguesa.

Contemporâneo de Antero de Quental, Cunha Seixas desenvolveu na linha coerente dos seus vários livros um pensamento unitário que merece ser cotejado com as inquietas reflexões do autor das «Odes Modernas» e que excede, sem dúvida, a altitude dos trabalhos de Silvestre Pinheiro Ferreira, Amorim Viana e Ferreira Deusdado, que se encontram acima dos positivistas.

José Maria da Cunha Seixas nasceu em Trevões, a 26 de Março de 1836. A sua educação, especialmente na infância, foi profundamente religiosa. A mãe do filósofo, cuja piedade se desenvolvia especialmente pela leitura e pela meditação da História Sagrada, era senhora dotada daquelas excelsas virtudes que influem benéficamente no ambiente familiar; o pai, desejo de aperfeiçoar a instrução dos seus filhos, procurara nas circunstâncias provincianas a colaboração dos professores mais competentes e tivera de recorrer necessariamente aos meios eclesiásticos. Assim se explica que, aos 14 anos de idade, José Maria da Cunha Seixas tomasse ordens menores e que, completos os preparatórios para o ingresso na Universidade de Coimbra, se inscrevesse como aluno eclesiástico na Faculdade de Teologia.

Ferreira Deusdado observa, a este propósito, que a tão religiosas circunstâncias educativas se devem atribuir as *tendências teísticas* do filósofo, «sua persistente preocupação». A observação é pertinente, mas apenas confirma, com mais um caso, o que regularmente se encontra nas biografias dos filósofos medievais, modernos e contemporâneos. Na vocação filosofal está sempre presente uma determinante religiosa, como na conversão religiosa consiste a odiseia da maioria dos filósofos.

A filosofia aprendida, ou ensinada, sem vocação, nunca supera os resultados da técnica científica ou da crítica literária, e confessar o inevitável positivismo das escolas onde não existe a invocação ritual do nome de Deus.

Não foi, porém, da nobre Faculdade de Teologia que Cunha Seixas recebeu os graus universitários. Embora faltem notas biográficas sobre os motivos que levaram o estudante a inscrever-se na Faculdade de Direito, onde foi aluno distinto, parece lícito admitir, entre os principais, o enfraquecimento da fé cristã e a indisciplina perante a Igreja Católica. Na Faculdade de Direito exerciam então notável influência os professores Vicente Ferrer e Rodrigues de Brito que, pelo seu ensino, propagavam o sistema filosófico de Krause; Cunha Seixas, que estudou os krausistas belgas e espanhóis, e que utilizou citas de Ahrens e Tiberghien em vários trabalhos, pensou o seu *pantiteísmo* em oposição ao *panenteísmo* de Krause; mas o misticismo adquirido na adolescência perdura, transformado, na metafísica do pensador adulto. Ao concluir a sua formatura em direito, a 27 de Julho de 1864, Cunha Seixas estava já, de acordo com as ideias do seu tempo, apto a defender a atitude civilista, a que permaneceu fiel durante a vida inteira.

Habilitado com o diploma universitário, Cunha Seixas seguiu para Lisboa na intenção de exer-

Por
ÁLVARO RIBEIRO

cer as três profissões liberais que floresciam na sociedade caracteristicamente burguesa: a advocacia, o jornalismo e o ensino particular.

O constitucionalismo abriu aos oradores e aos escritores indefinidas possibilidades de projeção política, que se tornavam realidades na governação e na administração públicas, excepto quando o poder militar, nas suas frequentes interrupções da ordem estabelecida, distribuía de novo modo as pastas dos ministérios. A feliz improvisação do discurso oral ou escrito, especialmente quando revelasse mediana cultura francesa, haveria de ter a máxima probabilidade de êxito numa época em que ainda não eram exigidas rigorosas condições de tecnicidade nos serviços públicos e em que não vigorava um critério objectivo para a designação dos melhores estadistas e para a formação do escol. Fácilmente se comprehende, pois, que, no constitucionalismo, a escolha de deputados, pares e ministros, estivesse condicionada pelo comportamento crítico dos oradores e dos escritores. A literatura influindo na política e adquirindo prestígio na sociedade, dominou a cultura portuguesa durante o século XIX.

Cunha Seixas era dotado de elocução fácil, fluente e persuasiva; redigia com habilidade jurídica os documentos exigidos pela prática forense; mas tinha íntima repugnância pela morosa burocracia dos tribunais. O ministério advocacial era-lhe por isso desgostante e torturante. Assim, no artigo biográfico que o *Diário Ilustrado* publicou, diz-se que Cunha Seixas: «Em 1879 sofreu pela sua boa-fé um enorme desgosto na sua vida, de advogado que por perto de um ano abandonou, até que, animado pelos seus amigos e instado por muitos dos seus constituintes, voltou a exercer a profissão».

E próprio do filósofo considerar a advocacia dentro da sua missão providencial que assenta numa ética de infinita piedade humana. Aos santos chama o povo advogados, quando os invoca nas suas orações. A simples defesa dos direitos adquiridos, pelo recurso aos tribunais, é já uma advocacia de ordem inferior que terá de exercer-se por método dialético, incompatível, portanto, com o espírito filosófico. Deixando de se apoiar num elemento que transcende a lei, a advocacia dialéctica não é mais do que astuciosa manifestação daquele espírito saturnino que devora as crenças e, com elas, as instituições. A advocacia só é livre na medida em que pode suplicar entidade que se encontra acima do direito e que, por isso, contacta já com o plano divino.

Civilista, José Maria da Cunha Seixas não confiava na tradição do direito divino dos reis, mas nada esperava também do providencialismo das revoluções. Admirador do Marquês de Pombal, que considerava precursor da Revolução Francesa, propugnou pela extensiva realização das ideias igualitárias dentro da legalidade estabelecida pelo constitucionalis-

mo liberal. Cunha Seixas é, efectivamente, um dos representantes daquela decadência do pensamento monárquico que, forçada pelo positivismo, se acentua no reinado de D. Luís e termina pela admissão da experiência republicana. Neste ponto aparece bem nítido que o erro da indecisão metafísica de Cunha Seixas consistiu em não ver que a política progressista, dissolvendo levianamente o vínculo português entre a Igreja e o Estado, incorria no perigo de descer a escala que vai da teologia para a sociologia. O mesmo perigo foi visto, com máxima lucidez, pelos raros doutrinadores republicanos que não perfilharam o positivismo. Eis o que confere excepcional superioridade à crítica de Sampaio Bruno.

Cunha Seixas militou em alguns dos partidos políticos e da sua abnegação foi recompensado com o desengano, tal como aconteceria a outros filósofos portugueses. É que o filósofo, qualquer que seja a sua relação com a política nacional, não pode permanecer subordinado à limitada orientação de qualquer partido. Educador de políticos, mais do que de político, o filósofo procede segundo uma visão futurista, pelo que virtualmente se antecipa a toda a actividade social. Compreende-se, portanto, que os homens de vontade e ação, dirigentes empíricos das organizações partidárias, releguem para um plano minoritário a colaboração dos filósofos que lhes pode ser útil num período de doutrina e de propaganda, mas que lhes será incômoda, e nociva logo que ascendam à plenitude de governação. No ano de 1880, o partido progressista, em que Cunha Seixas se encontrava filiado, subiu ao poder. Surgira, portanto, a oportunidade de os governantes convidarem o seu compartidário de excepcional valor a prestar à Nação muito úteis serviços, entre os quais estaria, sem dúvida, incluída a reforma do Curso Superior de Letras nos termos preconizados pelo filósofo na *Galeria de Ciências Contemporâneas*. Mas

Cunha Seixas, em vez de se manter na expectativa, não resistiu aos impetos dominantes do seu temperamento e apressou-se a escrever no *Diário do Comércio* uma série de artigos pela qual exigia o cumprimento do programa político e combatia todos os desvios da directriz ministerial. A independência da sua crítica não era compatível com a disciplina partidária. Em breve prazo reconheceu não serem os caminhos da política militante os mais próprios para quem se propõe, acima de tudo, defender a Verdade, a Beleza e a Bondade, afirmar o privado da vida espiritual.

A filosofia não se prolonga em política, mas perpetua-se pela actividade docente. Toda a influência da filosofia na sociedade se exerce por intermédio da escola. Noutras modalidades de cultura, poderá ser diferente o critério apreciativo; na tradição filosófica, porém, mais importante é a relação do mestre com os discípulos do que a do escritor com o público. A arte da filosofia depende da vida da oração. Os escritos podem autenticar o valor de uma personalidade, mas não provam, por isso, que o seu autor haja cumprido a missão filosofal: transmitir a vida

do pensamento próprio, iluminado por graça divina, a outros homens que de tão sublime revelação se testemunham agradecidos.

Não sabemos se Cunha Seixas exerceu o ensino naquelas escolas livres de tipo socrático a que hoje damos a designação de *tertúlias*; sabemos que praticou o ensino particular em alguns colégios de Lisboa, e que escreveu também dois compêndios para uso das escolas liceais e comerciais. Foi-lhe vedado, todavia, ascender ao magistério universitário, onde desejava formar discípulos, e não pôde, portanto, conferir ao *pantiteísmo* as condições indispensáveis para uma difusão benéfica na sociedade portuguesa.

Não pode ser omitido, na biografia de Cunha Seixas, o episódio do concurso para professor da cadeira de História universal e pátria no Curso Superior de Letras. Não pode ser omitido, porque determina e explica, em grande parte, a obstinação da polémica de Cunha Seixas contra o positivismo dominante. Mas, além disso, o episódio é significativo porque inaugura uma atitude a que o Curso Superior de Letras permanecerá fiel, e que constituirá depois uma tradição respeitada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Toda a escola superior deve ser ciosa da unidade nas doutrinas que professa e propaga, pelo que se comprehende que evite recrutar novos membros do seu corpo docente entre as personalidades que se manifestem discordes da ortodoxia estabelecida; a dificuldade consiste, porém, em conciliar a fidelidade à tradição vencida com a admissão dos heterodoxos, consentida pelo liberal regime dos concursos públicos.

A narrativa do concurso de 1878-79 encontra-se resumida no capítulo IV de um livro que, por ser muito útil para o estudo do positivismo em Portugal, nos parece digno de menção. Referimo-nos à dissertação do Sr. Dr. Manuel Busquets de Aguilar, intitulada *O Curso Superior de Letras* (1858-1911).

O concurso foi aberto em consequência do falecimento do professor Augusto Seromenho, colaborador das «Conferências do Casino» e paleógrafo ilustre.

Sabendo-se que Teófilo Braga exercia o magistério positivista desde 1872, comprehende-se facilmente o interesse do Curso Superior de Letras em não deixar *sentar* na cadeira vaga um homem que contradisse as doutrinas de Augusto Comte.

Diz o Sr. Dr. Manuel Busquets de Aguilar que se apresentaram como candidatos, Alberto Augusto de Almeida Pimentel, José Maria da Cunha Seixas, Manuel de Arriaga Brun da Silveira, e Zófimo José Consigliero Pedroso Gomes da Silva. Alberto Pimentel desistiu do concurso, os três candidatos que prestaram provas foram aprovados por unanimidade, mas a escolha recaiu lógicamente no positivista Consigliero Pedroso que havia sido aluno da escola.

«Com data de 17 de Janeiro desse ano — informa-nos o autor citado —, fez Cunha Seixas um energico protesto contra a decisão do juri, e dirigindo graves censuras a Teófilo Braga, que acusou de falta de imparcialidade, no que devia ter tido razão, dadas as di-

ferências de ideias do candidato e do argumentador. Teófilo Braga tinha tão pouca confiança na sua defesa, que a fez por carta confidencial para que não ficasse provas das suas afirmações, o que é para admirar, dado o costumeiro desassombro das suas atitudes⁽¹⁾.

A injustiça dos concursos é tardivamente demonstrada pela lição dos historiadores. O Curso Superior de Letras, já que defendia o positivismo, fez muito bem em eleger Consiglieri Pedroso; a cultura portuguesa, porém, não recebeu benefício de tão legítima escolha. Ao compararmos hoje a bibliografia de Consiglieri Pedroso com a de Cunha Seixas, a vocação docente de um e a de outro, podemos lamentar que o verdadeiro filósofo tivesse sido afastado do convívio com os estudantes e condenar, para sempre, os malefícios da indiscutível fieção igualitária dos concursos promovidos para dar satisfações ao público!

Cunha Seixas teria, pois, que recorrer à imprensa para comunicar o seu pensamento aos espíritos do escoço e para tentar influir na sociedade portuguesa; exercendo o jornalismo, na qualidade de redactor profissional ou de assíduo colaborador, e coligindo em volumes os artigos mais significativos e mais brilhantes, procurou o filósofo aperfeiçoar e explicitar a obscura doutrina panteísta que tão pouco interessaria aos escritores contemporâneos. Apesar de interrompida por frequentes expressões de desânimo, — desculpáveis, aliás, num pensador sincero e num homem infeliz — a propaganda do panteísmo abrange um período de mais de trinta anos!...

O bibliógrafo terá de encontrar, certamente, muitas dificuldades quando proceder ao inventário de todos os escritos de Cunha Seixas, mas, ao folhear a imprensa do século passado, irá sendo agradavelmente surpreendido com a intenção educativa ou, digamos, cultural da maioria dos jornais que se publicavam no nosso País. Sirva de exemplo o *Comércio de Portugal*, onde Cunha Seixas pôde inserir alguns dos melhores escritos. Esse diário de grande formato dedicava sempre a primeira das suas quatro páginas, e parte da segunda, exclusivamente à publicação de artigos sobre questões científicas, literárias ou políticas, para assim permitir aos leitores a formação de opiniões diversas perante a variedade das doutrinas; pelo contrário, comprimia as notícias nas fórmulas de mais sóbria objectividade, sem expressões alarmantes, e reduzia os anúncios aos termos elementares e informativos; o importante jornal burguês obedecia assim aquelas sérias normas de honestidade que condicionaram a rara placidez dos tempos idos. A melhor imprensa novecentista parece ter estado, efectivamente, ao serviço do autodidacta que se propunha adquirir *habilidades literárias* para subir de plano social, ou para fiscalizar a administração pública; correspondia, dessa maneira, à possibilidade de formação de um novo escoço, numa época de indeterminação aristocrática, motivado pela decadência do Clero, da Nobreza e das corporações profissionais. No século XX, porém, já a imprensa desistiu da missão educativa para exercer a função de propaganda, e até de combate, honrando-se mais com a extensão da tiragem do que com o elenco dos colaboradores.

Bibliófilo, Cunha Seixas na imprensa critica obras literárias e filosóficas de autores portugueses e estrangeiros, em artigos que contêm sempre vestígios de uma leitura inteligente, ainda quando

destituídos de plano construtivo e de elegância formal. Se é lícito deixar na margem do esquecimento os artigos de crítica às obras literárias de Bulhão Pato, Simões Dias, António Macedo Papança, Ernesto Marques, Reis Damaso, Arcírio Garcia Ramos, A. L. Gonçalves de Freitas, A. C. Borges de Figueiredo, Zeferino Brandão, J. S. de Sousa Fernandes, já não pode o estudioso deixar de se referir à crítica filosófica das obras de Teófilo Braga e de Domingos Tarroso.

Humiliado no concurso de 1878, Cunha Seixas procuraria denunciar os erros existentes na obra do seu inimigo. Para tornar mais copioso o monstruário, começava por apontar os lapsos de ortografia e de sintaxe, prosseguia depois na descoberta de erros de facto e de inexactidões históricas, para, finalmente desnudar as contradições do doutrinador positivista. Assim analisou as obras intituladas *História Universal*, *História do Romantismo em Portugal*, *Miragens Seculares e Questões de arte e literatura portuguesa* em artigos que, pelo carácter acrimônioso, não deixariam de ser apreciados entre os invejosos do ilustre historiador da literatura. Mas a parcela mais valiosa da crítica de Cunha Seixas, aquela que ainda conserva interesse filosófico, residia na demonstração de que Teófilo Braga, procedendo como revolucionário político, não poderia manter-se na disciplina ortodoxa do reacionário Augusto Comte, pelo que teria naturalmente de resvalar do positivismo para o materialismo.

Com efeito, o positivismo é um sistema de transição, parte de um socialismo para chegar a outro socialismo, porque nega a legitimação metafísica e teológica da liberdade.

A crítica de Cunha Seixas, ao denunciar as proposições materialistas que encontrava na obra do teorizador da República Positivista, consistia, afinal, em explicar a infidelidade ao cientismo pela necessária admisão, consciente ou inconsciente, da metafísica em qualquer sistema filosófico. Tal crítica, de estilo didáctico, análoga à que havia sido formulada por outros filósofos europeus, não possuia a virtude indispensável para refutar o positivismo já dominante em Portugal. Crítica eficiente, porque de tradição portuguesa, só mais tarde, e no Porto, seria inaugurada por Sampaio Bruno que assim caracterizou o movimento precursor: «Este movimento reconstrutivo operou-se deficiente mente entre nós, porque quedou nas ambigüezas metafísicas dos Srs. Domingos Tarroso e Cunha Seixas, nos repto intermitentes de Antero de Quental e nas indecisões teóricas de Oliveira Martins»⁽¹⁾. Não podia ser expressa em termos mais claros a notável condenação de Sampaio Bruno.

A série mais brillante de artigos de crítica filosófica é aquela em que Cunha Seixas se demora a apreciação do pensamento científico de Domingos Tarroso. O nosso filósofo louva o raro empreendimento de Domingos Tarroso publicar *A Filosofia da Existência* num país onde predominam os historiadores, e fala com admiração da cultura do autor, sabendo que ele é um voluntário autodidacta de pouco mais de vinte anos. Não deixa, porém, de impugnar com argumentação penetrante, e por vezes dissidente, a obra de Domingos Tarroso que replica em cartas, sem conseguir restabelecer na primitiva integridade as teses duramente refutadas.

Esta discussão interessa sobremaneira ao historiador da filosofia

em Portugal, porque oferece certa semelhança com a crítica que mais tarde será feita por Sampaio Bruno ao pensamento racionalista do matemático Amorim Viana.

Domingos Tarroso procurou elaborar um sistema de filosofia científica, aceitando o atomismo sem professar, todavia, o materialismo, posto que admitira a distinção existentiva entre Deus e a Natureza. Cunha Seixas mostra que, não atribuindo substância ao objecto das ciências noológicas, Domingos Tarroso contradiz-se num nihilismo final que suscita um pessimismo análogo aos de Schopenhauer e de Hartman. Mais ainda: a aventura de conciliar, no mesmo sistema, a excessiva confiança na imutabilidade das leis naturais, com o princípio explicativo da continua evolução, e de cindir a teoria do conhecimento pela distinção entre qualidades primeiras e qualidades secundárias, a que era impelido pelo atomismo, obrigaría Domingos Tarroso a dissolver a Natureza no fantasma do Nada, sem lhe opor sequer uma teodiceia de nitidas linhas significativas.

A esta doutrina opõe Cunha Seixas uma constante defesa da metafísica, que julga menos considerada pela tendência experimentalista de Domingos Tarroso, e, também, a hipótese da preexistência das leis do espírito humano característica do racionalismo europeu. Mas, da amigável discussão entre estes dois homens cultos, não poderia nascer qualquer luz. Pelo contrário, da crítica de Sampaio Bruno a Amorim Viana, condenatória do racionalismo e da metafísica, haveria de resultar um enunciado mais preciso do problema da filosofia portuguesa.

Criticou Cunha Seixas o livro «Poemas Modernos», da autoria de Domingos Tarroso. Discutiu demoradamente o prefácio, intitulado «A evolução natural e a poesia culta», e analisou depois alguns poemas, observando o carácter panteísta e pessimista da poesia do autor. Esta série de artigos, de diminuto valor, contém todavia na conclusão uma doutrina que viria a ser de muita importância para a filosofia portuguesa: Cunha Seixas opõe à teoria naturalista dos sexos, vulgar entre os pessimistas, o pensamento optimista da solidariedade universal e da satisfação do sentimento do belo pela realidade do amor.

Outro notável estudo é constituído pela série de artigos de crítica à conferência do Sr. José Maria da Ponte da Horta, acerca dos infinitamente pequenos. Cunha Seixas analisa, com o máximo rigor, as noções do corpo, matéria, átomo, éter e energia, para depois impugnar a afirmação materialista, feita pelo orador, de que a vida é o produto necessário das leis da matéria e da energia. Desenvolve depois algumas considerações sobre a apropriação do uno e do múltiplo, com referência aos argumentos de Zenón de Eleia contra a inteligibilidade do movimento, afirmando o primado da unidade metafísica sobre a pluralidade experimental.

As críticas às obras de pensadores estrangeiros, também lhe serviam de temas para artigos de jornal. Cunha Seixas, apesar de descontente com a cultura portuguesa, não descia ao ponto de aconselhar incondicionalmente aos leitores seus contemporâneos os livros recebidos de Além-Piranéus; sempre os apreciava com aquela independência de juizo que caracteriza o livre-pensador, se não com aquele orgulho legítimo em quem se apresenta como fundador de um sistema original. Tão longe do isolamento cultural que necessariamente degenera em mesquinhos passadismos, como da subserviência

ao pensamento estrangeiro, manifestada pela frenesia das traduções, Cunha Seixas soube manter-se numa posição equilibrada e digna para a filosofia portuguesa. Verdade é também que, na extensa bibliografia do erudito Cunha Seixas, resulta mínimo o trabalho de tradução. O bibliógrafo apenas registra traduções ou imitações, em verso, no livro intitulado *Estreias* que se publicou em 1864.

Diz-nos, Brito Aranha, o continuador da obra de Inocêncio Francisco da Silva, que o livro *Estreias* continha cinco partes: 1.^a — *Poesias diversas*; 2.^a — *Traduções ou imitações*, em verso; 3.^a — *Lamentações, em prosa*; 4.^a — *Esboços morais e políticos*; 5.^a — *Considerações sobre o liberalismo*, em que se defende calorosamente a independência de Portugal. Vê-se, pois, que nos escritos reunidos em *Estreias* se encontram já as directrizes dos futuros trabalhos do autor. Efectivamente, nos ensaios literários, filosóficos, jurídicos e didáticos que constituem a vasta bibliografia de Cunha Seixas, o autor desenvolve, estimulado pelos aspectos da cultura sua contemporânea, um pensamento sempre subordinado à mesma oculta ou mística unidade.

Dois livros se destacam, porém, que, pela boa composição literária em capítulos de graduada complexidade, se nos afiguram serem os trabalhos técnicamente mais perfeitos: a *Galeria de Ciências Contemporâneas* e os *Princípios Gerais de Filosofia*. O primeiro, redigido logo a seguir ao concurso de 1878, é constituído pela crítica à estrutura do Curso Superior de Letras, condenada aliás por outros escritores competentes, e contém uma proposta do ensino que deveria ser ministrado na nova escola de humanidades. A cada uma das «caixas», consideradas indispensáveis num instituto de nível europeu, dedica o pedagoga um ou mais capítulos, descrevendo as origens, as vicissitudes históricas e a situação actual da ciéncia que corresponde à respectiva disciplina, e facultando, por vezes, alguns preceitos de metodologia e de didáctica. A *Galeria de Ciências Contemporâneas* é, pois, um estudo que pode ainda hoje ser lido com muito proveito.

O segundo dos livros que merecem maior referência, intitula-se *Princípios Gerais de Filosofia*. O autor, que faleceu no dia 27 de Maio de 1895, não pôde ultimá-lo com aquele aperfeiçoamento que desejaria, pelo que da publicação de tão valiosa obra se encarregou Ferreira Deusdado, dedicado amigo de Cunha Seixas. Na «Notícia biográfica do autor», Ferreira Deusdado relata-nos o seguinte: «O presente livro que hoje vem a público não é senão a primeira parte dum obra maior em que o autor esgotou toda a sua vida.

Tendo publicado volumes diversos, só a esta obra ele chamava o seu livro.

Chegou a fazer imprimir essa obra inteira, faltando só o resto e o índice; dessa impressão fez brochar alguns pouquíssimos exemplares que deu para serem lidos a especialistas intimos.

Estando as folhas assim impressas na tipografia, deu-se aí um desastre casual, que as inutilizou absolutamente a todas. Um desses exemplares brochados serviu de original e começou a reimprimir a obra em tipo e formato diversos.

Achavam-se as folhas impressas desta primeira parte, não ainda feita a impressão do título, do prólogo, nem do índice, quando o autor foi colhido pela morte. Essas folhas incompletas, algumas truncadas, foram no seu espólio de inventário judicial vendidas como papel a peso para embrulhos e adquiridos já em segunda mão

pelo Sr. Eduardo Augusto da Cunha Seixas, que zelosamente as fez juntar e completar para editar este livro»⁽¹⁾.

A obra de Cunha Seixas não exerceu apreciável influência no pensamento dos contemporâneos e foi caido a pouco e pouco no mais injusto esquecimento. Todas as injustiças são explicáveis, dependendo embora a respectiva inteligência das alterações na axiologia que o tempo se encarrega de operar. Os valores dominantes depois da questão «Bom Senso e Bom Gosto» foram adversos às tendências místicas do pensador que não aceitava o realismo na literatura, o positivismo na filosofia e o republicano na política; para ser estimado pelos escritores mais novos, deveria Cunha Seixas pertencer aos cénculos dos literatos revolucionários, em vez de acompanhar o movimento progressista e liberal; para que os historiadores arrancassem o seu nome do olvido, seria indispensável esperar pela hora de rever a cultura legada pelo século passado.

Mais interessa, porém, abandonar o plano da contingência histórica e verificar se a obra de Cunha Seixas representa, para além do tempo, uma contribuição perdurable para a filosofia portuguesa. A este problema que é, sem dúvida, o mais importante, não é possível atribuir uma solução positiva.

Nos livros de Cunha Seixas verifica o examinador as mesmas deficiências que desvalorizam e inutilizam muitos dos trabalhos filosóficos dos portugueses mais cultos.

Ao procurar resolver distintamente cada problema filosófico, o autor eruditamente enumera as soluções que foram sucessivamente propostas pelos pensadores europeus, ainda que de segunda ou terceira ordem, critica-as e porventura refuta-as, para apresentar imediatamente o seu ponto de vista pessoal. O autor parece ignorar o que mais lhe compete descobrir: que o mesmo problema tem uma história em Portugal, implícita nas obras religiosas e literárias, se não explícita em trabalhos de caráter filosófico. Assim, desligando-se da tradição nacional para atender apenas à erudição estrangeira, o autor desenraizado sujeita-se a ver envelhecer estérilmente a sua obra, à medida que, para além das fronteiras, se vai modificando o panorama cultural. Poucos anos bastam para que os livros assim construídos deixem de ter qualquer interesse para os nacionais.

Embora seja inútil indagar das razões que levam os escritores portugueses a proceder de tal modo para com antepassados e contemporâneos, vale a pena apontar o contraste com os autores estrangeiros: estes, pelo contrário, raramente deixam de se filiar na tradição pensante da sua nacionalidade.

Em consequência desde defeituoso processo na composição dos seus livros, não foi dada a Cunha Seixas a possibilidade de determinar quais têm sido, na filosofia portuguesa, os problemas constantes e de os relacionar com os problemas adventícios de duração efémera.

Animado de adversidade para com a Escolástica, não se encontrava disposto a estudar as obras dos nossos filósofos anteriores à reforma pomalhina da Universidade de Coimbra. Não admitiu, talvez, que seria possível distinguir, por método filosófico, na literatura dos séculos passados, os pensamentos diversos que se exprimiam em fórmulas comuns, e não suspeitou, sequer, da existência de uma tradição imperativa, a que

(1) Ferreira Deusdado. In: Cunha Seixas — Princípios Gerais de Filosofia

(1) Manuel Busquets de Aguilar. O Curso Superior de Letras.

(1) Bruno — O Brasil Mental. Pág. 245.

O MOVIMENTO DO HOMEM

(Continuação da pág. 3)

expressa aliança política. Exemplos, em relação ao caso português: Europa; Latinidade; N. A. T. O.; O. N. U.

O conceito das Nações Unidas tem sido tão ineficaz na orientação puramente política que os Estados principais lhe deram, que a cultura se tem recusado a absorvê-lo; os embaixadores juntam-se nas mesmas Assembleias, mas o acordo real nem sequer toma já a figura da ficção ou do imbuto. O conceito da N. A. T. O., predominantemente estratégico, também não tem acesso ao movimento da civilização espiritual. O conceito da latinidade já tem uma base mais substancial, porque herdeiro da realidade do Império. No nosso caso, depois dos Descobrimentos, da nossa projeção marítima, da absorção de raças e territórios que nunca tiveram contacto com Roma, a substituição de uma pátria portuguesa por uma pátria latina perdeu todo o sentido. Camões, dizendo o célebre «esse tudo o que a antiga musa canta», viu bem o corte decisivo para com o ideal do Império. Rácia e culturalmente, a cultura portuguesa só em meia medida é subsidiária da latinidade.

Resta o conceito da Europa. Há entre nós quem, apressadamente, queira transferir a pátria de Portugal para a pátria da Europa, não temendo correr o risco de pôr nas mãos dos países numéricamente dominantes, a nossa responsabilidade vital como povo com uma missão a cumprir. A ideia é antiga, liga-se à Sinarquia dos templários e foi porventura Sampaio Bruno um dos primeiros pensadores modernos a teorizá-la. Múltiplos problemas surgem porém, se meditarmos um pouco, sempre referindo ao concreto, ao caso português: sem dúvida, Portugal está na Europa — mas está sobretudo no mar e no ultramar. Por outro lado, a quem incumbirá o mando nuns possíveis Estados Unidos da Europa? Num sistema democrático, a pequena voz portuguesa mal seria ouvida e, na linguagem dos números, a pátria da ordem de Cristo, de D. Diniz, do Infante, de Camões, do Descubrimeto, seria equiparado a uma Bulgária, a uma Dinamarca, a um Luxemburgo. Num sistema autoritário, as rédeas do poder, jurídico e espiritual, passariam para as mãos das nações poderosas, como a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha ou a Rússia. Estamos já tão decadentes, que nos julgamos em condições de abdicar perante o mestrado dessas culturas? Sabemos que muitas pessoas assim pensam, que muitas pessoas nada são capazes de descobrir — de original, de fecundo, de rico — numa espiritualidade portuguesa, que muitas pessoas vivem a reclamar que nos abramos indiscriminadamente à influência dos outros povos, considerando perfeitamente natural que os outros povos nada recebam de nós. Para estes, tudo quanto em nós há de bom, é importado. Gegos para o que de vivo e inédito possuímos, consideram absurda a valorização da nossa pátria como tal, para defender sobretudo a valorização de uma suposta Europa, em nome de uma comunidade de interesses mais do que abstracta. Há, com efeito, verdadeira comunidade, entre uma Noruega, uma Jugoslávia, uma Finlândia, uma Suíça, uma Bélgica, uma Espanha ou um Portugal? Se nunca foi possível unificar a Península, devido ao choque de duas correntes espirituais demasiado fortes para se anularem numa única, como

será possível dar ao conceito da Europa o significado que lhe conferem os utopistas? Em plano culto, falar de cultura europeia, bem sabemos, quer dizer baixar a cabeça perante o mestrado francês, italiano, alemão e inglês: o resto da Europa não cabe nesta Europa dos literatos.

Nunca ensaio recente, tão notável como pouco conhecido entre nós e que amavelmente o Prof. Delfim Santos e sua mulher, tradutora da obra, nos fizeram chegar às mãos, o filósofo alemão Reinhold Schneider, escrevendo sobre «*Europa e a alma de Portugal*» viu bem esse problema instantâneo da nossa cultura, quando disse: «O problema dos estrangeirados é um critério da história portuguesa. Com a mesma acuidade só terá surgido, talvez, na história da Rússia, pelo menos a partir do século XVI e, com destinal relevância, nos séculos XVIII a XX; lá cada vez redundou mais em fatalidade». Mais adiante Schneider mostra como uma cultura nacional se pode articular a uma «cultura de aliança»: «A Europa é uma comunidade de povos, cada qual com a sua personalidade, com a sua mensagem especial; e só enquanto estes se afirmam como unidade, a Europa persiste...»... «...ese quiséssemos esbater ou ignorar os perfis dos povos tudo quanto devemos preservar e defender estaria perdido». «Somos uns na comunidade dos destinos», continua Schneider, «somos uns no pensar, inquirir e interrogar que nestes anos porventura atingiu os extremos limites; somos uns na obrigação que devemos à mesma ascendência espiritual, a Atenas e a Roma, e não somos uns, não podemos nem devemos só-lo na exigência de fidelidade às nossas tradições». E é curioso observar como Schneider, longe de ver na nossa pátria em sua realidade própria aquele país que, segundo os derrotistas está sempre cem anos atrasado, pelo contrário diz: «Portugal é para mim um fenômeno europeu excêntrico. Aqui, no extremo ocidente, onde a costa se despenha, onde o mar tenebroso negreja como promessa, sedução e perigo, desvenda-se a essência da Europa tal como a constituição das camadas de um terreno no ponto de fratura. Portugal, extrema faixa costeira do Ocidente é, de certo modo, a mais europeia das nações...»

Ora, se o movimento da aliança pode ser autêntico e válido, não é a partir da abdicação de uma cultura, perante o mestrado de outras culturas dominantes. Busque-se, como primeiro passo do movimento necessário, a real comunicação que é dada inicialmente a cada povo em seu movimento próprio. Com a Europa pode haver diálogo, mas tem de ser de parte a parte: conhecemos demasiado os seus erros e as suas lacunas, tanto como a Europa desconhece demasiado as nossas verdades e as nossas iluminações. Estamos dispostos a aprender, mas poderemos também ensinar. A Europa chegou à extremidade do absurdo e, na sua ficção, não pode hoje ensinar um povo que nunca foi responsável, mas vítima dos seus erros.

O nosso epicentro é no mar e por isso o nosso verdadeiro e primeiro movimento de aliança, não é o da terra, da Europa espanhola, francesa ou germânica, mas o que reune as costas da Inglaterra, do Brasil, da África e da Ásia. Repetindo a heresia do Infante D. Henrique, que voltou costas às lutas que ao seu tempo rasgavam a carne da

Europa terrestre, sabemos aprender que para nós há um predominante movimento natural de aliança e que o seu caminho é o mar.

3 — Humanidade

Mais lato do que o da aliança, o ideal da humanidade move os homens. A humanidade, neste conceito, é a epopeia da raça humana, caminhando no globo para a salvação ou a perdição. Mas caminha realmente a raça humana? Há efectivamente movimento de congregação para um mesmo fim? No domínio intelectual daquela Europa terrestre de que falámos, não pode haver movimento, porque a guerra não é movimento. Enquanto continuar vigente um conceito de unificação de sinal imperialista — o Império Romano é ainda tão vivo que o seu arquétipo domina o mundo — não podemos esperar senão as mais desastrosas consequências para a humanidade. Com efeito, todas as forças que avassaladoramente têm posto em prática ideais de unificação humana, têm concebido esta unidade como Roma a concebeu, isto é, uma cultura central anulando e esmagando todos os cultos e culturas periféricas, uma verdade exclusiva destruindo todas as outras verdades. A Roma Vaticana que herdou a Roma imperial, demasiadas vezes incorreu no mesmo erro, porque dominada quase sempre politicamente pelas culturas italiana, espanhola ou francesa, em suas correntes cesaristas; também a Espanha de Carlos V e dos Filipes; a França de Napoleão; a Alemanha de Bismarck e de Hitler; a Rússia de Pedro o Grande e de Staline; ou os povos árabes num expansionismo que vem dos tempos da ocupação da Península — todos eles incorreram no mesmo erro trágico: querer sugerir o mundo inteiro a uma única liturgia, um único povo, um único homem, uma única política, uma única ideia, uma única filosofia. Julgam e julgam — pois todas essas correntes são ainda dominantes — que pela astúcia ou pela intriga, pela educação ou pela diplomacia, pela guerra ou pela cultura, conseguiram eliminar as diferenças, as singularidades, as heterodoxias, as tradições, as pátrias como visões colectivas e específicas do Espírito. Nestes caminhos de utopia — que ignoram final o carácter essencial da verdade antropológica — se vem perdendo a humanidade.

Qual a alternativa? Em vez do movimento binário da guerra — inimigo contra inimigo, ortodoxia contra ortodoxia, ideia contra ideia — só um movimento terário de espiral em que as diferenças se conciliam no momento em que, respeitando-se, se elevam e ascendem para um círculo mais alto, poderá finalmente trazer a paz e o progresso à humanidade. Como se sabe, esta ideia é profunda na tradição portuguesa. Foi a ideia dos templários. Foi a ideia da sua sucessora, a Ordem de Cristo, e inspirou toda a empresa dos Descobrimentos. É a ideia franciscana, a fraternidade universal, na tradição paracletista do Espírito Santo, que Jaime Cortesão e Agostinho da Silva consideraram a principal fonte espiritual dos descobrimentos. É a ideia que se transmite à Revolução Francesa e vai desfilar na degradada interpretação das Nações Unidas. Mas este organismo, puramente político e não, como a sua directa antecessora, a Ordem Templária, iniciática e filosóficamente garantido, não é mais do que uma estrutura sem substância. Qual a ideia templária, franciscana e portuguesa da fraternidade universal? Como o nome indica, é o arquétipo dos irmãos, que se amam e respeitam, mas são

diferentes uns dos outros. É uma ideia de colaboração, que não exclui a diferenciação. É uma ideia de harmonia — e não de redução a um só acorde.

Por isso, um Reinhold Schneider pôde ver na epopeia portuguesa, na epopeia lusitana, a única realização europeia que moveu realmente a humanidade num sentido ascendente de harmonia. Como um Bruno e um Fernando Pessoa no seu profetismo messianico, escreveu Reinhold Schneider esta página em que, pela compreensão do que não está patente nos factores puramente sociais, dá uma lição de portuguesismo aos portugueses inconscientes do que verdadeiramente representam na gesta da humanidade: «O grande movimento que de Portugal partiu nos séculos XV e XVI não é, de modo algum, em sentido único. As naus do enigmático homem do rochedo de Sagres não partiam sómente: regressavam carregadas de despojos, mas também ornadas de maravilhas. O Tejo não é apenas embaodura, é também porta de entrada. Não há dúvida: a descoberta e penetração na consciência europeia das autênticas revelações do Oriente levou muito tempo a realizar-se. Só trezentos anos após a viagem de Bartolomeu Dias se consumou. Em aberto está ainda uma grande aspiração: a aliança, que não a fusão, de todas as autênticas religiões; seria talvez a salvação do mundo. O caminho ainda se abre à nossa frente. A visão de Henrique o Navegador teve um alcance ilimitado, atingiu distâncias que são interrogações. E só da consumação histórica, ou seja da vida e ação orientadas por esta perspectiva, se poderá esperar uma resposta. A missão do Cavaleiro de Cristo, em Sagres, não está exausta. Cristo referia-se a todos os povos.

Assim chegamos a Camões e à sua visão do mundo, à sua concepção cósmica renovadora da Antiguidade.

O seu grande poema épico assemelha-se — a comparação não é decerto nova — às colunas erguidas à memória dos imperadores Adriano e Trajano: a espiral ascendente de uma grandiosa faixa em relevo representa as cenas mais importantes, não de uma vida ou de um determinado acontecimento, mas da existência e missão histórica de um povo. Consequentemente, a coluna lusitana de Camões não é encimada por uma estátua, mas por uma esfera armilar, o braço de D. Manuel o Venturoso, o símbolo da harmonia do mundo.

Pois é a visão da harmonia do mundo, que não ouro, tesouros ou poderio, o galardão concedido a Vasco da Gama, na última imagem da banda em relevo, pela sua deusa e seu demônio, por Vénus: uma dáliva e incumbência espiritual, uma predestinação a que os homens podem recusar-se, sem que, todavia, a possam dar por cumprida. O que de mais extraordinário aparece em Camões, além da sumula única do destino de um povo e da encarnação artística de uma ideia histórica, além da própria concepção da missão histórica, afigura-se-me que é a visão da natural harmonia do mundo...»

Foi longa a citação. Chamando o depoimento de um filósofo estrangeiro, quisemos registar porém a conclusão objectiva de que o futuro da humanidade parece depender, ao menos numa quota parte, se se quiser harmonioso e fraterno, da contribuição dos portugueses, que nos arquétipos de uma tradição ainda não morta, porque viva na consciência individual de alguns e no inconsciente colectivo de todos, possuem talvez o simbolo, o segredo e a chave do movimento espiralado do homem no mundo.

IV — O movimento da vontade

1 — Estado

À estrutura natural da pátria sobrepõe-se uma estrutura artificial. Um povo que se une em volta de si mesmo, cria as instituições, os meios e as fórmulas da sua representação, cria o Estado. O movimento do Estado é pois um escaleão primário do movimento da vontade nacional. Uma obra colectiva realiza-se por mediação de órgãos a quem o povo confiou o seu mandato. O Estado não corresponde ao momento da criação, da invenção, do projecto a partir do espiritual para o material, porque tal momento incumbe aos homens que têm a representação «natural» e livremente auto-determinada: sábios, artistas, poetas. O momento do Estado é o momento da ação, isto é, da vontade em acto.

Movimento real, será em consequência para o Estado a lealdade a essa verdade profunda que é o movimento dos indivíduos articulado ao movimento da pátria. Foi esta a lealdade teorizada por um D. Duarte e seguida com tanto escrúpulo, que levou ao sacrifício do próprio irmão — muito embora, como o sublinhou Agostinho da Silva, tal possa ser considerado um pecado contra a fraternidade —, foi esta a lealdade que, presente na sua divisa, desenvolvida no livro «O leal conselheiro», veio a constituir o poderoso elo entre a dinastia de Aviz e o povo, entre os príncipes de Aviz, no mesmo tempo e de geração para geração.

O Estado, porém, nem sempre é leal, o que lhe paraliza imediatamente o movimento possível. A estrutura artificial arroga-se em estrutura natural. Os executores tomam-se por criadores. A voz dos iniciados ou dos novos cavaleiros que são hoje sábios, artistas, poetas, é desatendida. A própria palavra encerra desde logo, aliás, um anátema: é um verbo substantivo, isto é, um verbo que se apresenta menos como movimento do que como substância; é, ainda, um substantivo onde o passado parece ser o mais poderoso apelo. E assim é, muitas vezes o Estado, que mantém o estático, o que esteve, o que foi, o passado.

Não sendo, não podendo ser criador, o Estado emprega-se com efeito na conservação de estados rígidos e até repetidamente mortos, que encadeiam o homem a situações de inferioridade, impotência e menoridade. A certa altura, todos se esquecem já de que o Estado não é a pátria: na confusão irremediável, um povo fica séculos sem poder criar e, na realidade, sem poder agir.

2 — Culto

No movimento do homem, a Religião ocupa sem dúvida um lugar essencial. Movimento para o divino, oferece em essência, uma dimensão sobrenatural à vida, abre a existência a iluminações que a transcendem, inspira os homens no próprio instante das suas relações humanas, sociais e cósmicas. Como a pátria arvora o estado, assim todavia a religião arvora, como mandatário do seu movimento, o Culto.

Estado e culto são porém organismos que não coincidem, até porque um povo nunca se entrega totalmente a um culto. Na conjuntura moderna dá-se mesmo o caso de uma grande percentagem das populações ser, nas expressões usuais, agnóstica ou ateia. O estado representa-as, com ou sem religião, com este ou aquele culto.

A que se deve este fenômeno de irreligião que, sem dúvida, é um

dos factores perturbadores no movimento antropológico? Quanto a nós, à falta de contacto, de diálogo, de real comunicação entre o movimento da pátria e o movimento da religião ou, derivada e empobrecidamente, entre o movimento do estado e o movimento do culto. Com efeito, a religião organizada procede muitas vezes como se ignorasse a especificidade espiritual da pátria onde está.

No caso da religião cristã, é de assinalar que, se Cristo afirmou a fraternidade, nunca afirmou a igualdade. Disse que todos os homens são irmãos, mas não que os homens são iguais ou que os povos são iguais.

Um culto igual para povos diferentes, pode ter como nefasta consequência o abandono da religião, por parte de homens que não se sentem compreendidos em seu movimento íntimo e civilizacional ou que não compreendem a relação com a transcendente, tal como a apresenta o culto. A conservação de uma língua morta como língua sagrada — o latim —, o positivismo de uma religião histórica que não se actualiza para com o tempo e o espaço das diversas culturas, o excessivo cristologismo de um Deus que, sendo da Trindade, não deveria ser esquecido no que a terceira pessoa representa para o que poderia ser um culto sempre móvel e sempre inspirado pelo Espírito Santo, enfim, a excessiva presença de uma vontade de paradigma estatal ou estático, por parte das instituições e homens que receberam a incumbência de mediadores entre a religião e os povos e, em vez de propiciarem em cada homem um criador de religião, preferem vê-lo como servo ou serva das verdades de que são exclusivos senhores — todos estes factores são susceptíveis de repelir os homens que não se resignam a um papel passivo e, mesmo sem ter lido o evangelho de S. João, guardam no fundo da alma o ressentimento pela vocação desrespeitada. O problema da irreligião é sem dúvida um problema de positivismo, mas é preciso reconhecer que o positivismo invadiu o culto. Por isso o culto é impotente para combater aquilo que secretamente alberga.

Estas são as palavras de um leigo, mas de um leigo interessado e atento. Com demasiada facilidade, se tem querido arrastar toda a crítica para o campo da heresia. E é esse um dos fatores da irreligião: partindo do pecado da vontade, que é o orgulho, anula a substancial e verbal colaboração dos que, sinceramente, se prestaram a contribuir para o movimento do culto.

3 — Moral

Ao problema do culto, está indissoluvelmente ligado o problema da moral. Entre a moral e a ética existe um fosso tão largo e tão profundo, que por vezes dir-se-ia não provirem da mesma fonte. A palavra continua na verdade a obedecer mais à etimologia do que a qualquer fonte superior que a queira resgatar. A moral, tal como hoje se concebe, não passa de uma expressão dos costumes e estes, por sua vez, obedecem apenas às leis do egoísmo. O movimento da ética seria possível desde que, desdobrando-se como fruto do autêntico movimento do homem, como espiritual, como patriota, como religioso, se lhe adequasse nessa tripla e hierárquica axiologia. Desenvolver-se-ia então, e sofreria a alteração que os tempos exigissem, uma ética capaz de exprimir a lealdade do homem para consigo mesmo, para a máxima expansão das suas capacidades físicas, psíquicas e espirituais; a lealdade do homem para

com a sua pátria, para a realização missional da sua específica tendência; e a lealdade do homem para com um Deus, cuja verdade não é um facto, não está feita, mas necessita a constante contribuição compreensiva e agente de todos e de cada um.

Ao invés, a moral é apenas aquilo que o homem mais facilmente cede do seu egoísmo e mais facilmente esconde dos outros homens. No plano religioso, a moral torna-se uma moral para o culto, mais do que uma moral para a vida e o confessor, o apologeta, por vezes até o teólogo, longe de atribuir igual relevância aos 10 mandamentos, aos 7 pecados mortais ou às 3 virtudes teologais, pratica uma escolha e estabelece uma hierarquia que de modo algum correspondem a uma ética superior à vontade do poder. No esquecimento do que parece acessório, na hiper-valorização do que parece essencial e até único, como a disciplina, a pureza dos instintos ou a fé, se perde frequentemente todo o sentido de uma ética capaz de assegurar um movimento autêntico. Imbuídos de complexos de frustração, muitos homens e muitas mulheres acabam por se resignar a uma situação de menores, onde apenas lhes resta a consciência infantil da irresponsabilidade. Assim as crianças, não pensando, abandonam toda a responsabilidade aos pais ou aos pais.

V — O movimento da política

1 — Partido

Se o Estado é já, quando degradado, algo de fracturado, de partido, em relação à pátria que diz assumir, o problema mais se agrava ainda com a política, ou seja com a luta entre os homens pelo poder. Quem deverá, com efeito, governar o Estado? Que homens e que ideias deverão influir na orgânica estatal? Numa política concebida como opinião, ou seja, um derivativo da vontade menos, muito menos do que um derivativo da ciência, surgiu a ideia do partido. Temos que a palavra foi feliz na sua escolha e efectivamente significa realidade. Nos sistemas conhecidos de partido: multiplicidade de partidos, trilogia rotativista de partidos ou partido único — sempre a etimologia está certa. Não é a pátria global, não é o estado global, sintetizado embora orgânicamente, que se auto-governam, mas sim uma parte, um partido, um fragmento, que pretende impor a sua vontade à totalidade, à globalidade dos homens que formam um povo. Tudo parece, portanto, entregue ao acaso: e, mesmo que um partido pudesse representar a ciência, a sabedoria, a filosofia, inevitavelmente se deveria sugerir às flutuações da vontade e da opinião, seja no exercício do voto, seja no voto do exército.

As soluções preconizadas, como as alianças de partidos nos governos, oferecem numerosos inconvenientes, o primeiro dos quais é a política das concessões mútuas, das acomodações, dos ajustamentos, que acabam por criar apenas meias medidas, ineficazes e superficiais.

Um país governado pela sabedoria, deveria em princípio dispensar o intermediário fragmentado que é o partido — mas o caminho da sabedoria política tem sido tão longo, tumultuário e sangrento, que parece difícil encontrar a conciliação desejada. A realização da Res Pública foi entre nós contaminada quase desde o início quando, deixando de ouvir os homens da Renascença Portuguesa, os políticos deixaram de

subordinar o Bem Públco à Verdade Pública, assumida pelos sábios, filósofos, artistas e poetas. Este exemplo, tirado da nossa história ainda próxima, poderá conduzir um pensamento político que, sem menosprezar a contingência actual e a — científica do partido, seja no futuro capaz de deduzir o actuar político, da verdade em suas primárias exigências. Só no movimento da filosofia para a educação e desta para a política ou, em termos mais concretos, da antropologia portuguesa para o ensino português e deste para uma governação portuguesa, reside a fonte criadora capaz de unir todos os portugueses numa causa comum, na prossecução de superiores fins espirituais, numa missão histórica ao nível do que foi a missão histórica dos Descobrimentos.

Quando a Política for Ciência, sem dúvida algo restará do partido, porque os homens não são anjos, e a vontade individual tende a relacionar-se com a vontade do grupo. Uma hierarquia derivada da Verdade será capaz de assegurar, no entanto, a fraternidade das vontades opostas, o respeito por diferentes interpretações de uma mesma tradição. O importante é que, com estes ou aqueles homens, estas ou aquelas instituições, estes ou aqueles partidos, uma tradição se mantenha em movimento, trazendo do passado para o futuro, a luz da verdade em expansão.

2 — Direito

Em sua insegurança, o partido produz o direito. Não nos iludimos: é sempre política, a verdadeira fonte de direito. A prova disso está em que as leis nascem e morrem, se formam e se reformam, ao sabor das flutuações das políticas, dos governos e dos partidos. Nestas condições, escusado será acrescentar que o direito não pode assegurar o movimento. A lei vital é curvilínea, espiralada ou armilar, isto é, barróca: a linha direita do direito não a representa porque a atraiçoá. Leis, regulamentos, artigos, cláusulas, tudo se ordena segundo a vontade e a ideia da parte, partido ou fragmento que no momento em questão tem as rédeas do poder. Tudo isso fica escrito e fixado em tábua que os juízes e os advogados aprendem de cor, e que sujeitam os homens, como espartilhos inadequados. No direito, o homem perde a sua individualidade e até a sua pátria e a sua religião. Perde sobretudo a sua alma e o seu espírito, porque o corpo pode obedecer, enquanto a alma se resigna ou se revolta e o espírito adormece ou se aniquila. Para o direito, eu não sou eu, mas sim uma entidade numérica e abstracta, que não é atendida em seu específico movimento. O gigantismo do direito no nosso tempo acaba por anular todos os particularismos, o da pátria, o da província, o da cidade, o da família, o da vocação, o do sexo e o do indivíduo. Quando legislar para a generalidade acaba por não legislar para o homem, mas para uma fieira do homem, para um ente inexistente. Traduzindo a vontade do poder, interessa mais ao direito estatuir proibições mesmo que, em sua generalização, aniquilem virtualidades interiores do homem criado, do que representar a verdade em todos os seus graus antropológicos. Para manter o estado e o partido, o direito torna-se uma sobreposição do passado sobre o presente e do exterior sobre o interior. É tão mínima a margem de movimento no direito, que apenas o esclarecimento ou a astúcia individual de certos juízes e advogados benévolos, consegue assegurar a realização da justiça.

3 — Burocracia

Além do partido e do direito, o Estado precisa de funcionários que, cumprindo as tarefas necessárias à aplicação da sua vontade, assegurem um ininterrupto exercício do poder. Este exercício, como acentuou Francisco Sottomayor em artigo recente, pertence à nobreza e pertence hoje à burocracia. Com o avançar deste século, a máquina burocrática tomou tais proporções, que o seu peso no orçamento do Estado só iguala o seu peso sobre o espírito do homem apanhado na engrenagem.

Máquina, engrenagem... Com efeito, a burocracia é maquinizada e, logo, desumanizadora: o homem é nela comparado com a roda dentada de qualquer aparelho de aço e exige-se-lhe que funcione com idêntica perfeição. Pontualidade, assiduidade e eficiência, são as qualidades pedidas ao burocrata porque são as qualidades pedidas à máquina. Escusado será acrescentar, porque é do domínio comum, que esta nova máquina, tecida da carne humana e de ilusões desfeitas, apenas dá a aparência do movimento. Ningém tem espírito de iniciativa e todos vivem a transferir as suas responsabilidades uns para os outros. Logo que o relógio do ponto recebe a primeira vassalagem dos seus servidores, são seis ou sete horas em que os ofícios circulam de umas repartições para as outras, em que sobre informações antigas se fazem novas informações, em que constantes despachos se vão amontoando uns sobre os outros, em que ordens e contra-ordens são expedidas para o exterior, em que os processos se vão avolumando, tomando peso, importância e tempo. Tudo se faz sobre secretárias pajadas de papéis, no medo das decisões inopportunas e no sucessivo temor do funcionário mais graduado. Este falso movimento, onde apenas se realizam hierarquias e disciplinas, raro tem real repercussão sobre a vida, sobre os homens, sobre a sua esperança, a sua angústia, a sua individualidade criadora ou sofredora. Quando há progresso, pode dizer-se que é apesar da burocracia, porque um homem inteligente, um funcionário invulgar, foi ocasionalmente capaz de vencer todas as dificuldades e transcender a mecanização em que inicialmente o colocaram. Mesmo assim, o esforço deste homem fora da série logo se perde — considerado como um ser sem sexo e sem família no vencimento individual que aufera, olhado com suspeita e despeito pelos colegas e superiores, ultrapassado por funcionários medianos, mas com maior grau de subserviência burocrática, esgotado por uma luta de todos contra a sua inspiração, a sua imaginação, o seu gênio de personalidade autêntica, não tardará em desistir, alinhando com a inferioridade geral e buscando fora da burocracia uma compensação para o seu espírito movente ou então em abandonar essa carreira, se outra oportunidade lhe surgir.

O movimento na burocracia é o movimento dos esquemas mecânicos. Repete-se indefinidamente e produz sempre a mesma manufatura: processos pendentes e homens vencidos.

VI — O movimento da revolta

1 — Revolução

A revolta parece ser um dos dados mais autênticos e indubitáveis da nossa época. Razão teve Albert Camus em dedicar-lhe um

livro notável, que os vindouros porventura lerão com desgosto e espanto.

Trataremos sobretudo aqui da revolta como um sentimento que veio habitar nas almas e se manifesta de mil formas diferentes. Não nos referimos à revolta extrema dos terroristas, mas principalmente a essa revolta íntima e encoberta, que mascaramos com um sorriso social ou com a agitação da nossa vida de superfície.

Dessa revolta ou dessa angústia — como preferem chamar-lhe os alemães — sabem sobretudo os psicanalistas e aqueles sociólogos que não perderam o sentido da antropologia profunda. É a revolta que explode na neurastenia, no alecolismo e na esquizofrenia. É a revolta que se exprime muitas vezes apenas nos ombros caídos dos desistentes e já só produz o eco de um grito de terror, nas discussões familiares em que marido e mulher expandem um sobre o outro, como bestas inimigas, o furor das suas vocações frustradas. É a revolta que produz a maldade, a maldade que os homens constantemente fazem uns aos outros, as pequenas vinganças, os pequenos sadismos, as pequenas proibições, as pequenas exigências, as pequenas tiranias, as pequenas vitórias — mas sempre o grande mal, que impede os homens de realizar um destino superior ao charco dos egoísmos particulares.

Qual a raiz desta revolta?

Quem nos acompanhou até aqui, sabe bem a resposta: é o pecado contra o movimento.

O homem fez-se para o movimento, o homem é movimento e, como disse Bergson, o movimento é a própria realidade. Mas, inserido que está em elementos animicos, educativos, civilizacionais, pragmáticos e políticos que, conforme vimos, em vez de propiciar, paralisam o movimento, o homem revolta-se em todos os planos em que a revolta é possível. A revolta é pois um protesto contra o estatico e um manifesto do movimento.

Culturalmente, a revolta tem três interpretações fundamentais. Chamamos-lhe a revolução, a devolução e a evolução.

Na revolução, os homens pretendem transformar imediatamente um presente inaceitável, num futuro idealizado. Insistimos no carácter da transformação imediata, poi faz parte integrante do conceito de revolução. Através de um golpe de estado, que pode ou não pode ter consequências sangrentas, subverte-se violentemente toda uma estrutura: substituem-se os homens, as instituições e as leis. Instaura-se um esquema de pensamento, longamente meditado em vigílias e assembleias. O sonho de todo o revolucionário é, num ápice, trazer o futuro ao presente e anular a dimensão do sonho e da esperança.

Julgamos que esta revolução muito dificilmente pode realizar o movimento, porque há um grande erro lógico no seu próprio conceito. Processando-se em termos de utopia, não atende à realidade jovente e apenas substitui um Estado por outro estatico, um estatico por outro estatico, um Direito por outro Direito. Movimento não é dar uma cambalhota e ficar na posição de pano; movimento é andar, passo sobre passo, seguramente, contornando os obstáculos, tendo em vista uma meta, mas aproximando-a pelo melhor caminho. O revolucionário construiu no seu espírito toda a teoria da sociedade futura ou leu-a numa qualquer cartilha, elaborada noutra época e noutra espaço, e julga que a realidade do homem cabe nos limites do seu intelecto, da sua concepção ou do ideário abstrato aprendido de cor. Assim pensando, faz a revolução, mas ela fica

desde logo comprometida porque, uma vez estabelecida a orgânica concebida, não mais ela se moverá, julgada como foi perfeita em sua dedução racionalista. É simplesmente uma ortodoxia no lugar de outra ortodoxia.

Não negamos que possam darse, em determinados condicionamentos, revoluções benéficas; mas estas só o serão, no momento em que esquecerem o orgulho de pôr um *esta* no lugar do que *está*, um é no lugar do que é; quando souberem, em vez de destruir, continuar; em vez de aniquilar, desenvolver; em vez de matar uma colheita, semejar novos campos. Por outras palavras, poderíamos dizer que só há revolução benéfica, quando entra numa tradição. O conceito de revolução, assim pensado, ascende ao conceito de evolução.

2 — Devolução

Devolução é, no nosso pensamento, o contrário de revolução. Neste capítulo, as etimologias não acertam com a realidade, porque quisemos respeitar os conceitos comuns das palavras. Seja como for: se a revolução é a cambalhota para a frente, a devolução será a cambalhota para trás. É utopista, o revolucionário que julga possível proceder à metamorfose do presente no futuro; é igualmente utopista o devolucionário que pretende a metamorfose do presente no passado. Ambas as intenções resultam de deficientes interpretações da história: consideram-se perfeitas duas sociedades históricas inexistentes. Uma, a que se idealiza no futuro pela vontade ao serviço do ideal; a outra, a que se visiona no passado, por uma interpretação documentária, pouco atenta ao caráter falso e mascarado dos documentos escritos que os contemporâneos deixam aos vindouros, como actas, registos notariais ou crónicas de apologia. Mas mesmo que a leitura destes documentos, auxiliada pela interpretação filosófica, artística e literária, tivesse uma garantia de verdade, mesmo assim seria estulto querer reconstituir nos nossos dias a organização da Idade Média ou da Renascença: tudo evoluiu, o homem, o saber, as ciências, as técnicas. Querer a devolução — devolução do passado ao presente ou do presente ao passado — seria contrariar tão irremediavelmente o movimento, que, na inversão, devolução só poderia ter revolução como desfecho.

3 — Evolução

Relativamente ao sentimento da revolta, cremos que só a evolução pode satisfazer a ânsia moveante dos homens. Insatisfeitos com todos os obstáculos que paralizam o espírito, é natural e até necessário que os homens desejem reduzi-los, para caminhar livremente no processo de ampliação e valorização do seu próprio destino. A evolução conjuga-se com a tradição, porque até no arquétipo biológico, os filhos não são iguais aos pais, mas no entanto de uns para os outros se transmite uma essência que é o homem, essência que se conserva, que se existencializa e que se renova.

Tradição é uma palavra que geralmente se confunde com o conceito de devolução: tradição não é, em boa verdade, um desejo de passado, mas uma constante actualização de certos elementos escondidos que duraram, que estão ainda vivos. Assim um homem é, em si e na sua evolução física e psíquica, uma tradição. A adolescência construiu-se sobre a infância e a maturidade sobre a adolescência. Houve algo no homem que durou, uma sua alma, em seu es-

pírito, mas que cresceu, aumentou, se actualizou na experiência do tempo, do espaço e dos outros homens.

Do mesmo modo, a evolução de um povo, para que a sua individualidade se não anule nos lugares comuns, deve seguir a espinha dorsal de uma tradição. **Evolução que compreende igualmente o respeito pelo passado e o respeito pelo futuro**, mas que os reune na síntese do presente, de um presente disposto a expandir-se, mas a expandir-se com segurança, com naturalidade, com necessidade, um presente que dá o passo que precisamente deveria dar, um presente que anima com o movimento, todos os seus factores constituintes, desde o cultural ao cultural, desde o político ao jurídico, desde o individual ao colectivo. **Assumindo o movimento, um povo caminha de forma a repor a todo o instante, sem obediência ao feito ou idealizado, o seu critério de verdade, para a realização da sua ciência, da sua arte e da sua justiça.** Dessa verdade deduz toda uma pedagogia para a educação dos seus filhos. Dessa verdade mórbida e tradicional nasce, como água ininterrupta de uma fonte infinitamente fecunda, o critério da ação dos homens sobre os homens, dos homens sobre o cosmos, e até dos homens na relação transcendente com um Absoluto, com uma Ideia ou com o Ser divino. Menos do que da violência ou da modificação jurídica dada por decreto, a evolução depende da indagação da verdade, da filosofia, da necessidade experiential e lógica das ideias. Sempre foram as ideias que governaram o mundo. Gerais e políticos mais não fizeram do que realizar pela vontade de poder aquilo que, por vezes em humilde silêncio, cem anos antes foi pensado. Este atraso, esta deslocação da verdade, que vem interpretada, não pelos homens que sabem, mas pelos homens que podem, evitar-se-ia, dissemendo de outra forma no nosso ensaio do número anterior, «Do Acto Político», se aos sábios, artistas e escritores fosse conferida aquela primazia natural que a cabeca tem sobre as mãos.

Quando os capitães forem os verdadeiros capitães, a evolução será. E, tornado possível o caminho redentor, libertador e iluminador do nosso ser, o movimento do homem já não será apenas um sonho, refugiado no mais recôndito do espírito diminuído e sofredor.

VII — O movimento da verdade

1 — Ciência

A condição da verdade num mundo de onde se excluiu o movimento tem sido idêntica à do pária, rondando as portas da cidade, mal ousando assumir perante os impiedosos guardiões do estatuto. Alguma verdade circula ainda na cidade, nos arcenos da religião, no pensamento dos filósofos, na inspiração da arte ou na bondade da justiça?

Porventura assim será, mas é como a verdade de David perante a verdade de Golias, com a diferença de que David ser um herói sem uma arma, sem uma funda, sem uma pedra.

Quem pensa que toda a verdade está dada, feita, perfeita, concluída, fecha as portas a quem queira mais verdade. E assim a verdade deixa de ser um verbo, até mesmo uma substância, para ser a reliquia fechada na torre de marfim, algo que ali está, mas já ninguém olha, um tesouro ao qual se presta um juramento, pouco mais. Deslocada a verdade do próprio centro de cada acto vital, con-

siderada apenas na relação voluntaria da disciplina — católica ou positivista, idealista ou materialista — o que deixou então aos homens em luta? Apenas o pragmatismo, apenas a moral, apenas uma exigência ortodoxa nas relações sociais. Tudo se equiva a partir do momento em que se perde a contínua exigência da verdade e resta simplesmente uma única solução: a guerra. Extremados os campos, divididas as opiniões, cindido tão irremediavelmente o mundo dos homens, que os missionários do religioso ou do político já só têm alcance junto das populações primitivas, os homens concebem como único remédio, a guerra: a guerra dos religiosos contra os irreligiosos organiza-se no arquétipo militar; a guerra do «mundo livre» contra o «mundo comunista» pesa como ameaça próxima sobre a humanidade, enquanto os arsenais vão acumulando as armas de destruição; a guerra dos desprotegidos contra os vitoriosos sociais acumula ódios e engendra partidarismos intransigentes; a guerra parece ser a dimensão simbólica do nosso tempo: guerra das ideologias, guerra dos continentes, guerra das raças, guerra dos partidos, guerra das almas, guerra dos sexos. Dimensão que nunca tão profundamente se definiu, que nunca, com tanta acuidade, penetrou nas almas, nas famílias, nas cidades, nas pátrias. A guerra, mesmo a guerra fria em que todos vivemos, destrói irremediavelmente o movimento do homem, porque destrói o próprio homem em seu cerne espiritual.

2 — Qual a solução?

Temo-la todos junto a nós, tão próxima e tão luminosa, que nos custa a distinguirla ou a defini-la: só o conhecimento da verdade, só a ciência, pode anular a guerra das opiniões, a guerra das vontades, a guerra entre homens que, julgando possuir verdades, não possuem mais do que partes ou partidos da verdade.

Bela solução! exclamará o leitor. Tão bela como utópica! Responderemos que é a solução mais difícil, sem dúvida: mais difícil do que fabricar bombas atómicas e lançá-las sobre cidades; mais difícil do que organizar forças de polícia e construir prisões; mais difícil do que erguer universidades para técnicos e profissionais; mais difícil do que ocupar as almas, equipar exércitos, fazer a propaganda de partido, exercer a força em qualquer grau e nível, visível ou invisivelmente, com astúcia ou sem ela.

Responderemos como Bruno, há cinquenta anos, quando os portugueses não estavam preparados para o ouvir. As palavras de Bruno não são para tomar à letra, mas no seu simbolismo, não são para considerar em actualidade, mas como precursores do que cada vez mais se impõe à humanidade da guerra. Aqui as deixamos, sob o título de uma Ciência que não é evidentemente apenas a ciência positivista da matéria, mas ciência da alma e ciência do espírito, isto é, preparação gnosiológica do homem para a apreensão de uma verdade ao alcance das suas faculdades psíquicas, quando devidamente propiciadas, desenvolvidas, aperfeiçoadas. Da boca dos mestres, disse Sampaio Bruno, não pode provar já «apenas o conselho moral. Germinal agora só o Racional. Das mentes inspiradas, tem de brotar, cair a verdade crítica. Não valem condutas a teoremas. A virtude não é o esteio da verdade. O sacrifício, qu'est ce que cela prouve? O martírio é inútil porque não é silogismo. A fogueira não prova nem pró nem contra. A palma da vitória, dá-la-a a tábua dos logarítmos. A revelação há-de sair da demonstração, hoje

em dia. Filosofia: amor de saber; amor-temor de Deus. O santo tem de ser o sábio. A prática não é de boas obras, mas de bons pensamentos. A objectividade da observação e da experimentação, o cílico é o estudo, na subjetiva célula da meditação. O homem chegou, com efeito, a tal que exige que lhe certifique a religião. Para se crer em Deus, é preciso que Deus seja mais do que uma necessidade social e uma solicitação da consciência. É preciso que Deus seja uma preposição irrefutável, uma noção científica.»

«Saber, a fim de poder» — eis o ideal de Bruno. A sabedoria, únicamente a sabedoria poderá conciliar as religiões, os partidos, os homens. Tudo se tem precessado nos termos da alma — vontade, fé, paixão, opinião, disciplina. Cumple agora realizar os termos do espírito. As palavras de Bruno estariam certas, se a noção da ciência, tivesse juntado a noção da arte.

2 — Arte

A arte restituí a um racionalismo, excessivo no seu anseio de absoluto matemáticamente deduzido, a plena estrutura anímica do homem. É o arquétipo da arte, que se insinua no existentialismo moderno, porque o sentimento é o lugar comum da arte. É ainda o arquétipo da arte, que ensina a moderna psicanálise do inconsciente, do sonho, do mito. É o arquétipo da arte também, que, à lacuna da razão pura, substitui a plenitude da imaginação. Muito embora Heidegger haja atingido também o conceito da imaginação transcendental, como solução para o problema da metafísica — Heidegger representa na Alemanha nada menos do que o despontar de um romantismo que não chegou sequer a sair da adolescência, porque fora anestesiado por Hegel e Augusto Conte — é fora de dúvida o conceito da ciência como uma filosofia e da filosofia como uma arte uma das mais fortes e originais fontes da moderna filosofia portuguesa. Não havendo razão pura, mas razão animada, a lógica resolve-se em arte. E a resposta final à divisão será correspondente a esta: a fraternidade universal poderá realizar-se enfim, quando uma filosofia inspirada, síntese de razão e de imaginação, de espírito e de alma, de lógica e de sentimento, de tempo e de espaço, de individualidade e de associação, de absoluto e de enquadramento pático e tradicional, for o próprio terreno em que os homens se movem, for a pedagogia da ação humana para a apreensão objectiva de uma verdade de que devem depender todos os actos e ações dos homens. O movimento de cada homem, em sua individualidade e situação, harmonizar-se-á então ao movimento de todos, em sua generalidade. Haverá realmente movimento porque o espírito verbaliza a arte e a arte por sua vez libera o espírito. Criar vida em volta de nós, guiados pela activa necessidade da nossa razão animada e pela inspiração da nossa livre arte interior de pensamento, será então contribuir em movimento real para a redenção da humanidade diminuída e sofredora, que não se salvará nunca pela guerra, aberta ou surda, dos homens contra os homens.

3 — Justiça

Opusemos o direito à justiça: com efeito, se o direito deriva da política, é preciso reconhecer que a justiça só pode derivar da filosofia. Há sem dúvida no direito, um movimento inicial para a justiça. O direito propõe-se conciliar

os interesses individuais com os interesses colectivos. Na prática, porém, mentalidade jurídica que exclui do ensino uma filosofia concreta do direito acaba por subsumir o individual no colectivo e este por sua vez numa generalidade abstrata. Assim, o direito que não se inspire na filosofia portuguesa, é direito do homem abstrato, sem pátria e até sem nacionalidade. Desde logo, este direito exclui do homem aquilo que nele é relação com a pátria. Sintomático se torna, à luz desta observação, que a cadeira de Filosofia de Direito, na Universidade de Lisboa, tenha sido entregue a um professor espanhol — cujo mérito, aliás, não está em causa. Tal escolha não representa menos do que uma abdicação, e precisamente no que deveria ser o centro espiritual de todo o ensino jurídico.

De abstracção em abstracção, o jurista vai eliminando no homem todos os principais factores constitutivos da sua personalidade, desde a sua nacionalidade à sua família, desde o seu carácter à sua educação, desde a sua província, cidade ou habitat até à sua cultura ou ao seu culto. Cada homem — em seu anseio de movimento — vive assim tolhido por um sem número de proibições, resultantes apenas de uma deficiente concepção dos métodos de execução do bem público.

Ciência e arte ensinam-nos que cada homem é um espírito em movimento na alma e na imensa matéria do mundo. A nada de menos digno se pode aspirar, pois, do que a uma justiça para cada um. Tal ideal seria utópico, se o não considerássemos como a aspiração, como a meta. O trânsito do direito para a justiça terá de ser pois, não o da estrada recta, mas o da espiral ascendente. Queremos dizer que, em vez da defesa dos direitos sociais, a justiça proclamará de preferência a necessidade da eriação espiritual do homem. Deve ser uma justiça incitante, não uma justiça negativa. Uma justiça pela educação, não uma justiça pela prisão. Vemos a sua gradual realização como um descobrimento e uma conquista do concreto. Partindo da vaga generalidade que pode ser uma justiça para o homem, dará o segundo passo que é uma justiça para o homem português, e ainda uma justiça para cada sexo, uma justiça para a província, uma justiça para a cidade, uma justiça para cada família em sua constituição e dinâmica destinal e finalmente o ideal salomônico, uma justiça para cada homem.

Pois só o homem a quem, em sua individualidade intrínseca e autónoma, se presta integral e compreensiva justiça, pode estar libertado para a realização do seu destino superior no plano do espírito e da alma. Se não há justiça sem verdade e direito sem filosofia, também a verdade, também o pensamento, não podem frutificar no terreno da injustiça.

Sem movimento, o homem nunca mais vencerá a situação da queda, da cisão, da memoriadade em que se encontra. Mas para dobrar o seu Cabo da Boa Esperança, a nau humana tem de descobrir-se primeiro, para separar o trigo do joio, o movente do estático.

Com todas as suas lacunas, imperfeições e desvios, aqui deixamos o nosso contributo sincero, desapaixonado e tão objectivo quanto sabemos. Meditação do princípio do ano, ligada portanto a uma renovação cíclica da natureza, representa ainda o nosso tributo ao tempo. O movimento do homem, que no espaço se deve à epopeia portuguesa, espera ainda a posse do tempo. É tempo de o dizer.

ANTÓNIO QUADROS

O Culto do Espírito Santo

Continuação da pág. 6

E com S. Francisco de Assis que o homem se aproxima, ao mesmo tempo, da divindade e da natureza. O franciscanismo, mais do que uma ordem religiosa, no sentido vulgar do termo, é uma ampla e bela *fraternidade*; atente-se neste caráter que distingua a nova ordem: a exclusão da vida claustral.

«Até ao advento de São Francisco, a terra para os crentes era apenas um lugar de passagem e de expiação; e o ideal religioso — o isolamento, a inércia contemplativa e a abstinência ascética». Tudo era inibição.

A «fé nova» — em que Joaquim de Flora dividia o mundo em três idades — se opuseram os que, na fidelidade à cruz negra, negavam a luz. Mas Portugal abriu a porta e o coração aos «irmãos espirituais», que proclamavam estar próximo o advento da última das três idades: do Espírito Santo, cujo culto contemplativo é celebrado pela classe sacerdotal da Igreja Romana no quinquagésimo dia depois da Páscoa, quando os judeus comemoram o Pentecostes — lembrança da Lei dada por Deus a Moisés no monte Sinai.

Portugal foi o único povo onde na mesma celebração se uniram, fundindo-se, dois cultos: o *contemplante* e o *profano*, pela sagrada dos instintos naturais, pela exaltação do humano, pela comunicação amorosa com Deus. Tal celebração, não é possível dissociá-la do sentido laico da cultura portuguesa tradicional, e não participa da comum distinção entre espiritual e temporal: não há «domínios», há *uniidade* — unidade em Deus pelo amor à mulher: É próprio do amor mover e impelir a vontade do amante para o amado. Quanto à *santidade*, ela se atribui às coisas ordenadas para Deus. («Est autem proprium amoris quod moveat et impellat voluntatem amantis in amatum. Sanctitas vero illis rebus attribuitur quae in Deum ordinantur» — S. Tomaz; «Theol.» — q. XXXVI, a. I*).

E no «Amadiso» que encontramos a crença de superação humana, que D. Diniz vai sagrar no culto do Espírito Santo. Oriana, a bela, entrega-se a Amadiso, o cavaleiro excelente; como única condição, a pureza da vontade do amante perante Deus: «E vós fazais com que, embora pare erro e pecado ao mundo, o não seja perante Deus». Nesta sagrada livre de amor, está o anúncio dumha verdade, que apaixonou homens como Cervantes e Goethe, santos como S. Teresa e S. Inácio, foi combatida por Luis Vives, Possevino, ou Justus Lipsius.

As cruzes negra e branca continuavam erguidas, defrontando-se. Uma nova cruz, porém, lhe surgiu.

Foi D. Diniz — dizem que inspirado por Isabel, rainha e depois santa, mas antes sua mulher — o instituidor da celebração comum para os duplos cultos, ao fazer coroar e sagrar — junto ao altar dum templo franciscano — o «Imperador do Espírito Santo», criando o «Império». Ao fazê-lo, Diniz (cujo nome de Dionisos deriva...) sagrou no território antediluviano de Ophiusa um antigo culto pagão, cujos símbolos, o touro e a serpente, com o mesmo culto se propagaram até ao Oriente. E na nova cruz, «de Cristo» chamada, cuja ordem ergueu sobre os fundos alicerçados da «do Templo», mostrou (na oculta linguagem do símbolo) o «casamento» do branco com o vermelho,

do espírito com a carne, da divindade com a humanidade: o espírito a inserir na carne, a carne a assumir⁽²⁾ o espírito, a redenção.

Não mais o homem só, pela renúncia ao mundo buscando a salvação. Nem «inércia contemplativa», nem «abstinência ascética». A fraternidade com a natureza, o amor — superação dos dois egoismos — caminho de redenção; a união (alegria) a substituir a separação (dor), por intermédio da graça. Abandonando o frio do clauso, a solidão de cela, a abstinência ascética, o homem (humus, barro), vem procurar no amor da mulher, à luz do sol, no fraterno e doce convívio com a natureza, não só a sua remissão e caminho para Deus, mas, ao mesmo tempo, no mesmo amor, a de tudo quanto o circunda e onde age — renegando assim os «jansenistas», os quais apelidaram de «pelagianos» todos os que descobrissem algum bem na «natureza pecadora».

Inconsciente e ignorante da virtude da graça, o homem buscava por errado caminho a alegria e a paz. Apartava-se da natureza, e renunciava à sua própria; e apesar de St. Ireneu, bispo de Leão, haver sustentado sábientemente: «a matéria é suscetível de salvação» o mundo e a carne eram o Diabo, e Deus só se alcançava pelo aniquilamento.

Demoniacos eram todos os ritos naturais; daí a renúncia ao amor sexual, pela «transferência» para desumanas e místicas uniões.

Quão longe das palavras de St. Agostinho: «nova perfeição consiste, em dar a Deus, mas em receber de Deus!»

Contudo, o absurdo caminho de pretensa salvação foi propagado e defendido — algumas vezes com fogo e guerra — como único e verdadeiro caminho. E o Inferno era o lugar horrível onde, em siflureas chamas, se aqueciam negros caldeiros: neles haviam de consumir-se os corpos e as almas daqueles que ousassem crer o que, verdade de sempre, Leonardo Coimbra assim definiu: «a carne está ao pé do espírito».

Exaltando o humano, D. Diniz saiu a *síntese*: — unido dos irmãos de Cristo e dos filhos de Lúcifer. (Talvez por isso Teixeira de Pascoais pudesse dizer: «Deus e o Demónio são incompatíveis em toda a parte, menos em Portugal»). Era a remissão da carne pelo amor, num «mundo encantador e singular, onde Deus e a Virgem, o diabo, os santos e os maus vivem em curiosa familiaridade, onde o céu e a terra suprimiram, por assim dizer, as distâncias», usando as palavras de André Baudrillart, na sua crítica à «Lenda dourada».

Tal «mundo encantador», tinha por complemento a *fidelidade* — fidelidade de coração à mulher, na qual se consubstanciavam a própria Pátria e o próprio Deus.

O «Império» criado por D. Diniz, foi o da fraternidade cristã, o da liberdade do amor, o da igualdade perante Deus — advento na terra da terceira idade.

«Devoção máxima do povo português durante os séculos XIV, XV e XVI (a festa do «Império»), constitui o prólogo religioso, mas herético, dos Descobrimentos».

«Aparelhadas», vão fazer-se ao mar as caravelas...

Baco treme no Olimpo; contraria

(2) Um dos títulos de Nossa Senhora, é o da «Assunção» — termo que teologicamente exprime o acto pelo qual a divindade une a si à natureza humana.

Cunha Seixas e a Filosofia Portuguesa

Continuação da pág. 15

obedecia ao lutar contra o positivismo. Não soube ler a obra de Teófilo Braga, não descobriu a influência que no pensamento português havia exercido a prosa de Dante.

Dentro da Escolástica foram das soluções várias ao problema das relações da teologia com a filosofia⁽¹⁾. Fora da Escolástica, o livre-pensamento encontraria para o mesmo problema novas e diferentes soluções. E se, na segunda metade do século XIX, houve quem visse no livre-pensamento uma atitude compatível com o ateísmo, deve-se o facto a uma lamentável decadência da cultura portuguesa. Os problemas do Curso Superior de Letras, professores portugueses de filosofia estrangeira, orientaram a política nacional para a República Positivista.

Tedas as tentativas agnósticas, Edmundo Husserl, para construir uma filosofia *estrictamente científica* equivalem a revoltas contra a tradição e permitem a aceitação do ateísmo; mas essas tentativas assentam exactamente na limitação.

(1) Sobre a Escolástica ler o Capítulo II do *Esboço Histórico-Literário da Faculdade de Teologia* pelo Dr. Manuel Eduardo da Mota Veiga.

Júpiter; defende-nos «Venus bela, afeiçoada à gente Lusitana» (*Lus.* — I, 33).

Entre «gente remota», Portugal vai edificar «novo reino», dilatando a «promessa»; Terra e mares foram «abragados» pelas lusitanas caravelas — novas e esperançosas aves, correndo sobre o espelho do céu. E o «Adamastror» (singular o seu epónimo!), foi vencido pelo crer — e não pelo querer — dum povo que, conhecendo a verdade, não temeu o «mostrengos» — «de disforme e grandíssima estatura».

Sal, algas, maresias, corais, envolviam os mensageiros do Infante — caraveleiros esforçados, enquanto na Europa os homens góticos procuravam alcançar o céu com as agulhas de pedra das suas altas e frias catedrais...

Na cruz branca e rubra das velas (o fogo da carne e a luz do espírito), ia o anúncio da «nova idade».

Imensa e extraordinária sabedoria a daqueles Reis e Príncipes — de D. Diniz a D. Manuel (início e fim do ciclo) — que, olhando os mundos infernos, renegam a crença da terra como lugar de expiação, afirmam a sua fé na bondade da Natureza, proclamam a santidade do amor humano, e à terra inteira, de canto a canto do orbe, gritam esta verdade: «a promessa de redenção é total!

«Foi levados por esse mesmo e livre impulso, que os portugueses, partindo idólos, mas ardendo nas chamas do Espírito sagrado, embarcaram para iniciar a maior façanha dos povos do Ocidente: o descobrimento do Mundo e a unificação da Humanidade!»

Depois... vem D. João III, E nasce o mito do «Encoberto».

RAFAEL MONTEIRO

para uma barba perfeita

Dual

A MAQUINA ELÉCTRICA DE BARBEAR COM SISTEMA DE CORTE DUPLO

À VENDA EM TODO O PAÍS NOS AGENTES DA



GENERAL ELECTRIC PORTUGUESA



cendo os limites das condições terrestres, procura o infinito criador nos mundos superiores ou infernos; assim, na filosofia o infinito aparece como atributo de Deus, dando motivo à formação de uma teologia, ou permanece insito no poder inconsciente que constrói e destrói as coisas finitas, e que, de sistema para sistema, pode adquirir diversa denominação.

É inegável que a tradição portuguesa, pela sua oposição ao dogma da imutabilidade das leis naturais, consiste na mais autêntica fidelidade à atitude de considerar o verdadeiro infinito em Deus.

Deixando atrás de si a cultura mediterrânea, que ainda não possuía o autêntico conceito de infinito, e abrindo para além do Atlântico horizontes ainda não ultrapassados pelo pensamento europeu, a filosofia portuguesa, foi pouco a pouco tomando consciência da sua originalidade. No *Panteísmo* de Cunha Seixas, no *Messianismo* de Sampaio Bruno, no *Creationismo* de Leonardo Coimbra encontram-se os elementos que permitem habilitar a filosofia portuguesa a exercer a missão que porventura lhe esteja destinada. Queiram agora as novas gerações reconhecer o primado da filosofia sobre a política, para que se possa, enfim, realizar tão admirável prodígio!...

ÁLVARO RIBEIRO



COMPANHIA UNIÃO FABRIL

A MAIOR ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DA PENÍNSULA

- SUPERFOSFATOS
- ADUBOS
- SULFATO DE COBRE
- ENXOFRES
- BAGAÇO PARA ALIMENTAÇÃO DE GADOS
- INSECTICIDAS
- SABÕES
- ÁCIDOS
- VELAS
- GLICERINAS
- ÓLEOS INDUSTRIAL
- ÓLEOS COMESTÍVEIS
- AZEITES
- FIOS, TECIDOS E SACOS DE JUTA
- FIOS E CORDAS DE SISAL
- CARPETES E PASSADEIRAS
- CAPACHOS DO CAIRO
- LONAS DE ALGODÃO
- METALURGIA DO FERRO E AÇO
- METALURGIA DO OURO E DA PRATA

LISBOA
RUA DO COMÉRCIO, 49

PORTE
R. S. DA BANDEIRA, 82

Continuação da pág. 13

cola que não os ajuda, não os comprehende e não os forma para aquilo que poderiam ser na vida». Assinala que «há crianças, temos alunos. Mas não temos escolas convenientes, pedagógicamente bem orientadas. E não temos professores à altura da missão, se excluirmos as poucas exceções...».

Na verdade, muitos professores formados na mais caduca pedagogia «julgam ainda que aprender é meter na cabeça fixar, decorar, reproduzir textualmente aquilo que o professor disse, ou escreveu...». Na realidade, diz Delfim Santos, «a verdadeira missão do professor consiste em ensinar a aprender. Mas para ensinar a aprender é necessário aprender a ensinar. É necessário formar professores para esta tarefa de humanização do homem que é a finalidade da escola...».

Por outro lado, «a ciência é um instrumento útil para propiciar o desenvolvimento mental, é um meio e não a finalidade, que essa é a alma em seu próprio desenvolvimento. E um dos aspectos mais desfigurativos da escola consiste precisamente na promoção dos meios em fins e dos fins em meios. A escola perdeu-se nesta inversão e os professores tornaram-se agentes de malefício que compromete ou aniquila o profundo sentido de humanização que à escola competiria. O que compete, pois, à escola? Qual a sua essência. Delfim Santos responde: «A escola tem de ser a oficina onde se cultivam os homens de amanhã e não as ciências de ontem, pois o acto de aprender é criativo das próprias possibilidades daquele que aprende».

E Delfim Santos afirma, em conclusão: «O nosso plano de estudo não é pedagógico; os métodos de ensino não correspondem didáticamente às possibilidades de aprendizagem; os programas são empíricos e desconformes; os resultados dos exames nada indicam acerca do real aproveitamento dos escolares...». E a lista prolonga-se, ainda. A reforma do nosso sistema educativo impõe-se e parece aliás, se atentarmos nesta manifestação de lúcida consciência vinda da própria Universidade em processo de desenvolvimento, quecluirá mais tarde ou mais cedo. Nesta reforma será em verdade momento essencial um Instituto Superior de Educação ou um seu equivalente. É uma ideia que se impõe pela própria força da sua necessidade lógica.

A. Q.

A situação social dos Escritores

Continuação da pág. 7

lizar obra profunda, capaz de corresponder ao mais alto nível, à esperança e ao anseio dos intelectuais portugueses.

Não se comprehende que o escritor português esteja em situação social

"CONVÍVIO" E "57"

Continuação da pág. 5

bela, da mais divina das artes: a da liberdade. A predominância, nele, das grandes planificações, sendo característica da fase propedéutica de uma revolução que os seus ardentes legionários crêem sem precedentes, pode induzir em erro os que, sabendo como a planificação abstrata, esteve, está e estará no serviço da escravidão humana, com muita razão desconfiam do que, querendo salvar o mundo, acaba por matar o homem, o homem concreto, de hoje e de aqui. Mas não: creio que as linhas gerais manifestam apenas a síntese que precede a grande análise, a imagem motriz que induz e conduz as inteligências, as vontades e os corações para a realização de uma empresa, de uma viagem, de uma aventura que, sendo grandiosa não é monstruosa e sendo geral não ignora, antes valoriza e integra, o particular. Preparemos o homem que seja tão grande e tão simples como um santo, tão pequeno e tão complexo como uma criança.

Ora a criança não vai à universidade. O mundo da criança é irreversível. O adulto contém a criança, mas a criança não contém o homem, cria-o. Nesta convicção radicam os nossos pontos de vista, por ela se justifica e explica a nossa circunnavigação, para dentro e em torno do Alentejo. O Alentejo é, para quem aqui nasceu e, embora aqui deseje morrer, não confunde morrer com apodrecer em vida, o globo por explorar. A história da inteligência humana tem-se processado às avessas. Está dito e redito que depois de descoberta, explorada e colonizada a Galáxia, estaria ainda por descobrir o Francisco, aquele que todos conhecemos de todos os dias e de todos os lugares. A psicologia foi a última das ciências positivas a constituir-se. Depois dela... bom, depois dela é a revolução anti-positivista de que entre tanto o «57» nos dá uma amostra. Pensando nestas e noutras, é que vemos responder com a palavra alentejana aos que falam na palavra atlântica, movimento de reversibilidade que, aliás, se contém nas próprias premissas do «57». Procuramos seguir a lição como alunos atentos mas, fundamentalmente, ignorantes. Aprendizes, apenas.

Fundamento da educação alentejana

Desejando, como disse, que a ação aplicada preceda a teórica e esta a especulativa, preconizariam, como princípio de reforma, a Escola Rural para centro da educação do homem alentejano. Della, ao mesmo tempo que corrigisse, desde logo, o mal-estar que os decretos abstractos vinculam na existência concreta dos núcleos populacionais e habitacionais, partia a iniciativa de estudar a metologia e antropologia alentejanas, contributo permanente para fundamentar as reformas ou planificações gerais. Enfim, o nuclearismo daria a sua contribuição ao centronismo das instituições. Tão importante, pois, como o Instituto Central de Cultura Superior, propomos a criação do polo dialéticamente complementar; os núcleos regionais de educação. E, claro, o Convívio desses núcleos.

A. C.

incomparavelmente inferior à de outras profissões liberais, como a medicina, a advocacia ou a engenharia. Diagnósticos, pareceres e projectos auferem por vezes remunerações altíssimas, na proporção do valor pessoal do médico, do advogado ou do engenheiro. Pois os melhores escritores portugueses estão a escrever livros em troca de quatro ou cinco mil escudos e artigos por cento e cinquenta ou duzentos escudos. O que seria de medicina ou da advocacia, se médicos ou advogados tivessem, para subsistir, que ganhar a vida como funcionários públicos, empregados de escritório ou explicadores para o liceu?

E no entanto — é preciso salientá-lo —, a missão do escritor não é menos necessária a uma sociedade do que aquelas profissões liberais. É o espírito de uma pátria que a honra e justifica em sua autonomia e em seu projecto vital. E o espírito de uma pátria, quem o assume mais profundamente, do que os seus intelectuais — pensadores, escritores ou artistas?

A. Q.

"O HOMEM E DEUS"

Continuação da pág. 12

que é a penitência. Infelizmente, porque muitos pensadores não atingem a diferença subtil que há entre o pragma e o útil, degenera a prática dos sacramentos em praga de moralismo. A separação da vida quotidiana e dos actos humanos do seu significado religioso é, efectivamente, o motivo pelo qual muitos ignoram e desprezam o poder libertador dos ritos. Mas seria exigir muito ao escritor do «*O Homem e Deus*» que da sua nebulosa, vaga, imprecisa sentimentalidade religiosa partisse para a compreensão de uma doutrina cujos dogmas propõem os meios que libertarão o homem, do mal, do sofrimento e da dor que o enfermam. Sem dúvida que, para quem o crer em algo é explicável como um fenômeno de psicologia das multidões — *creio porque cremos* —, e as religiões partem de uma crença impessoal colectivamente aceite, as doutrinas religiosas não serão compreendidas senão como sistemas de sociologia mais ou menos aperfeiçoados. O último capítulo deste livro, intitulado *A Crença e a Lógica*, vemo-lo, assim, como um apelo do autor ao auxílio de um director espiritual que o clarifique e integre num sistema de religiosismo.

Como saudoso que é, Amorim de Carvalho frisa o aspecto negativo da solidão tanto no indivíduo como no povo, e preocupa-se em resolver, por uma europeização da cultura portuguesa, o problema do isolamento de Portugal relativamente aos outros países, sem demandar ou interrogar os motivos superiores que determinaram o nascimento da nossa pátria. Estranhiamo-nos, que um homem que opina tão favoravelmente sobre uma fantasmagórica filosofia universalista, em detrimento das filosofias nacionais, dê tanta importância à individualidade, ao eu em nome do qual pretende aceitar ou combater as opiniões ou os pensamentos dos outros eus. As muitas contradições que notamos no decurso da leitura deste livro, mostram-nos como nem sempre a opinião é fundamentada em razões que a justifiquem, se bem que represente uma tomada de posição perante as imagens que influem a nossa época e o nosso país. É de esperar, todavia, que este autor, elucidado pela contribuição da crítica, em futuro livro nos apresente a legitimação filosófica das apreciações neste obra feitas aos escritos dos homens com Deus e dos homens sem Deus.

FRANCISCO SOTTONMAYOR

UM NOME MORTO

«Por Verney apuramos de como Descartes era, em 1746 (em 1746!) nome morto para portugueses; e os adversários de Verney, com superior desdém é que se dignam memorar Descartes, que, à data, consideram já como findo e extinto, mentalmente morto e enterrado, no justo e liquidador indiferentismo por ser químérico desvario.»

Bruno — *A Ideia de Deus* —

Porto 1902, Pág. 14.

Tal como o Aristotelismo na Sorbonne, no decurso do século XIII, foi o Cartesianismo proscrito dos Colégios e das Universidades, no decurso do século XVII. Em 1663, as obras de Descartes foram para o *Index, donec corriganter*. Em 1667, o Padre Lallemant é proibido de proferir a oração fúnebre do filósofo. Em 1671, a convite do Sr. de Harlay, a Faculdade das Artes incita os professores a permanecerem fieis à doutrina de Aristóteles, sob pena de demissão; chega até a solicitar procedimento severo do Parlamento contra os inovadores. Em 1675, o Rei nomeia comissários para examinarem todas as teses e todos os cadernos de filosofia. Em 1677, a Universidade de Angers, o Oratório e os Jesuitas declararam que ninguém se poderá afastar dos princípios da física de Aristóteles, geralmente adoptados nos colégios, para se ligar à nova doutrina do Sr. Descartes, a qual foi proibida de ensinar por Sua Majestade, o qual tinha para isso muito boas razões. Entretanto, começam a surgir os compromissos. O primeiro secretário da Academia das Ciências, J. B. Duhamel, na sua *Philosophia vetus ed nova ad usum scholae accommodata* (1678), e depois Pedro Barhey, aluno de Arnauld, tentam transformar Aristóteles em cartesiano; enquanto Cally, professor de filosofia na Universidade de Caen, na sua *Universae philosophiae Institutio* (1695), faz de Descartes um peripatético. A honra de introduzir o cartesianismo no ensino público pertence, na maior parte, a Pouechot, professor de filosofia no Colégio prazantino, em 1691 reitor da Universidade. Apesar de tudo isto, só em 1720 é que a filosofia moderna ficou consagrada nos programas do ensino público, em consequência dos novos estatutos para a reforma da Universidade, então submetidos à aprovação do Regente.»

Louis Rougier — *La Scolastique et le Thonisme* — Paris, 1925. Págs. 728-729.

Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 - Lisboa

Sucursal: Rua Infante D. Henrique, 73 - Porto

Serviço rápido de carga e passageiros
para a África Ocidental e Oriental, Índia,
Macau e Timor

Frota da C. N. N.

NAVIOS DE PASSAGEIROS

«Niassa»	10.000
«Angola»	9.550
«Moçambique»	9.423
«Quanza»	6.230
«Índia»	7.000
«Timor»	7.000
«Zambézia»	1.657
«Lurio»	1.605
«Save»	1.300

NAVIOS DE CARGA

«Sofala»	12.145
«Moçamedes»	9.120
«Rovuma»	9.100
«S. Tomé»	9.050
«Nacala»	3.370
«Tagus»	1.680
«Chinde»	
«Angoche»	Em construção

Incidências sócio-económicas na poesia negra de expressão portuguesa

Quando há uns poucos de anos atrás surgiu em Portugal uma magra primeira antologia da «Poesia negra de expressão portuguesa», organizada e prefaciada pelo santomense Francisco José Tenreiro e pelo angolano Mário Pinto de Andrade, dizia-se que «no limiar do primeiro caderno de poesia negro-africana de expressão portuguesa, ocorrem-nos algumas considerações forçosamente breves sobre as características essenciais da poesia negra. Poesia negra, não já sólamente aquela que é produto do negro indígena da África, mas também, das Américas e esta que surge hoje como fruto amadurado dum nova consciência dos problemas africanos, elaborada com a ajuda técnica das tradições culturais da Europa». Isto significa que se, por um lado, se inscrevem nos quadros culturais da África valores expressivos novos, eles estão enfeudados, pelas línguas utilizadas (francês, inglês e português) a formas vocábulares que em si carregam a marca de uma forma de presença humana nas fronteiras das suas actividades; e que, mesmo quando expressando-se em línguas autóctones, ou dialectos derivados de qualquer destas línguas (*o petit français, o pequeno português ou o little english on qualquer dos países*) falados nas Américas ou na África, se faz sentir a presença de uma estrutura técnica de raiz europeia e que, por consequência, estão submersos numa realidade que certa radicalmente com as formas tradicionais do drama ritual de que a poesia negra, tal como a música e a dança, faziam parte integrante. Veremos mais adiante que alguma coisa fica dentro dos quadros tradicionais e tanto em S. Tomé, no Príncipe, em Cabo Verde, Angola e Moçambique e na Guiné, muito não ficava nos velhos quadros: presenças de dialectos em Cabo Verde e em S. Tomé (crioulo e forro) dão origem a um bilingüismo activo, que pode definir-se desse modo: de um lado a língua popular, o dialecto, falado pelo povo nas suas relações íntimas; do outro, a língua portuguesa, oficial, utilizada nas relações com as autoridades e com alguns comerciantes. Na Guiné o crioulo marca zonas cada vez mais extensas, invadindo já a África Equatorial Francesa (a colónia caboverdiana de Dakar é muito extensa) e a Guiné Francesa. Assim sendo, devemos procurar as formas através das quais se procede à afirmação dos valores autóctones e como, na verdade, os poetas negros e mestigos, se servem de um veículo clássico como o português para nos significarem as alterações introduzidas nos quadros sociais, dando-se uma cuidada atenção a estas formas de afirmação.

O dualismo branco-negro aparece tratado algumas vezes, e o mestigo não hesita em assumir a posição da defesa da sua parte negra, desprezada. O sentimento de bastardia cria um estado de consciência que só pode ser vencido pela localização das circunstâncias sócio-económicas em que o homem se define. Assim podemos encontrar numa cínzagem (um dos elementos do batuque da ilha de São Tiago), a denúncia de uma estratificação social que se entreve, todavia, como possível de ser ultrapassada, pela alteração dinâmica dos seus fundamentos:

Branco ta morá na sobrado
Mulato ta morá na lonja,
Nigro ta morá na funco,
Sancho ta morá na rotcha. (Sancho: o macaco).

Ta bem um dia
Hô Trasco Lamabasco (o macaco)
Rosto frangido,
Rabo comprido,
Ta corré nego de funco,
Nigro ta corre co mulato de loja,
Mulato co branco di sobrado,
Branco ta bá rotcha, el ta tomba...
(o branco vai para a rocha e vai cair dela).

O político estranho à sua Raça, não saberá orientar nem satisfazer as aspirações nacionais. É preciso que na sua alma cristalize, em viva ideia definida, o sonho vago da alma popular. E é preciso ainda que lhe saiba dar concreta realidade. De contrário, fará obra artificial, transitória e nociva, por contrariar e mesmo comprometer o destino superior duma Pátria.

Sim: o bom português necessita conhecer

Isto é: o branco, dentro da sociedade dos homens de cor, é o elemento cúpula, artificial porém. A sua situação de dominador depende apenas de um leve empurrão que o macaco venha dar no preto di fundo. A formação de uma expressão de protesto, dentro dos quadros típicos da literatura oral, mostra como, vencido o caminho da bastardia, as sociedades de cor se põem em movimento, para uma atitude reivindicativa que não podemos ignorar. As condições económicas criadas no arquipélago caboverdiano ajudam decisivamente o aparecimento desta forma de protesto, como pode ver-se neste excerto de um poema de Onésimo da Silveira, poeta crioulo que as condições económicas fizeram a emigrar para S. Tomé: S. Vicente é um estendal de misérias! Porque cabá vapor, cabá carvom e cabá chuvia! Cabá vapor — cabá carvom... Gente de S. Vicente pá cá morré de fome! Tem que h'ambora pá S. Tomé!... Cabá vapor — cabá carvom! O exame do comportamento das sociedades, possibilitado pelo uso das técnicas europeias, permite ultrapassar o protesto contido na morna, que Jorge Barbosa assim definiu: A morna.../ a expressão da nossa humildade, / a expressão passiva do nosso drama, / a nossa revolta, / da nossa silenciosa revolta melancólica! Analisando os sistemas das relações dentro de um mesmo corpo social, o passivo transforma-se em elemento ativo e define certeiramente a posição do homem no conjunto social. Mas devemos reter, pois se trata de algo deveras importante, que o protesto se faz em português, reconhecendo-se a decisiva presença de formas culturais indubitablemente lusas. Se, na verdade, algumas vezes se pode estar de acordo com Gilberto Freyre é no facto de os portugueses deixarem, mesmo nas sociedades que recusam a sua presença (China e Japão, por exemplo), uma marca indelével. Mas dentro dos quadros sociais, o protesto continua a levantar-se, assumindo toda a carga que pesa sobre a raga. «O meu avô escravo / legou-me estas ilhas incompletas / este mar e este céu» (Agnaldo Brito Fonseca), que encontra a sua continuidade na expressão de um real mais imediato: «dorme sem medo, / Porão, roça, medos imediatos / tudo ficou lá longe» (Osvaldo Alcântara). Entre estas duas distâncias cabe a mesma situação do homem de cor dentro de uma sociedade onde o branco continua a ser o elemento cúpula. E contra esta forma pouco dinâmica do processo social, se levantam as vozes crioulas nas finanças e nas mornas.

Devemos notar que S. Tomé e Príncipe é o polo onde se organizam várias formas de protesto, já que, de Angola, podemos receber a voz de Mário Pinto de Andrade: «Nosso filho caíca / Mandarai-nos pra S. Tomé / Não tinha documentos / Aluê!». O poema foi escrito em quimbundo e isso nos pode levar a perguntar se estarão sendo feitas as recolhas das formas mais recentes desta literatura, que se propaga por via oral, de modo a poderem ser definidos os fundamentos das posições mais actuais do escravo de qualquer das províncias. Na temática quimbunda, S. Tomé aparece algumas vezes como o lugar onde se expõem faltas de somenos, ou até faltas nenhumas para satisfazer uma premente necessidade de mão de obra nas roças. Na «Canção de Muana-Marias», choro de um quicoco no exílio, podemos encontrar, ainda mais evidentes, os síndicos de um tratamento cuja injustiça está gerando as mais agudas formas de revolta: «Não queria por fazer nada / Ser mandado no mistério / Apaixhar / sparmatoadas». Deseja-se por isso que a criança cresça e venha a ser um preto de respeito / Cunhôs preto di Luanda! / Ser preto civirizado... / Ter camisa. / Ter carteira cum falanga, / Ter sapato, / Ser iguar é branco,

Por
ALFREDO MARGARIDO

enfim...» Se aqui encontramos apenas os aspectos externos da personalidade do homem branco, que são eles os mais imediatamente apreensíveis como sinal do poder exercido nos corpos sociais pelo branco, e que, envergando o mesmo traje, utilizando os mesmos sinais externos, o preto pode também ser o homem. Não pode ser homem sem dispor das características quase sagradas exibidas pelo branco em qualquer dos pontos externos da sua vida. Evidentemente que a cor também pode ser interpretada como qualidade indispensável para se alcançar o estádio do homem, e um poema de Geraldo Bessa Victor mostra essa outra faceta do problema das relações humanas dentro dos espaços tropicais: «Sô João» quis ficar branco. / Ser branco, sim, / preto, não! / Foi assim que «sô João» / Quis um dia virar branco / Ser preto — que maldisão / duma raça sempre escrava... / Que maravilha, que encanto / sair de preto tacanho / e ficar branco carrasco! Ultrapassada a barreira da cor, o homem pode afirmar a sua identidade, pode inserir-se dentro da sociedade para gozar os privilégios do branco, pode ser branco carrasco. Esse recurso à cor branca pode ver-se na declaração comum de que o preto «tem a alma branca». E-lhe negada assim a qualidade da sua própria cor e o movimento de negritude encontra ainda agora, na África portuguesa, um eizo pouco desenvolvido. — «E tão bonita!» — «Seu negro!» — / Ela foi tão feroz, tão franca, / que ela nem quis replicar: / — «Mas eu tenho a alma branca...» / Ficou calado, banzado, / Com vontade de chorar. / Pobre dele! / Pobre dele, / que deixou o seu serião e entrou na civilização, / numa tão ingrata prova! O assumir essa qualidade de homem de cor é uma atitude recente, que bem pode datar-se dos anos 40, com o aparecimento do «Ilha de nome Santo» de Francisco José Tenreiro: dentro do complexo cultural português, uma voz mestiga apresentava a sua qualidade mestiga como a mais válida para uma afirmação pessoal, levada até às suas consequências mais legítimas e mais inadiáveis: «De coração em África triângulo estas ruas nevoentas da cidade / de África no coração e um ritmo de beber nos lábios / enquanto que à minha volta se sussurra olha o preto (que bom) olha um negro (ótimo) olha um mulato (tanto faz) olha um moreno (ridículo)». Note-se como os classificativos funcionam para uma exigência de negritude levada até às consequências que importam: o óptimo é ser negro. A evolução da presença do homem negro dentro do conjunto sócio-económico das áreas lusas nos trópicos pode definir-se através desta situação: o negro é já, também, o homem, se bem que haja ainda, a pesar sobre esta estrutura, a nítida sensação de alguma coisa de errado, de alguma coisa que funciona fora do eixo onde o homem afinal se afirma e se exige como presença dinâmica: «hum-hum / Mas deixa... / Quando Sô Santo morrer / Vamos chamar um quimbundo / Para Ngambô nos dizer / Se a sua grande desgraça / Foi desamparo de Sându / Ou se é já próprio da Raga...» Neste poema de Viriato da Cruz existe a consciência da qualidade negra, mas a maneira como surge definida em relação ao complexo cultural angolano está constringido por um esquema musical que o não deixa ultrapassar os limites de uma comunicação necessária. Este aspecto do problema liga-se, como não pode deixar de ser, à maneira como o drama ritual africano engloba as múltiplas facetas de

lismo que pretende definir como destino da raça o que não passa de um comportamento imposto pelo quadro social existente e pelo choque de economias de diferentes denominados. Em Noémia de Sousa é possível rastreiar uma viragem dada de modo mais nitido: No meio desta calma fulgurada ao mundo, / já com meu estigma. / E chorei e gritei — nem sei porquê. O estigma é esta própria condição de mestiga, esta mistura de cores vivendo na pele, definindo o homem no trânsito do quotidiano, que ainda surge ao poeta como diminidor. E se alguma solução pode surgir, é através de uma redenção artifical, que pouco tem a ver com a tomada de consciência por parte do elemento de cor. «E este veneno de lha que a dor me injetou nas veias / em noites de tambor e batuque / deixará para sempre de me inquietar». Mas pouco adiante vemos como Noémia de Sousa toma consciência exacta da sua posição africana: «O minha África misteriosa, natural! minha virgem violentada! / Minha Mãe... / Como tu andava há tanto desterrada / de ti, alheia e distante e egocéntrica / por estas ruas da cidade engravidadas de estrangeiros / Minha Mãe! perdoa!» E a consciência de um sangue legado, que se tatu, violenta, nas atitudes mais simples, pois o simples mexer de um braço é apontar a direcção activa e única da África: «Não posso, não posso, renegar / o Sangue negro, o sangue bárbaro / que me legaste... / Porque em mim, em minha alma, em meus nervos, ela é mais forte do que tudo!» (paralela a esta, a afirmação de Orlando Mendes, definido a mestiga: «eu sou a filha da Terra / na linguagem bravia da negra que foi minha Mãe») e que depois há-de, em Noémia de Sousa, ir encontrar-se com o sentimento de um povo violentado, disperso e afinal unido pelo mesmo pedaço da cor. O homem branco pode esquecer a sua condição de escravo, mas o homem negro transporta na pele um emblema, bem mais definitivo do que a estrela amarela que se apóia aos judeus. É uma marca que estala e canta, mas que não deixa, escrava e silenciosa, de ser uma afirmação que a cidade repele. Assim este «let my people go» — oh deixa passar o meu povo, / deixa passar o meu povo», significando a integração do negro dentro de uma nação negra, ausente de quaisquer fronteiras ou nacionalidades. Em todo o caso, vemos tomar aquela reduto negro de Harlem como o exemplo que se está apontando a um mundo de homens de cor, sem que, entretanto, isso deixa de denunciar a situação do próprio meio («Minha mãe de mãos rudes e rosto cansado / e revoltas, dores, humilhações, / tatuando de negro o virginem papel branco»): «e enquanto me vierem de Harlem / vozes de lamentação / e vultos familiares me visitarem / em longas noites de insónia, / não poderel deixar-me embalar-me pela música fútil / das valsas de Strauss». Deixemos de lado esta fácil oposição entre o chamado fútil e o imediatamente popular, já tão gastado por um neo-realismo sem grande profundidade, para reter, contudo, o modo como se afasta, a expressão de uma posição europeia, para lhe preferir a música negra, recriada de acordo com a experiência dos negros na América. Deve reparar-se contudo, que esta música afro-americana, como a afro-cubana ou a afro-brasileira, encontra entre os povos de cor da latitude africana (e neste aspecto devemos considerar que os aspectos mais válidos da poesia erudita em crioulo são as mornas de Eugénio Tavares, pois aqui o poeta erudito está constringido por um esquema musical que o não deixa ultrapassar os limites de uma comunicação necessária. Este aspecto do problema liga-se, como não pode deixar de ser, à maneira como o drama ritual africano engloba as múltiplas facetas de

uma experiência humana, de preservação, do conjunto dos «mores», uma receptividade que as tradições musicais portuguesas não conseguem encontrar. As formas dinâmicas das estruturas musicais americanas adaptam-se mais inteiramente a padrões de vida em permanente evolução, ao passo que as expressões populares portuguesas correspondem a grupos sociais mais estratificados (note-se, para complemento desta observação, como as palavras dos vocabulários autóctones impressionam fortemente o escritor branco — mesmo quando nascido na Europa: «os saborosos nomes que juntos aprendemos, e não outros: / bolota, shikumbela, timbila, zavala, / pois, só assim poderei evocar / com as palavras mesmas que no alvorço da descoberta / à boca nos acudiam». Isto é: as expressões portuguesas perante as contingências ecológicas perdem a sua validade, e as coisas só podem ser descobertas pela utilização dos saborosos nomes. Na colocação particular da língua portuguesa dentro deste esquema, encontra um sentido de deslocação, de recusa. O padrão de mestigagem, como justa posição de formas culturais, ganha outra vez expressão, se bem que possamos vê-lo minimizado ou anulado pela cúpula branca: Mestigo! / Nasci do negro e do branco... / Foi por isso que um dia, / o branco cheio de raiva / contou os dedos da mão / fez uma tabuada e falou grosso / — mestigo! — / a tua conta está errada. / Teu lugar é ao pé do negro». Da recusa de um encontro, de uma soma, há-de derivar, naturalmente, a oposição entre duas paredes de cor, que só pela destruição se poderão afirmar. António Jacinto, poeta branco estranhamente incluído numa antologia de poetas negros de expressão portuguesa, pode, contudo, reafirmar uma posição real do homem branco perante o conjunto dos fenômenos que se estão processando na África negra. A sua adesão integral ao homem negro, assenta sobretudo no reconhecimento da violência que se pratica sobre um elemento da humanidade, negando-lhe a sua posição de homem. A cor retira-lhe a possibilidade de afirmação e alira-o para uma condição de marginalidade que não chega a ser desumanizada: é ab-humana. Naquela roça grande não tem chuva / é o suor do meu rosto que rega as plantações; / Naquela roça grande tem café maduro / e aquele vermelho-cereja / são gotas do meu sangue feitas selva. // O café vai ser torrado, / pisado, torturado, / vai ficar negro, negro da cor do contrabando. // Negro da cor do contrabando! Mas é da necessidade da própria revelação da violência praticada no homem que deriva a necessidade de criar um eixo de negritude, que não recusa nenhuma das crueldades e injustiças sofridas; mais, o homem negro afirma-se através de um património comum de insultos, de negações e contínuas da sua essência humana: «criar criar / gargalhadas sobre o escárneo da palmatória / coragem na ponta das botas do roceiro / força no esfrangalhado das portas violentadas / firmeza no vermelho sangue da insegurança / criar / criar com os olhos secos».

Assim se desenha um espaço humano dentro do mundo português e assim, exprimindo-se em dialetos, ou através da própria língua portuguesa, o homem de cor vai afirmando a sua cor que nada pode igualar e que, sendo ainda uma acusação, se mete pelos caminhos que irão transformá-la em presença integral e humana: e ai poderá nascer o momento revulsivo em que o homem seja fundamentalmente o homem de cor (o facto de Simão Toko ter criado uma Bíblia que anuncia o regresso de Cristo à terra mencionado numa pele negra é a certeza de que vai chegar uma justiça que o homem branco não tem sabido descobrir nos seus próprios quadros formalistas e rígidos).

sus aspirações que, desta maneira, se realizam e engrandecem ou ganham mesmo novas modalidades superiores.

A descaracterização da Raça, adoecendo-a, diminui-lhe a força de enviar, de eleger os seus verdadeiros representantes e condutores).

TEIXEIRA DE PASCOAIS
(in «A Arte de Ser Português»)

O motor do seu carro manter-se-á em melhores condições de trabalho se usar únicamente combustíveis e lubrificantes

SACOR



SACOR

A MARCA DE GARANTIA PARA O CONSUMIDOR

O meridiano 50 divide o Ultramar português em duas partes distintas: o Oriente e a África. São dois pedaços enormes da mesma pátria, mas tão diferentes que mau sítio de tutela seria confundir os seus problemas fundamentais. Não sei se poderá dizer-se que sempre houve dois modos diferentes e apropriados para olhá-los, ou se, pelo contrário, tudo foi sempre englobado naquela expressão colónias que se invetou na linguagem e no de raízes tão próprias e sugando seivas milenárias laboradas tão independentemente uma da outra, que só crescento, ramificando-se e frutificando assim encontrando o seu destino.

A existência, primeiro, de um Ministério das Colónias, até há relativamente pouco tempo, e, depois, de um Ministério do Ultramar, actualmente com dois Subsecretariados, um do Fomento e outro da Administração, ajuda a confirmar a não existência de departamentos adequados para tratar das suas regiões ultramarinas, numa especialização que tudo indica seria da maior conveniência. Assim, tudo funciona sob uma amígdala enorme, embora os espíritos se trate. Acreditamos, é claro, na existência das competentes repartições para este e aquele assunto, talvez mesmo de secções provinciais; mas ainda que neste plano se façam as indispensáveis divisões regionais, elas iniciam-se então num ponto bastante baixo para a amplitude do assunto e para a profundidade do significado. Tal como estão, ficam as coisas no plano de arrumação burocrática, e a utilidade será, em consequência, apenas no plano burocrático.

Defesa e expansão da cultura portuguesa em Moçambique

Por
CARMO VAZ

Uma cultura moçambicana?

Na massa heterogénea e confusa da população moçambicana, vislumbrar a viabilidade de uma cultura característica é ter de cultura a noção grosseira de multiplicação de papel impresso, tela pintada e de bem faleantes; é admitir ingenuamente que da funda e larga divergência de raças, religiões, níveis mentais, situações económicas, posições sociais e direitos políticos, possa sair por artes mágicas uma unidade aglutinante.

Bastará não esquecer que toda a cultura é susceptível de enriquecimento, sem que isso implique o nascimento de uma nova cultura. Pode, portanto, surgir, se quisermos, um enriquecimento da cultura portuguesa em Moçambique, como surgiu e tão maravilhosamente cresceu em Goa, ou como neste século, embora lenta e precariamente, se processa na província do Cabo Verde.

Pois se enriquecimento pressupõe pelo menos uma ideia da herança recebida, urge que as comunidades moçambicanas começem por familiarizar-se com a secular cultura nacional, indo bebê-la nas suas fontes mais puras, penetrando no seu sentido ecuménico, aspirando a longos haustos o seu perfume expansionista.

Longo vai o tempo em que a uma ideia de patriotismo se liga automaticamente o calefrio do discurso retórico, o pregão orgulhoso das glórias passadas ou a necessidade inadiável de proclamar a oferta da vida pela pátria. A cultura moderna portuguesa enriqueceu também a ideia de patriotismo, acrescentando-lhe a determinação de um estilo de vida, de um procedimento cristão na rotina diária em que a pátria não está ameaçada, de um aprofundamento sistemático e afetuosos dos valores da cultura nacional, de um robustecimento permanente da consciência de ser português no mundo sobressaltado em que vivemos.

Na base comum de uma cultura secular, culminando hoje na vastidão de horizontes que se abrem, vemos o ponto de partida de uma cultura portuguesa de Moçambique. Impõe-se, portanto, nos estreitos limites da vida intelectual moçambicana, um conhecimento cada vez mais profundo e largo da lídima cultura portuguesa, sem facciosismos tolos, nem ignorâncias vexatórias.

Se atribuirmos, pois, à palavra cultura o seu sentido verdadeiro e actante, porque também há uma cultura morta reflectida no culto da erudição pela erudição, e considerarmo-la a resultante de uma dada situação histórica e social, que não é possível improvisar-se, não se pode crer que haja qualquer cultura moçambicana, ou possa vir a nascer nos tempos mais próximos.

Abertos estão os caminhos do enriquecimento da cultura portuguesa em Moçambique, por enquanto na sua fase larvar.

Todas as questões de cultura dependem logo de início com a dificuldade em fixar os limites da terminologia, precisar o conteúdo e âmbito do vocabulário.

No caso presente, essas dificuldades são acrescidas pela questão prévia de apurar quais os valores mais característicos e vivos da cultura nacional.

Não nos é dado, porém, nos limites deste artigo explanar tal matéria. Do conceito de cultura por nós aceite, — actividade criacional das elites e do povo ao longo dos tempos e moldadora de um tipo mental —, se irá deduzindo as possíveis implicações contidas, no decurso das considerações a seguir. Um debate sobre os valores vivos e actantes da cultura nacional, está manifestamente fora do nosso escopo. De certo, cada um os tomará como o seu grau de

e a sua repercussão na vida; é o debate de ideias e o seu reflexo na vida comum; é a construção de monumentos e edifícios públicos e consequente criação de estilos arquitectónicos; é o culto a difusão de literatura; é a criação e gozo de recretos típicos, traduzidos no folclore; é a criação e cristalização das tradições.

Nas comunidades modernas, particularmente africanas com menos de cem anos de formação, tudo é diferente. Os factores de cultura agem mais em superfície do que em profundidade; recebe-se um instrumento linguístico já formado, fadado a coexistir com outro ou outros, indígenas e primitivos; a criação da arte é fruste e embrionária; o debate de ideias é simples discussão de interesses materiais; a construção de edifícios é veloz, incaracterística e utilitária; a literatura é de importação e desligada da vida local; o recreio e distração são estandardizados (rádio, cinema e desporto) e despersonalizantes; não há tradição.

Com variantes de grau e intensidade, estes são os elementos de cultura viva com que se há-de contar nas comunidades modernas.

En quanto a urbe antiga marchava paralelamente à cíteis, isto é, não levaria muito mais tempo a fazer-se um cidadão do que a erguer-se o grande edifício, a urbe moderna, fruto natural do conúbio da técnica com a ideia do progresso, cresce num ritmo que, excedendo a medida humana, deixa o homem diminuído e perplexo nos meandros do conforto material, destituído de crescimento espiritual.

Invariavelmente nas comunidades modernas africanas, sente-se uma aspiração comum à cidadania, aspiração que ingenuamente se traduz na reivindicação de instrumentos materiais de cultura, como grandes teatros, luxuosos auditórios, as mais modernas e bem apetrechadas escolas, grandes bibliotecas, etc., em tudo se reflectindo a crença ingénua de que as coisas farão nascer automaticamente a cultura.

Cultura, porém, traduz-se sempre por uma escala de valores, unifica e solidariza os homens, dá às sociedades a sua mais sólida e profunda matéria de coesão, (embora invisível), revela-se numa filosofia e estilo de vida, distinguindo os povos, imprimindo-lhes o carácter.

O que dá ao homem a mentalidade de cidadão, é a consciência que adquire da sua integração na comunidade em que vive de facto, dos seus deveres e direitos em função de si mesmo e dos outros.

No núcleo social primitivo, o indivíduo não tem a consciência, nem sofre o imperativo da sua função social. O único problema que se lhe põe é o de sobreviver. Nas comunidades modernas, a actividade febril em obter um usufruto cada vez maior dos bens terrenos filia-se nesta ânsia primitiva de sobreviver. Tal como o primitivo se não compadece com valores morais e espirituais, aparte o medo e a angústia dos totens e tabus, o componente típico das comunidades modernas não atenta no próximo, nem em qualquer coisa que exceda os limites da matéria.

Ora não pode haver comunidade sem um princípio unificador, uma espécie de denominador comum.

Se é evidente que nas velhas comunidades europeias, esse princípio unificador é a cultura, medida nos seus factores activos e imediatamente impulsionadores da vida — língua, religião, tradição, arte, literatura, arquitectura, música —, nas comunidades modernas, particularmente nas de formação heterogénea, raças diferentes, variedade de religiões e costumes, divergência de estilos de vida, é mister descortinar um elemento unificador que alimente o espírito, fortaleça a sociedade, intensifique o sentimento patrio.

Se o Oriente Português se dividisse de Portugal

Por

FERNANDO SYLVAN

Não será difícil descontar que em realidade Portugal está dividido em três partes: a Metrópole, a África e o Oriente. São as três grandes colunas de um edifício portentoso que se chama Portugal, e cuja cúpula só será forte e engrandecida na medida em que os três alicerces dos três campos estejam cimentados com solidez. As condições que se desejam à Pátria, terão de ser extensivas ao Oriente e à África, pois senão hão-de falecer a força e o direito que testemunho, ou revirar-se-ão como título confirmatório da velha expressão colónias hoje inaceitável até pelos povos subcivilizados e permanente ponto de discordia nacional e internacional, sejam quais forem as razões invocadas porque todas elas se opõem aos direitos fundamentais dos homens.

Todos os povos têm direito a governar-se. Ninguém discute hoje, pelo menos no sentido político, o direito da Europa arvorar-se em continente, quando basta um simples mapa para se verificar ser apenas uma península da Ásia; e bastará algum conhecimento de linguística para se saber que as línguas faladas na Europa são Indo-Europeias. Quer dizer: a tão proclamada independência do espírito não vai tão longe quanto possa parecer, e se é certo terem-se os europeus engrandecido ao partirem daqui para a descoberta, conquista e evangelização, não é menos verdade terem os orientais, com milénios de antecedência, vindo semear de gente e de espírito a terra ocidental que nem sonhos tinha.

Ora se assim é, é preciso que se compreenda, mas com sinceridade e profundidade, que todos os povos tutelados deverão ter o direito de dirigir-se, e dirigir-se pelo menos desde este século portentoso, para que à posteridade não fiquem, dele, apenas os sinais eloquentes das suas extraordinárias descobertas, invenções e realizações no campo da ciência e da técnica. É preciso que fique também um sentido de humanidade, mas na sua possível expressão mais alta, para que, por muitos e muitos séculos todas as gerações prestem culto e homenagem ao Século XX por ter lançado as bases da liberdade de todos os homens. E preciso que cada povo tenha a sua própria voz, e fale com ela, para que a voz humana se distinga realmente da dos animais.

Portugal que tão adiantado vai em relação a alguns outros povos, precisa também de fortalecer a sua extraordinária virtude civilizadora, deixando cantar, ou deixando falar na plenitude das suas possibilidades a voz da sua África e do seu Oriente. E talvez que um dos melhores sinais desses altos instintos seja o de laborar no sentido de que na primeira Assembleia Nacional que se eleger, os lugares de deputados pelo Ultramar sejam preenchidos por quem lá tenha nascido, pelo menos na sua quase totalidade. Acentuar-se-á, com certeza, desta forma, o sentimento de Comunidade que todos os ultramarinos conscientes desejam.

O Ultramar português não poderá viver senão em Comunidade. Quatro séculos não são quatro semanas. E se em muitos casos a unidade não pôde ser completa, o que não pode restar dúvida é de que os povos integrados na coroa de Portugal e até hoje manidos na sua unidade nacional separaram-se de tal forma do bloco geográfico e humano a que primitivamente pertenciam, que a maior violência seria reconduzi-los à origem.

Este ponto de vista é particularmente importante em relação ao Oriente, onde Timor, Macau e a Índia Portuguesa estão encastelados em países independentes e que são, respectivamente, os Estados Unidos da Indonésia, a República Popular Chinesa e a União Indiana. Mas é tão profundo o divórcio de princípios entre as possessões portuguesas e os colossos de quem são vizinhos, que uma ligação fraternal não seria possível. Também se levanta um problema a-fim na Guiné, mas tem, de facto, sua diferença.

Os povos de Timor, de Macau e da Índia Portuguesa, não são minorias, porque os seus direitos políticos e sociais são os mesmos dos do Continente e da África Portuguesa. Este acto terá de ser bem metido num sínio, porque é um bem nacional que todos o saibam ou, sabendo-o, lhe meçam bem a altitude. Os indonésios, os chineses e os indianos, não estão mais perto dos ultramarinos do que Portugal no qual se integram. Estão mais perto e mais livres.

E se um dia este elo se partisse, e se desse a tão desejada absorção, os portugueses do Oriente passariam a ser desprezadas minorias, mais ainda, sacrificadas e escravizadas. Vizinhos de povos que são mole imensa, e cujos silêncios assentam em grande parte não em feitura histórica, mas em circunstâncias e desencontros sem totalidade civilizadora, o punhado de portugueses que chegassem agora, renunciada a Pátria, ficariam sem estatua e sem nenhuma, e a voz, que temos, embora sem espaço todo para cantar, cairia no silêncio, e talvez, que sempre.

São os portugueses do lado de lá do Mar, e que tenham deste perigo consciência e percepção, que devem elevar a sua voz, cusic o que custar, para que tal não aconteça, porque Portugal sem o seu Ultramar não será a Pátria grande que é, e o Ultramar sem Portugal não será a Nação que vive. Mas para que este imperativo seja idealismo, é necessário que se apaguem, esvanidos, os resquícios de colonialismo onde os houver e se abafem com violência os focos de racismo onde surgirem. Ou é Pátria ou não é. A ideia de Pátria não pode ser condicionada nem compartimentada a bandeira tem na verdade de ser igualmente de todas e para todos. Isto é que define Portugal, não é que lhe garantirá a sua existência como Império — a sua verdadeira existência afinal.

Cultura na formação de Comunidades

Nas comunidades da velha Europa, o próprio processo histórico de formação, lento e longo de séculos, vem imbuído de elementos de cultura. E a criação e enriquecimento da língua nacional; é a comunhão nos mesmos cultos religiosos; é a criação da arte

AS CHAVES

Os Príncipes

Teófilo Braga

D. Pedro V

Prior do Crato

D. Manuel I

D. Diniz

Dante

Aristóteles

DA HISTÓRIA

E DA CULTURA

DE PORTUGAL

Os Sábios

Leonardo Coimbra

Sampaio Bruno

António Vieira

D. João de Castro

Pedro Nunes

Nuno Gonçalves

João das Regras

Os Guerreiros

Raul Brandão

Camilo Castelo Branco

Cunha Seixas

D. Francisco Manuel de Melo

Gil Vicente

Fernão Lopes

D. Duarte

Os Nautas

Alexandre Herculano

Almeida Garrett

Luís de Camões

Leão Hebreu

Fernão Mendes Pinto

Vasco da Gama

Vasco de Lobeira

Os Profetas

Fernando Pessoa

Teixeira de Pascoais

Guerra Junqueiro

Pascoal Martins

Abade Faria

Bandarra

Infante D. Henrique

Há uma História de Portugal por escrever. É a história profunda, aquela de que não há um sinal, sequer, nos compêndios e nas cronologias de factos a que é uso chamar-se História. Há uma História de Portugal por escrever. Dele nada sabem os adolescentes que, ansiosos, procuram um acordo entre a sua própria individualidade e um destino colectivo mais vasto. Porque dele nada sabem os professores, também dele nada sabem os alunos.

Em algum sítio está escrito que Dante é um princípio ou um princípio da Dinastia de Avis? Ou que na filosofia aristotélica do movimento se encontra a causa mais invísivel, mas mais verdadeira do movimento português para o descobrimento? É bem certo que Camões o colocou no signo de Vénus ou do Amor. Mas para os professores não há aqui mais do que uma imagem literária ou uma influência virgiliana.

Citámos Camões. Com efeito, se não na História, o enigma português vive na Poesia, mormente na novela e na epopeia, desde o *Amadisa de Lobeira* até à *Mensagem de Pessoa*. Em momentos de crise, quando os homens sentem que estão a perder algo que não conhecem ao certo, mas vai crescendo em saudade na medida em que o espírito da pátria vai decaindo, então escutam a voz dos poetas, dos pensadores e dos profetas, que por igual lhes comunicam não ser a História um catálogo de vontades e de factos, mas uma manifestação do movimento do Espírito. E, mais do que uma vez, são esses os que salvam a pátria: Sófocles venceu os persas, Shakespeare confirmou a Inglaterra perante espanhóis e franceses, Camões tentou reatar a tradição interrompida

e Junqueiro deu consciência aos mesmos que de outra forma não teriam reagido perante o «Ultimatum».

Mas a poesia, é para quem a sabe ler. Por isso a forma prosaica da História é necessária como contrapartida da imaginação simbólica dos épicos. Por isso, há que escrever a História de Portugal que falta ainda. Herculano podia tê-lo feito, mas teve obstáculos de mais em sua volta e não passou dos primeiros passos. Oliveira Martins, imbuído de sociologismo positivista, não comprehendeu o que tinha diante dos olhos: grande escritor, grande prosador viu só o bem na pureza da vontade e viu só o mal nas manifestações de rossaca. Foi um historiador moralista e andou sempre arredado de verdade. Teófilo Braga, se possuisse um espírito mais profundo e filosófico, teria sabido ultrapassar as aparências, em que ficou. E assim por aí adiante, com a preocupação progressivamente absorvente de tudo esperar dos documentos paleográficos, sabendo-se que os tabelões, os escribas e os secretários apenas confiam ao papel as mentiras que convém. A melhor História de Portugal é ainda a de um alemão, de Heinrich Schaefer, que Sampaio Bruno publicou em português, pois nele se dá o fundamental relevo que tiveram, às Ordens de Cavalaria e aos seus ideais de redenção humana, que explicam o melhor da nossa História posterior a D. Diniz, isto é, à sua nacionalização.

Aqui ficam hoje, algumas «chaves» da nossa cultura e da nossa história. É possível que o leitor fique perturbado com uma tal hierarquia de valores. Ela só poderia ser explicitada, no entanto, por essa História de Portugal, profunda e viva, que não há e seria necessário escrever.

